



**INFÂNCIA E
JUVENTUDE
YANOMAMI**

**O QUE SIGNIFICA SER
CRIANÇA E OS DESAFIOS
URGENTES NA TERRA
INDÍGENA YANOMAMI**

INFÂNCIA E JUVENTUDE YANOMAMI

O QUE SIGNIFICA SER
CRIANÇA E OS DESAFIOS
URGENTES NA TERRA
INDÍGENA YANOMAMI

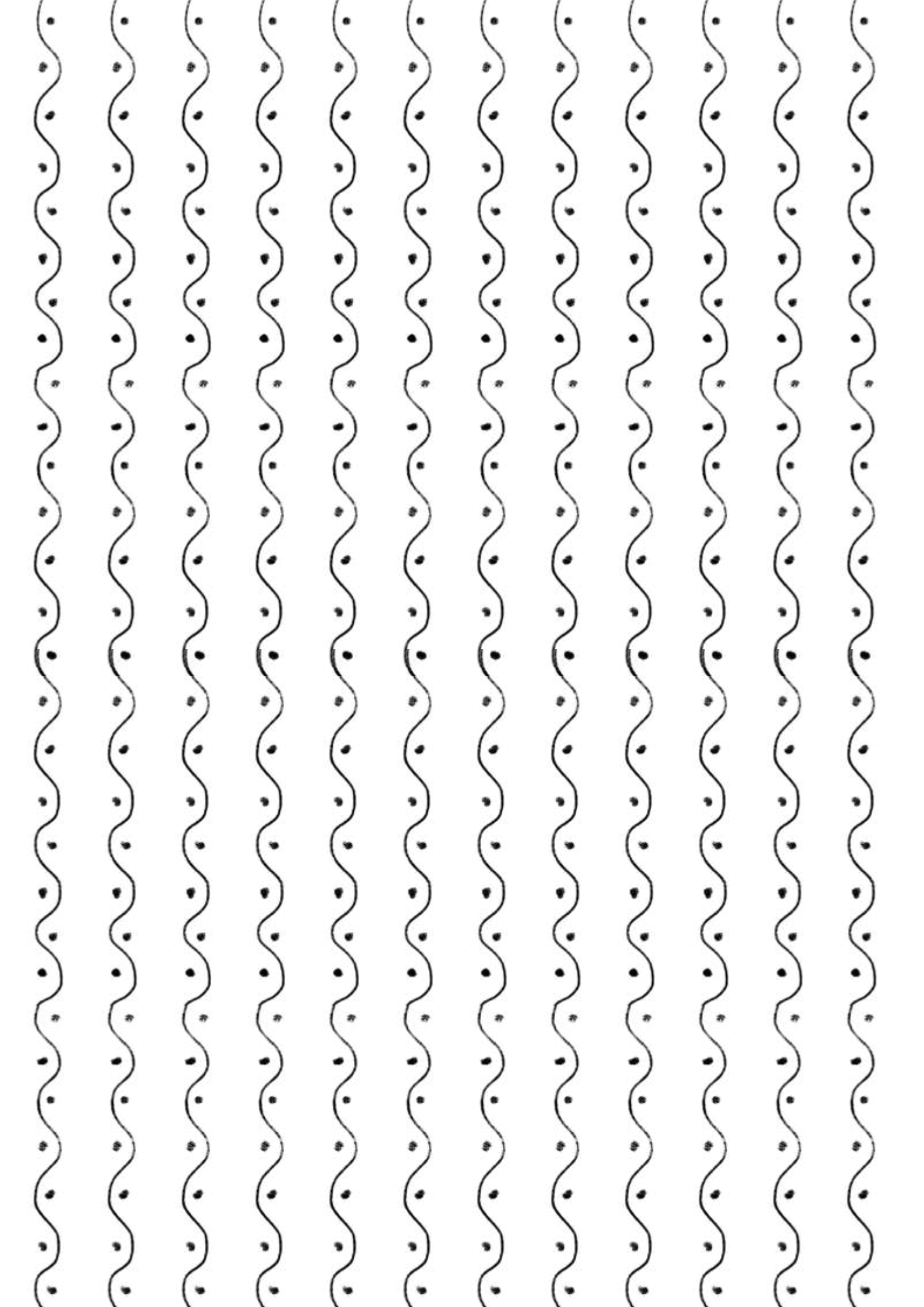
Realização



Apoio



Financiado pela
União Europeia



Este estudo é uma iniciativa da área de Mudança Social e de Comportamento (SBC, na sigla em inglês) em conjunto com a coordenadoria para assuntos indígenas e as áreas programáticas do UNICEF Brasil, tendo sido elaborado pelos consultores e antropólogos Ana Maria Machado e Marcelo Moura.

Citação sugerida: MACHADO, Ana Maria, MOURA, Marcelo & Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Infância e Juventude Yanomami. O que significa ser criança e os desafios urgentes na Terra Indígena Yanomami.** Brasília, setembro 2025.

© *Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)*, setembro 2025

UNICEF Brasil
SEPN 510 Bl. A, 2º andar
Asa Norte, Brasília (DF) – 70750-521
Brasil

Representante: Joaquin Gonzalez-Aleman

Representante Adjunta: Layla Saad

Coordenadora de Comunicação, Advocacy e SBC:
Sonia Yeo

Comitê Editorial: Ester Coelho, Leila do Vale, Maria Estela Caparelli, Marco Prates e Gregory Bulit.

Contribuíram para esse documento: Luciana Phebo, Gerson da Costa, Ana Lucia Spiassi e Paula Buck (Saúde e Nutrição); Gabriel Maraslis (Água e Saneamento); Luís Minchola (Proteção à Criança); Nayana Góes (Educação); Priscila Leite e Júlia Albino (Proteção Social); Larissa Baia, Pedro Ivo Alcântara, Fátima Odeh-Moreira (Mudança Social e de Comportamento) e Sarah Paes (Comunicação).

Design e ilustrações: Kath Xapi Puri e Wanessa Ribeiro

O UNICEF agradece à Hutukara Associação Yanomami (HAY) e à Urihi Associação Yanomami pela participação e contribuições em todo processo de elaboração desse estudo.

Este relatório foi produzido com financiamento do Departamento de Proteção Civil e Ajuda Humanitária da União Europeia (ECHO, na sigla em inglês). As opiniões e pontos de vista expressos são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente os da União Europeia, que não pode ser responsabilizada por eles.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Infância e juventude Yanomami [livro eletrônico] :
o que significa ser criança e os desafios
urgentes na terra indígena Yanomami / Ana Maria
Machado, Marcelo Moura, Fundo das Nações Unidas
para a Infância (UNICEF). -- 1. ed. --
Brasília, DF : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-66129-2

1. Crianças e adolescentes - Proteção
2. Crianças e adolescentes indígenas - Direitos -
Brasil 3. Garimpo - Aspectos ambientais - Amazônia
4. Povos indígenas - Direitos fundamentais 5. Povos
indígenas (Yanomami) - Usos e costumes
I. Machado, Ana Maria. II. Moura, Marcelo.
III. Fundo das Nações Unidas para a Infância
(UNICEF).

25-296821.1

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Povos indígenas 980.41

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

ÍNDICE

Prefácio	5
Pelos direitos da infância e da juventude Yanomami*	5
1 Introdução	7
1.1. Sobre os Yanomami	9
1.2. História e diversidade linguística	14
1.3. Linha do tempo da história dos Yanomami pós-contato	16
2 Aspectos cosmológicos, sociais e culturais da infância: <i>Oxë Thëpë</i>	19
2.1. Concepção	19
2.2. Parto	19
2.3. O início da vida.....	20
2.4. Socialização, parentalidade e cuidado com as crianças	23
2.5. Aprendizagem entre pares	24
2.6. A reciprocidade na educação das crianças Yanomami.....	25
2.7. Autonomia e liberdade	27
3 Aspectos cosmológicos, sociais e culturais da juventude: <i>Hiya/Moko Thëpë</i>	29
3.1. Ritos de Puberdade.....	29
3.2. Lugar da juventude na sociedade Yanomami.....	31
3.3. Relacionamentos afetivos e sexuais na juventude	32
3.4. Casamentos e o serviço matrimonial prestado aos sogros	33
3.5. Mobilidade e juventude	34
3.6. Passagem da juventude para a vida adulta	35
4 Relações com o mundo não-indígena	37
4.1. Mudanças e conflitos intergeracionais	37
4.2. Crescer em um mundo em transformação	39
4.3. Os impactos da segunda invasão garimpeira	41
4.4. Exploração sexual e o garimpo ilegal na TIY	44
4.5. Presença nas cidades e programas de proteção social	45
5 A saúde de crianças e jovens Yanomami	49
5.1. Doenças xamânicas e a concepção Yanomami acerca dos adoecimentos	50
5.2. Saúde e infância.....	52
5.3. CASAI e hospitais.....	54
5.4. Desnutrição.....	56
5.5. Malária.....	59
5.6. Doenças pulmonares	62
5.7. Qualidade da água e saneamento básico.....	64
5.8. Imunização	66
6 Educação escolar	69
6.1. Histórico da educação escolar entre os Yanomami	69
6.2. Características das escolas Yanomami.....	74
7 Considerações finais	77
Bibliografia consultada	81
Anexo.....	86
Notas finais	89

PREFÁCIO

Pelos direitos da infância e da juventude Yanomami*

O povo Yanomami é um dos maiores grupos indígenas do Brasil: são cerca de 31 mil pessoas, em sua grande maioria (75%) crianças e jovens com menos de 30 anos. Os Yanomami têm lutado nas últimas décadas pelos seus direitos, pela preservação de seus saberes e de sua terra, que abrange territórios no norte do Brasil e sul da Venezuela.

Em 2023, a decretação de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) chamou a atenção do mundo para mais uma tragédia a atingir a infância Yanomami. A resposta humanitária, depois transformada numa ação intersectorial federal em Roraima, também abriu novas possibilidades de compreender a cosmovisão dos Yanomami e fortalecer ações e políticas públicas.

Para contribuir com esses esforços, este relatório apresenta, pela primeira vez, uma sistematização abrangente sobre a infância e juventude Yanomami a partir do recorte de direitos. A preparação deste material teve como principal linha condutora a perspectiva do povo Yanomami, a partir de estudos, documentos e depoimentos de lideranças, antropólogos e especialistas, tendo sido construído e validado com associações Yanomami.

As informações aqui contidas podem ajudar organizações, gestores e profissionais de todas as áreas a melhor entenderem as particularidades para trabalhar com e para essas populações. É um convite para compreendermos o que é nascer e crescer sendo uma criança Yanomami – e a tragédia que resulta da violação sistemática de seus direitos.

Durante a leitura, é importante reconhecer que a infância Yanomami não se reduz a privações e desafios como mostram inúmeros dados ao longo do relatório, mas é diversa e marcada também por liberdade, autonomia e participação comunitária. Na floresta, as crianças crescem com suas famílias – brincando, acompanhando seus pais na caça de animais, suas mães na colheita de alimentos, e observando as reuniões coletivas. Ouvir e entender os saberes Yanomami é estar mais próximo para encontrar, com eles, as respostas.

Joaquín Gonzalez-Aleman

Representante do UNICEF no Brasil

**Embora este relatório traga informações fundamentais sobre a etnia Yanomami, para contemplar a Terra Indígena Yanomami como um todo ainda é necessária a produção de conhecimento sobre a infância dos Ye'kwana, outra etnia que vive na Terra Indígena Yanomami.*





1 INTRODUÇÃO

Cada cultura atribui sentidos próprios às diferentes etapas da vida. Entre as diferentes culturas indígenas na Amazônia, existem maneiras distintas de pensar e entender os processos de formação da infância e da juventude. São outras formas de conhecer e interpretar o mundo e a vida humana, os corpos, as doenças e os processos de aprendizagem. Este documento busca apresentar e discutir aspectos da infância e da juventude Yanomami a partir da voz dos Yanomami e de estudos antropológicos, relatórios e reportagens, capazes de fornecer informações e análises que levem o leitor a compreender esses dois períodos da vida dos Yanomami em seus próprios termos¹, tentando enxergá-los pelo que são, e não pelo que deveriam ser ou por aquilo que não são.

As ações de instituições não-indígenas voltadas para os Yanomami são muitas vezes permeadas por equívocos e mal-entendidos culturais². Este fato incide diretamente na relação cotidiana entre a sociedade não-indígena e os povos indígenas, nas formas como acessam as políticas públicas, como se relacionam com os sistemas jurídico, político, econômico, educacional e de saúde, seja nas esferas de instituições públicas, privadas ou do terceiro setor. Este documento busca, portanto, criar algumas pontes ou canais de tradução entre o pensamento e as práticas dos Yanomami e o contexto não-indígena, tentando mitigar esses equívocos e as formas de violência que decorrem desse encontro. O objetivo deste estudo é dar subsídios para a construção de políticas públicas e de práticas cotidianas de todas as instituições e atores que lidam nessa fronteira interétnica voltadas à infância e à juventude Yanomami. Para tanto, este relatório apresenta os conceitos de infância e de juventude na singularidade do contexto Yanomami, além de descrever o quadro mais amplo e atualizado possível sobre a vida de crianças e jovens Yanomami no Brasil, considerando principalmente os problemas enfrentados por essa população diante da crise de saúde, nutrição e proteção que enfrentam atualmente.

O presente documento sobre a infância e a juventude Yanomami tem como premissa o fato de que essas categorias são culturalmente distintas daquelas adotadas por não-indígenas. É importante destacar que, entre os Yanomami, os termos *hiya* (masculino) e *moko* (feminino) fazem referência ao estágio intermediário das categorias geracionais reconhecidas tradicionalmente, que abarcam ainda as crianças, *oxê thêpê*, e os adultos, *pata thêpê*. Neste trabalho, optou-se por traduzir *hiya/moko* condensadas na categoria *jovens*, uma vez que esta tem um campo semântico mais amplo e aceita maior maleabilidade para abarcar características próprias da cultura Yanomami, as quais podem escapar dos limites que separam as categorias não-indígenas de adolescência e juventude.

Apontar os problemas de tradução conceitual entre dois contextos culturais não significa decretar incompatibilidades impeditivas ao diálogo. Entretanto, em especial

no contexto da relação entre os povos indígenas e a sociedade não-indígena, tal sinalização serve para assegurar que o diálogo proceda, principalmente, por meio de uma abordagem cautelosa, capaz de navegar entre as diferenças e ser maleável às adaptações e extensões necessárias.


Este documento deve ser uma referência atemporal para aqueles que atuam, direta e indiretamente, junto aos Yanomami, além de uma fonte de pesquisa para aqueles que se interessam em conhecer mais a fundo este povo, ou buscar referências sobre infância e juventude em contextos culturais distintos. É preciso se atentar para o fato de que muitos dados apresentados ao final do documento foram compilados até o final de 2023, mostrando o retrato da situação entre os Yanomami no período em que foi declarada a Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), e que terminam por refletir as principais preocupações daquele contexto.

A GRANDE DIVERSIDADE YANOMAMI E AS REFERÊNCIAS DESTA PESQUISA

Ao falar sobre os Yanomami, é preciso ter sempre em mente a grande diversidade de contextos e variações dos elementos culturais presentes entre os vários grupos que formam esta etnia. Também não se pode perder de vista os impactos das transformações ocorridas a partir do contato com os não-indígenas, que se deram em momentos e formas diferentes nas muitas regiões da Terra Indígena Yanomami (TIY) – o que também contribuiu para alargar o quadro das variações e diferenças internas à etnia. Entretanto, essa grande diversidade de contextos participa de um mesmo complexo de tradições culturais, cuja organização social, política e econômica exhibe contornos compartilhados, que operam em um espectro de variações nas quais, por exemplo, determinadas práticas podem aparecer intensificadas entre um subgrupo e menos observadas em outros.

Nesse sentido, o documento busca apresentar as diferentes situações e os desafios que perpassam a vida de crianças e jovens Yanomami em geral. Mas é importante notar que a maioria dos dados e informações que formam a base desse estudo privilegiavam grupos Yanomami participantes em estudos

etnográficos realizados por antropólogos não-indígenas e também pelos próprios Yanomami, e que estão circunscritos à regiões específicas da TIY, como: Demini, Toototopi, Missão Catrimani e Awaris. Além disso, parte deste estudo foi construída a partir de dados referentes às regiões onde os pesquisadores responsáveis realizaram seus trabalhos de campo – no caso, os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e às margens de seus afluentes no estado do Amazonas (no período de 2018-2023) e nas regiões do Paapiu (2010-2014), Demini (2007-2023) e Awaris (2008-2010), em Roraima. É importante destacar que na Terra Indígena Yanomami vive também o grupo indígena Ye'kwana – um grupo de língua Karib, que conta com uma população que representa 2,7% da população da Terra Indígena Yanomami³. Este documento aborda apenas a etnia Yanomami. No entanto, considerando que os Ye'kwana vivem na mesma terra indígena, e têm acesso às mesmas políticas públicas, para abarcar a experiência total das crianças e jovens hoje em todo o território em questão, seria necessário compreender também aspectos sobre a infância e juventude Ye'kwana.



“Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento. É por isso que eu gostaria que eles ouvissem minhas palavras através dos desenhos que você fez delas; para que penetrem em suas mentes. Gostaria que, após tê-las compreendido, dissessem a si mesmos: “Os Yanomami são gente diferente de nós, e no entanto suas palavras são retas e claras. Agora entendemos o que eles pensam. São palavras verdadeiras! A floresta deles é bela e silenciosa. Eles ali foram criados e vivem sem preocupação desde o primeiro tempo. O pensamento deles segue caminhos outros que o da mercadoria. Eles querem viver como lhes apraz. Seu costume é diferente. Não têm peles de imagens, mas conhecem os espíritos xapiri e seus cantos. Querem defender sua terra porque desejam continuar nela como antigamente. Assim seja! Se eles não a protegerem, seus filhos não terão lugar para viver felizes. Vão pensar que a seus pais de fato faltava inteligência, já que só terão deixado para eles uma terra nua e queimada, impregnada de fumaças de epidemia e cortada por rios de águas sujas!”

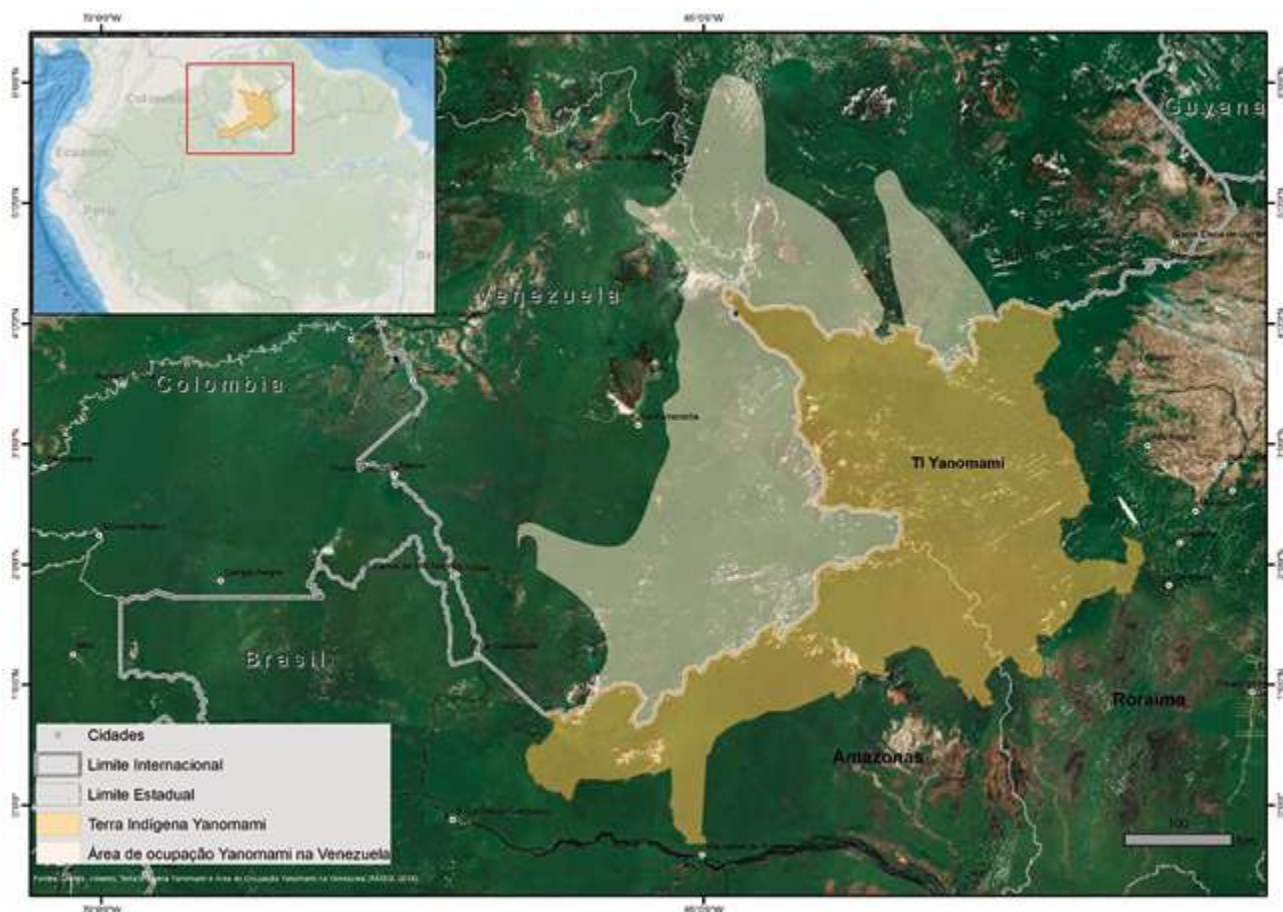
(Kopenawa e Albert, 2015, p. 64).

1.1. Sobre os Yanomami

Os Yanomami vivem na Amazônia, ao longo da fronteira entre o Brasil e a Venezuela. No Brasil, vivem nos estados de Roraima e Amazonas, na Terra Indígena Yanomami, homologada em 1992. É a maior terra indígena do Brasil, com 9,6 milhões de hectares⁴ e que, segundo a organização proposta pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana (DSEI-YY), está dividida em 37 regiões.

O povo Yanomami é um dos maiores grupos indígenas do Brasil. Segundo informações da Secretaria Especial de Saúde Indígena, em 2022 a população na TIY era de 30.391 Yanomami e 834 Ye'kwana. Já em 2023, a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde aponta um total de 31.007 indígenas em todo o território⁵. No entanto, há uma divergência em relação aos dados levantados em 2022 pelo censo populacional realizado pelo IBGE, que contabilizou uma população de 27.152 indígenas vivendo na Terra Indígena Yanomami, 16.872 em Roraima e 10.280 no Amazonas⁶.

No ano de 2022, o IBGE contabilizou 1.693.535 indígenas no país, com dados obtidos a partir da autodeclaração étnica. Esse total representa 0,83% da população brasileira. Entre os indígenas no Brasil, 36,73% vivem em terras indígenas e 63,27% estão fora delas. A TI Yanomami contabiliza a maior população vivendo em terras indígenas no Brasil, o que representa 4,23% do total de habitantes de terras indígenas neste país.



Terra Indígena Yanomami no Brasil e território de ocupação Yanomami na Venezuela (Fonte: Instituto Socioambiental, 2015, disponível em <http://expedicaoyanomami.socioambiental.org>. Acessado em 5 de junho de 2015).

Em toda sua extensão, a Terra Indígena Yanomami coincide com as fronteiras administrativas de oito municípios: no estado de Roraima, faz fronteira com Alto Alegre, Amajari, Caracaraí, Iracema e Mucajaí; e no estado do Amazonas, com Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira⁷. Em quase todos estes municípios há um grande fluxo de Yanomami, em especial nas cidades de Barcelos, Santa Isabel, Caracaraí e São Gabriel da Cachoeira. Além dessas cidades, Boa Vista tem sempre uma presença bastante significativa de indígenas Yanomami. Sendo a capital do estado de Roraima, é o local de referência onde os indígenas dessa etnia podem cuidar de assuntos políticos, além de parte dos cuidados em saúde.

Na TIY, os Yanomami dividem-se em aproximadamente 376 comunidades⁸. Esses núcleos são formados por um ou mais conjuntos familiares que vivem em grandes casas coletivas (em formato de tronco-de-cone, com abertura central ou totalmente fechadas) ou em conjuntos de casas menores (cônicas ou retangulares), que abrigam as famílias que compõem o grupo. Tais comunidades variam muito quanto ao tamanho de sua população, podendo ser formadas por uma dúzia de indivíduos ou até algumas centenas. De modo geral, esses grupos mantêm-se dispersos e afastados uns dos outros, estabelecendo distância de potenciais desafetos e exclusividade no acesso a determinadas áreas da floresta de onde extraem recursos e alimentos variados. Idealmente, cada comunidade é

autônoma do ponto de vista político e econômico, composta de modo que seja possível serem independentes, tanto na produção de seus meios de subsistência quanto na capacidade de administrar suas próprias redes de relações⁹.

Tradicionalmente, o sustento das famílias yanomami está baseado na soma do que se obtém da caça e da pesca, da coleta de alimentos na floresta (como frutas, cogumelos, castanhas e insetos) e do que produzem em seus próprios roçados. Na dieta preferencial Yanomami, uma refeição consiste em carne acompanhada de beiju ou bananas cozidas ou assadas. Nas roças encontram-se principalmente diferentes espécies de macaxeira e bananas, além de cará, cana, batata-doce, milho, mamão, pupunha e outras cultivos, como tabaco, algodão e plantas para uso estético (urucum), medicinal e mágico¹⁰. Uma roça farta, grande e produtiva na comunidade é um dos sinais importantes de permanência estável. Há momentos em que, diante da variação sazonal da produtividade dos cultivos, ou em razão da abertura de um roçado totalmente novo, famílias inteiras deixam suas casas para viver por longos períodos em acampamentos na floresta, enquanto aguardam seus cultivos crescerem para que possam voltar¹¹.

Casa coletiva de Watoriki na região do Demini, 2010. © Ana Maria Machado





Do ponto de vista sociopolítico, cada comunidade é composta por uma rede intrincada de laços de parentesco e alianças que conectam as famílias que habitam aquele local¹². Em sua composição elementar, a comunidade abriga uma família extensa, composta por um casal adulto, seus filhos e filhas e, idealmente, seus genros e noras. Em grupos maiores, essas famílias extensas podem ser muitas, e mantêm-se unidas ao longo dos anos pela atualização constante de alianças que remontam a gerações passadas, produzidas principalmente pela via do casamento entre seus membros.


Os homens adultos e mais velhos, que encabeçam seus núcleos familiares, são as lideranças reconhecidas do grupo – os *pata thëpë*. São aqueles que, graças à sabedoria e à experiência acumulada ao longo dos anos, apontam os caminhos que a comunidade deve seguir, dando conselhos, fazendo longos discursos e promovendo debates coletivos¹³. A liderança é exercida sobretudo pelo exemplo de conduta nas atividades e no convívio cotidiano, por pessoas que agem com generosidade e coragem. Entre os Yanomami há um forte sentimento de valorização da autonomia dos indivíduos, e seus *pata thëpë* não dispõem de poder de comando. Podem influenciar as decisões das pessoas apenas através de sua capacidade retórica e suas habilidades no manejo e na projeção de suas redes de relações. Essas redes começam pelos círculos de parentesco mais próximos, estendem-se às comunidades vizinhas e mais distantes, podendo alcançar os interlocutores não indígenas.

A história das comunidades Yanomami é um relato de seu movimento de migração, impulsionado muitas vezes pelo crescimento da população, por fissões sucessivas de um mesmo grupo de origem ou por conflitos com outras comunidades; ou ainda pela necessidade de buscar novas áreas para o cultivo das roças ou onde a floresta seja mais abundante. Desse modo, o aparente universo de comunidades totalmente independentes e isoladas esconde o fato de que os grupos participam de um conjunto multicomunitário de parentesco, com suas alianças e inimizades históricas, que conecta cada comunidade a seus vizinhos e a outras comunidades mais afastadas¹⁴. Essas constelações de grupos de parentesco ficam evidentes nas festas *reahu*, grandes festivais intercomunitários celebrados em razão da morte de um de seus membros, em eventos que envolvem farta distribuição de alimentos pelos anfitriões aos seus convidados. São também a ocasião para realizar a cremação do corpo e pertences da pessoa falecida, cuja presença e memória devem ser reduzidas a cinzas e ao esquecimento.

Ademais, o mundo das relações sociais no qual os Yanomami participam considera também a agência de outros seres da floresta, como os diferentes tipos de animais, insetos, plantas, rios e montanhas, além das diferentes classes de espíritos auxiliares e maléficos. Na floresta Yanomami, tudo que existe é dotado de intencionalidade. Na maioria das vezes, o adoecimento é interpretado como um sintoma de agressão dos espíritos maléficos que devem ser combatidos pelos xamãs¹⁵. Em seu trabalho, os xamãs Yanomami¹⁶ devem identificar o agressor e, com seus espíritos auxiliares, revidar o ataque para poder curar seus pacientes. Os xamãs trabalham para manter o mundo em equilíbrio e zelar pela saúde dos seus parentes, em especial das crianças.

Mulher separa pupunha para a preparação de mingau para a festa reahu.
Região do Demini, 2010. © Ana Maria Machado/ISA





“Na terra-floresta, os recursos naturais estão presentes em todas as nossas atividades do dia a dia. Nós nos alimentamos da caça, dos peixes e frutas. Construimos nossas casas com madeira, palhas, e cipós – que também usamos para trançar nossos cestos. Nossos enfeites corporais são feitos de penas de aves, urucum e jenipapo; nós nos banhamos e tomamos água nos igarapés; e cuidamos de nossa saúde com remédios da floresta. Até as brincadeiras das crianças são com passarinhos e insetos. Nós, Yanomami e Ye’kwana, aprendemos a ler a floresta e a conviver com ela. Um exemplo disso é o nosso conhecimento do comportamento dos animais: quando vemos o rastro do porcão, sabemos o caminho deles e com isso planejamos a nossa caçada. Quando um local está ficando sem cipó, planejamos tirar cipós maduros em outras áreas e deixamos as áreas anteriores descansarem, para voltarem a produzir. Este é o manejo que fazemos dos recursos. A nossa principal estratégia de manejo é a mobilidade: a mudança das nossas comunidades para lugares onde os recursos são fartos. Mas existem comunidades na TIY que já vivem há muitos anos no mesmo lugar: é o que acontece com os Sanöma e os Ye’kwana em Awaris, e os Yanomami, em algumas comunidades de Sururucus. O que causa isso é a centralização do atendimento à saúde, fazendo com que as comunidades fiquem sempre próximas dos postos de saúde e das pistas de pouso”¹⁷.

(Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami)

1.2. História e diversidade linguística

A intensificação do contato entre não-indígenas e os Yanomami aconteceu a partir do século XX. Há grandes desafios acerca dos estudos históricos que antecedem o contato, e os trabalhos feitos para redesenhar parte do passado dos Yanomami são estudos antropológicos, linguísticos, arqueológicos e históricos, que se baseiam em relatos de antigas expedições, em documentos linguísticos, materiais arqueológicos e na história oral Yanomami¹⁸. Tais estudos indicam a Serra do Parima, próximo à região de Surucucu, como local de ocupação histórica dos Yanomami e o ponto de dispersão de todos os subgrupos. A partir desse local aconteceram os grandes movimentos migratórios dos diversos grupos Yanomami, em deslocamentos que tiveram seu auge ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX¹⁹. A migração Yanomami para as terras que hoje ocupam foi facilitada pelo desaparecimento de etnias que os circundavam: vítimas de guerras ou de epidemias nos contatos com os não-indígenas, essas etnias teriam funcionado como “etnias tampão”²⁰, adiando e protegendo os Yanomami dos efeitos do contato.

Quando ocupavam a Serra do Parima, os diferentes grupos Yanomami já falavam as seis línguas que compõem a família Yanomami: Yanomam, Sanöma,

Ninam, Yanomami, Yãroamë e Yãnoma. Todas elas são provenientes de uma língua mais antiga – *proto Yanomami* –, assim denominada por pesquisadores²¹. Hoje, entre as seis línguas Yanomami existentes, o Yanomam é a mais falada no Brasil, e tem se configurado como língua franca entre os Yanomami.



Roça na região do Demini, 2023. © Hutukara

“Contam os brancos que um português disse ter descoberto o Brasil há muito tempo. Pensam mesmo, até hoje, que foi ele o primeiro a ver nossa terra. Mas esse é um pensamento cheio de esquecimento! Omama nos criou, com o céu e a floresta, lá onde nossos ancestrais têm vivido desde sempre. Nossas palavras estão presentes nesta terra desde o primeiro tempo, do mesmo modo que as montanhas onde moram os xapiri. Nasci na floresta e sempre vivi nela. No entanto, não digo que a descobri e que, por isso, quero possuí-la. Assim como não digo que descobri o céu, ou os animais de caça! Sempre estiveram aí, desde antes de eu nascer. Contento-me em olhar para o céu e caçar os animais da floresta. É só. E é esse o único pensamento direito.”

Kopenawa & Albert, 2015, p.252-253

1.3. LINHA DO TEMPO DA HISTÓRIA DOS YANOMAMI PÓS-CONTATO

FASE I: PRIMEIROS CONTATOS

Décadas de 1920-1940: Primeiros contatos com grupos extrativistas

Contatos esporádicos com populações ribeirinhas, exploradores e aventureiros.

Décadas de 1940-1960: Contato com agentes do Estado e os primeiros missionários

Incursoes de agentes do Estado, como a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (CBDL) e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Logo em seguida, os primeiros missionários se estabelecem nas regiões de Maturacá, Marauíá, Awaris, Mucajáí, Toototopi e Missão Catrimani. Nessas regiões, a relação com os não-indígenas se intensifica, assim como a circulação de seus bens e as primeiras epidemias que dizimaram muitos Yanomami. Os grupos Yanomami passam a viver um processo de sedentarização ao redor das missões e postos de contato abertos no território Yanomami.

FASE II: GOVERNO MILITAR E OS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA

1973-1976: Início da construção da Perimetral Norte (BR-210)

Estrada planejada pelo governo militar que pretendia ligar o Amapá à Colômbia. A obra avançou pela floresta, passando por cima de comunidades Yanomami e dizimando cerca de 22% do grupo Yaroamë (grupo que vive hoje no Ajarani e Serra do Pacu)²². Em todo seu trajeto, o projeto deixou um extenso rastro de destruição no território e nas vidas Yanomami, tendo conseguido alcançar as margens do rio Demini, já no estado do Amazonas, antes de ser interrompido e desativado por falta de verbas. (Ramos, 1979, 1993).

1975: Início do Projeto RADAM Brasil

O governo militar promove o mapeamento dos recursos minerais da Amazônia, tornando assim o território Yanomami atrativo a garimpeiros e empresas minerárias. A esse projeto podemos associar diretamente o crescimento do estado

de Roraima. Nas décadas seguintes, a descoberta de jazidas de minério no território promove uma migração intensa de trabalhadores atraídos pelo ouro e demais metais preciosos²³. As invasões recentes na TIY estão concentradas nesse estado²⁴.

1986-1992: Invasão garimpeira

Foi ao final do período do governo militar no Brasil que, impulsionado pelo expressivo aumento do preço do ouro no mercado internacional, a floresta Yanomami passou por um de seus piores momentos²⁵, com a invasão de aproximadamente 40 mil garimpeiros. É nesse contexto que se intensifica a luta política dos Yanomami para garantir a demarcação de sua terra, construindo parcerias e alianças estratégicas que fazem com que a causa Yanomami se torne conhecida pelo mundo. Em campanhas nacionais e internacionais, buscam sensibilizar a opinião pública, para unir forças e realizar a pressão necessária sobre o governo brasileiro para a demarcação de sua terra.

FASE III: TERRA DEMARCADA

1990-1992: Expulsão dos invasores e demarcação da Terra Indígena Yanomami

Nesse período têm início os processos para a desintrusão do território invadido, não só pelos milhares de garimpeiros ilegais, mas também por fazendeiros que avançavam suas cercas sobre as fronteiras da floresta. A Operação Selva Livre²⁶, iniciada nos primeiros anos da década de 90, conseguiu expulsar a quase totalidade dos garimpeiros do território Yanomami. No entanto, algumas regiões nunca deixaram de ser alvo de invasões. Em 1992, durante o governo de Fernando Collor, a Terra Indígena Yanomami é demarcada e homologada.

1993: Massacre de Haximu

Após décadas de sofrimento imputado aos Yanomami, a primeira grande invasão ao seu território culmina em mais uma tragédia: o massacre do Haximu, o primeiro crime de genocídio a ser condenado pela justiça brasileira²⁷. A tensão crescente ao redor dos garimpos por parte das forças de segurança, e o esgarçamento da relação entre os invasores e os indígenas criaram as condições para que um grupo de

garimpeiros vitimasse barbaramente 16 pessoas de uma comunidade Yanomami, entre elas crianças, mulheres e idosos²⁸.

1992–2010: Retomada da vida na floresta

A demarcação e a expulsão definitiva dos invasores do território Yanomami marca o momento da retomada do equilíbrio na Terra Indígena Yanomami. É um período de relativa estabilidade sanitária e proteção territorial. Em meados da década de 90, surgem importantes projetos e programas de saúde que propiciaram que os Yanomami vivessem um novo boom demográfico²⁹. É também o período em que diferentes organizações iniciam projetos de educação que alfabetizaram uma geração de indígenas, formando-os como agentes de saúde, microscopistas e lideranças políticas, em prol do fortalecimento da resistência política e da luta pela saúde do povo Yanomami.

1998: Surgimento da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA)

A primeira associação Yanomami surge na região de Maturacá, no Amazonas. Atua regionalmente e tem como referência a cidade de São Gabriel da Cachoeira no Rio Negro, onde estão presentes várias outras associações indígenas.

2004: Surgimento da Hutukara Associação Yanomami

Uma grande reunião realizada na região do Demini marca o surgimento da Hutukara Associação Yanomami (HAY). O nascimento da HAY foi idealizado por Davi Kopenawa, xamã, pensador, grande liderança Yanomami e um dos responsáveis pela movimentação política que fez o nome de seu povo ganhar destaque no Brasil e em todo o mundo. Desde sua criação, a HAY é presidida por Davi Kopenawa, e é a primeira associação da TIY que busca representar todos os Yanomami na relação com o Estado e a sociedade nacional.

2010–2018: Desestruturação das políticas públicas

Os projetos de educação e saúde, agora sob a responsabilidade do Estado, e não mais das ONGs e missionários, vivem seu momento de declínio. Intensificam-se as denúncias das

lideranças indígenas, expondo o quadro de falta de medicamentos, equipamentos e profissionais, além da baixa frequência de visitas de atendimento nas comunidades, fatores que incidiram diretamente sobre a qualidade da atenção básica ofertada na TIY³⁰. A partir de 2015, por exemplo, dados oficiais do Ministério da Saúde³¹ registram o aumento progressivo dos números de casos de malária: 2.565 em 2015, chegando a 5.750 casos em 2018, números que ainda aumentariam nos anos seguintes. Nesse período surgem novas associações atuando no território Yanomami: Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK), na região de Maturacá; Associação Kurikama Yanomami (AKY), na região de Marauíá; Urihi Associação Yanomami (antiga Hwenama Associação Yanomami), na região das Serras; Associação Ninam Texoli (Taner), entre os Ninam do rio Mucajá; e a associação da etnia Ye'kwana, Associação Wanasseduume (Seduume).

FASE IV: A SEGUNDA GRANDE INVASÃO GARIMPEIRA

2016–2022:

O garimpo ilegal volta a se espalhar pela TIY, e não há medidas eficientes para coibir ou controlar a invasão. A covid-19 chega ao território Yanomami, muitas vezes levada por garimpeiros, e faz algumas vítimas: foram 1.202 casos confirmados, resultando em ao menos 10 óbitos confirmados por teste PCR, e 13 mortes suspeitas³². O número de casos de malária aumenta em várias regiões da TIY, e somente no período entre 2018 e 2021 é registrado um total de 40.674 casos da doença³³. Além disso, entre 2018 e 2022, foram registradas pelo menos 570 mortes de crianças causadas por doenças evitáveis e tratáveis³⁴. Surge a Ypasalli Associação Sanöma.

2023 /2024:

É declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), e começam as operações para retirada dos garimpeiros. O governo busca reestruturar os serviços e as políticas públicas voltadas para os Yanomami, mas os resultados não são considerados satisfatórios, levando à criação, no ano seguinte, da Casa de Governo no Estado de Roraima, estrutura permanente para integração das ações nas esferas federal, estadual e municipal.



2 ASPECTOS COSMOLÓGICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA INFÂNCIA: OXĒ THĒPĒ³⁵

Este estudo trata dos sentidos atribuídos pelos Yanomami aos primeiros anos de vida, aos quais se referem como *oxĕ thĕpĕ* / *ihiru pĕ* / *uhuru pĕ* (na língua Yanomam) ou *ulu tōpō* (na língua sanōma). As descrições a seguir buscam elucidar o lugar que as crianças ocupam nessa sociedade³⁶, e para isto será preciso descrever como os Yanomami pensam a concepção, a noção de pessoa e a relação com outros seres não humanos, visíveis apenas para os xamãs.

2.1. Concepção

Segundo os Yanomami, o bebê começa a ser formado no útero da mulher. A partir de diversas relações sexuais, o sêmen, ao cair continuamente no útero, passa por um processo de condensação que formará o feto. Em primeiro lugar, formam-se os olhos, seguindo-se a cervical, a medula e o crânio. A partir desse núcleo, desenvolvem-se o conjunto de ossos e demais partes da pessoa³⁷. Depois que o bebê está formado, ele irá crescer no útero materno sem precisar do sêmen para isso.

Ao conceber a formação de um feto a partir de várias relações sexuais, é possível que uma criança seja formada por vários pais, sendo cada um responsável por uma parte do bebê³⁸. O baixo peso de um recém-nascido ou os vários problemas de saúde enfrentados em sua infância podem ser atribuídos ao fato de aquela criança ter sido formada por meio de poucas relações sexuais e, conseqüentemente, seria mais fraca e vulnerável³⁹. Portanto, na concepção Yanomami sobre a gestação, a mulher não é responsável por gerar a criança, apenas por carregá-la em seu útero⁴⁰, embora entre os Sanōma, grupo Yanomami de Awaris, o *xibé* feito pelas mulheres – uma preparação de beiju com água – seja também elemento importante na formação da criança⁴¹.

2.2. Parto⁴²

Os partos das mulheres Yanomami ocorrem geralmente em alguma área limpa da floresta, relativamente próximo à sua aldeia. Caso o parto aconteça à noite, a mulher pode ter o bebê em um canto da casa coletiva, estando escondido por um lençol. Na maioria dos casos, as mulheres têm seus filhos de cócoras, apoiadas em uma árvore que lhes dará maior sustentação ao corpo durante o parto. Quando tem seu primeiro filho, ou quando já vivenciou um parto longo ou complicado, a mulher é normalmente acompanhada por sua própria mãe e outras mulheres

mais velhas da comunidade que podem apoiá-la de diversas formas durante o parto. Para as mulheres que vivenciaram o primeiro parto de forma tranquila, é possível que realize sozinha trabalhos de parto subsequentes. Qualquer que seja sua idade, os homens não presenciam os partos de suas esposas⁴³, para evitar que se tornem *horepë* – percam a coragem. Os únicos homens que podem presenciar o parto são os xamãs, para dar apoio caso a parturiente tenha alguma dificuldade⁴⁴. Entre os Sanõma o parto acontece dentro de uma casa vazia, onde a mulher costuma ter o parto de cócoras apoiando seus braços em uma rede. Já entre os Yanomami de Maturacá, no Amazonas, a maioria dos partos nas aldeias acontecem no posto de saúde e tem aumentado o caso de transferências para o Hospital Militar de São Gabriel da Cachoeira.

Vale chamar a atenção aqui para os casos de mulheres Yanomami que, por diversos motivos identificados durante o pré-natal, são removidas para os centros urbanos para o nascimento de seus bebês. Dada a diferença radical entre o parto das mulheres Yanomami na floresta e a experiência de um parto em hospital, os relatos sobre partos nas maternidades são geralmente envoltos em memórias dolorosas e cheias de pavor, que costumam povoar com medo o imaginário de todas as mulheres que os escutam. Aquelas que tiveram seus partos na maternidade reclamam da eventual presença de médicos homens (e desconhecidos) durante seus partos. As mulheres sanõma, por exemplo, dizem que a presença de um não-indígena no momento do parto pode ser perigosa para a criança, assim como qualquer pessoa estranha ou visitante, pelo risco de que algum ser maléfico se aproxime⁴⁵. Na experiência do parto hospitalar⁴⁶, as mulheres Yanomami queixam-se também da impossibilidade de ter a companhia de alguém da família, da imposição da posição deitada na hora do parto, do frio do ar condicionado na sala de parto, da realização de métodos invasivos, como a episiotomia, do fato de dormirem em camas na maternidade e não em redes, da falta de uma alimentação adaptada para a dieta Yanomami, e da falta de intérpretes falantes de suas línguas maternas, visto que, em sua maioria, as mulheres Yanomami são falantes monolíngues⁴⁷ de alguma língua da família linguística Yanomami.

2.3. O início da vida

O momento no qual a mãe pega a criança nos braços (*yakapuu*, na língua Yanomam) e a acolhe próximo ao peito define que aquele novo ser é considerado humano, passando a ser membro da família⁴⁸. Nos primeiros dias de vida do bebê, a mãe passa por um período de resguardo próximo ao fogo, até que cesse o sangramento da puerpera e até que caia o cordão umbilical do bebê⁴⁹. Logo após o nascimento, tanto a mãe quanto o pai precisam seguir alguns tabus alimentares⁵⁰. No caso de crianças que, na concepção Yanomami, tenham sido feitas por múltiplos pais, todos os pais da criança deverão seguir os tabus alimentares relacionados ao início da vida do bebê, sob o risco de que a nova criança adoça e morra caso tais regras não sejam seguidas⁵¹.



Há uma variação regional entre os grupos Yanomami em relação aos alimentos que são proibidos, bem como a duração do período de resguardo⁵². Por exemplo, pai e mãe devem abster-se de comer algumas espécies de peixes ou animais específicos, cujos espíritos, de acordo com a cosmologia Yanomami, são muito poderosos e vingativos⁵³. É um período de perigos que envolve toda a família, em um contexto em que seus corpos estão interligados por uma conexão especial. Entre os Sanõma, por exemplo, o pai não deverá se afastar muito de casa quando sair para atividades de caça ou coleta, mesmo que vá sozinho, uma vez que existe o risco de, nessas jornadas no mato, expor também a mãe e o recém-nascido ao ataque de espíritos poderosos que habitam a floresta⁵⁴. Os tabus alimentares dos pais vão sendo reduzidos gradativamente ao longo do primeiro ano da criança⁵⁵.

Crianças brincando em igarapé, região do Maxocapiu, 2022. © Marcelo Moura



Uma criança que acaba de nascer, até cerca de completar três anos, está ainda muito suscetível a ter sua imagem vital (*pei nẽ utupẽ*)⁵⁶ capturada por espíritos maléficos (*nẽ waripẽ*). Muitos casos de adoecimentos de crianças são atribuídos à captura por espíritos e, nesse caso, somente os xamãs (*xapiri thẽpẽ*) são capazes

de enxergar se a imagem da criança foi sequestrada por esses inimigos famintos por carne. Os espíritos *në waripë* levam o *utupë* da criança para suas casas, para que possam devorá-la, o que causaria a morte da criança. Nestes casos os xamãs realizam incursões guerreiras para resgatar a imagem da criança, devolvendo-a para seu corpo, o que a torna novamente saudável⁵⁷.

A imagem vital (*pei në utupë*) que pode ser sequestrada por espíritos maléficos é um dos componentes da pessoa Yanomami⁵⁸. Os Yanomami entendem que tirar uma fotografia (*utupë*) de alguém é uma forma de capturar algo da imagem vital dessa pessoa. No caso de crianças muito pequenas, essa captura da imagem vital fragiliza a criança, tornando-a vulnerável e suscetível a adoecimentos ou sequestro por seres maléficos. Neste caso, não se deve tirar fotos de bebês e de crianças pequenas sem que haja o consentimento de seus pais. É importante acrescentar que a rápida disseminação de celulares entre os Yanomami tem gerado mudanças nessa prática em muitas regiões da TIY, onde os próprios Yanomami tiram fotos de seus bebês. Apesar disso, ainda manifestam seu incômodo com fotos tiradas por terceiros, sobretudo pelos não-indígenas⁵⁹.

Assim como a imagem (*utupë*), o nome também é um dos componentes da pessoa. Por essa razão, em diversas regiões da TIY as crianças menores de dois ou três anos não possuem nomes, sendo as meninas chamadas geralmente de termos relacionadas à vagina (como *nakahi*, *nakasi*, *napa ta*, *nakawai*) ou para os meninos termos relacionados ao pênis ou bolsa escrotal (*moxi*, *mokasi*, *moxika*, *mope ta*, *arusiki*, *pösai*). A nomeação tardia se justifica pela ligação entre um nome e a própria noção de constituição da pessoa: *pei wāaha*, na língua yanomam, sendo o prefixo *pei* o índice de uma ligação profunda entre a pessoa e suas partes constitutivas. Assim sendo, tal como acontece com a imagem (*pei në utupë*), o nome também pode ser um vetor de ataques. Por exemplo, um nome escrito em um pedaço de papel pode ser vetor de feitiçaria e ataques xamânicos⁶⁰.

Além disso, evita-se dar nomes a bebês e crianças pequenas pelo receio de que a criança não sobreviva à primeira infância. Para os Yanomami, a morte de uma pessoa leva ao apagamento de toda sua memória e de seus pertences, e existe também um forte tabu em relação a pronunciar seu nome. Assim, o nome dos mortos deve ser esquecido: lembrá-lo traz muito sofrimento aos vivos, e faz com que a pessoa que se foi não consiga ficar em paz no mundo dos mortos⁶¹. Contudo, assim como a relação com as imagens de crianças pequenas, a prática de dar nome a bebês e crianças pequenas tem sido alterada, tornando-se cada vez mais comum que bebês pequenos recebam nomes, uma vez que há pressão dos não-indígenas em diferentes frentes: de um lado, as equipes de saúde⁶² distribuem nomes para facilitar o registro de suas atividades; por outro lado, é necessário haver documentos para o acesso aos programas de transferência de renda do governo federal (principalmente o Bolsa-Família); ademais, nas regiões onde atuam missionários proselitistas, há pressão para que as crianças sejam batizadas, o que fez proliferar nomes bíblicos na floresta⁶³.

2.4. Socialização, parentalidade e cuidado com as crianças

A infância Yanomami é marcada por grande liberdade. Não existem atividades proibidas, e nem mesmo separação entre espaços de adultos ou de crianças. Elas circulam livres pela aldeia e seus arredores, participam de tudo e têm acesso a todos os lugares. Assim sendo, as crianças têm autonomia para circular e escolher o que querem ver, conhecer e fazer parte, sem o controle que é comum testemunhar em relação às crianças nos contextos não-indígenas urbanos⁶⁴. Desde bebês, as crianças Yanomami acompanham a mãe em todas as atividades sociais, como pescarias, trabalho nas roças, expedições de coleta na floresta, longas visitas a parentes, festas em outras aldeias, ou simplesmente para passear no posto de saúde e ver os aviões que pousam. Os bebês passam longos períodos sendo carregados em tipoias feitas de lã ou de casca de árvore. Estão sempre junto ao corpo das mães, onde encontram conforto emocional e nutrição, sendo amamentados em livre demanda.

As mães costumam amamentar uma criança por cerca de dois ou três anos, mas podem ser desmamadas antes desse período⁶⁵. Durante o período em que a criança está sendo amamentada, a mulher não deverá engravidar de um próximo filho, pois, nesse caso, a criança que for desmamada ainda muito cedo será considerada *thotixipë* – termo que indica uma criança muito magra, de saúde frágil, que costuma chorar muito por ter ciúmes do irmão que irá nascer, e por ter perdido nutrição e cuidados para um irmão mais novo⁶⁶. Nas famílias Yanomami, portanto, o ideal é que haja um intervalo de cerca de três anos entre os nascimentos, embora essa organização do tempo venha sendo cada vez menos observada pela nova geração. De maneira geral, as mães são as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças, principalmente quando ainda são bebês e estão sendo amamentados. Mas as mães estão longe de ser as únicas cuidadoras, uma vez que existe uma ampla rede de parentesco que participa ativamente dos cuidados com a criança. Na maioria das vezes, estas outras cuidadoras são meninas mais velhas da família, alguma tia ou avó da criança que vivem na mesma casa coletiva, ou em casas próximas. Os meninos também podem cuidar de bebês ou de crianças mais novas, embora seja uma prática menos comum se comparada à dedicação das meninas aos cuidados dos mais novos⁶⁷. A mãe e outras pessoas da família cuidam da criança alimentando-a, dando banhos, mantendo-a aquecida, protegida e saudável, levando-a ao posto de saúde, buscando um xamã, administrando plantas medicinais, pintando seus corpos, provendo alguma roupa ou tecendo tangas, retirando bicho de pé e piolhos, moldando seus corpos com massagens para que ganhem forma e possam crescer corretamente. Os pais costumam ser carinhosos com seus bebês, e passam alguns momentos carregando-os ou brincando com eles, embora seja um tempo significativamente menor do que o tempo dedicado pelas mães. São as mães e demais mulheres da família que coletam frutas, pescam e colaboram com a limpeza das roças; os pais



preparam os roçados e são os principais provedores de carne de caça, alimento fundamental na vida e no desenvolvimento das crianças⁶⁸.

Para que uma criança Yanomami possa crescer saudável e se desenvolver, é preciso que sua família tenha condições mínimas para criá-la adequadamente. E para um povo da floresta, é preciso garantir a alimentação. Quando uma mulher descobre estar grávida, mas sabe que não terá boas condições para cuidar daquela criança, pode eventualmente entregar o bebê para que outra mulher possa criá-lo. Entre os Yanomami, a adoção de crianças é bastante comum, e pode acontecer ainda durante a gravidez ou depois do nascimento. Crianças filhas de mães solo, de mulheres muito novas, de mulheres doentes ou de mães que ainda tenham filhos muito pequenos podem ser entregues para serem criadas por outra família ou mulher que viva sozinha. As mães adotivas podem ser mulheres mais velhas que desejam criar uma criança (podendo ser a avó, mas não necessariamente), vislumbrando também a possibilidade de ter uma ajuda à medida que envelhecem. Mulheres e casais inférteis também costumam adotar crianças, assim como famílias não muito numerosas ou que já tenham filhos crescidos⁶⁹.

2.5. Aprendizagem entre pares

À medida que vão crescendo, as crianças Yanomami costumam se reunir em grandes grupos que misturam crianças de diferentes faixas etárias, e circulam livremente pela comunidade. As crianças mais velhas do grupo ficam responsáveis por cuidar e carregar as mais novas. Esses são contextos privilegiados, nos quais as crianças estão sempre aprendendo umas com as outras. As brincadeiras acontecem dentro das casas ou nos arredores da comunidade, mas as crianças nunca se afastam a ponto de se perderem ou de não poderem contar com a ajuda de um adulto. Estes grupos de crianças são livres para brincar na floresta nos arredores das aldeias, onde costumam coletar frutas, pescar e caçar pequenos passarinhos que, por vezes, preparam sozinhas, para serem assados na fogueira: a brincadeira se transforma em refeição compartilhada⁷⁰. Para os Yanomami, o cuidado e, principalmente, a alimentação são os “blocos de fabricação” das relações de parentesco. Dessa concepção de parentesco resulta um compromisso fundamental que movimenta a sociedade Yanomami em redes amplas que ultrapassam o núcleo familiar, na intenção coletiva de evitar o sofrimento das pessoas⁷¹, principalmente das crianças.

Como já foi mencionado, quando saem para atividades na floresta, as famílias são frequentemente acompanhadas pelas crianças. É nesse fluxo constante das atividades sociais que a aprendizagem da vida Yanomami flui, e as crianças crescem inseridas nas atividades econômicas das famílias. Uma cena descrita por Kopenawa sobre sua infância ilustra a liberdade das crianças e a forma como aprendem as atividades Yanomami no fluxo do cotidiano:

Minha mãe costumava também me levar com ela à floresta, para pegar caranguejos-de-água-doce, pescar com timbó ou coletar todos os tipos de frutos. Eu ainda a acompanhava à nossa roça quando ela ia colher



*mandioca ou banana, ou rachar lenha com o machado. Depois, assim que fiquei um pouco mais crescido, os adultos começaram a me chamar para acompanhá-los nas caçadas. Eu os seguia pela mata, ainda coberta de orvalho, e, quando eles flechavam animais pequenos, os davam a mim dizendo: “Leve esta caça, na volta você vai comê-la!”. Éramos, na época, um pequeno grupo de meninos da mesma idade. Os outros eram um pouco mais velhos do que nós. Crescemos indo sempre caçar e pescar juntos. Também ocupávamos nosso tempo imitando tudo o que faziam os adultos. Foi assim que, pouco a pouco, começamos a pensar direito. Flechávamos todos os tipos de passarinhos e lagartos, na floresta ou nas roças vizinhas. E os trazíamos de volta, entrando orgulhosos, como caçadores, em nossa grande casa. Moqueávamos as presas e organizávamos pequenas festas **reahu** com essa “caça”, como víamos fazer os mais velhos. Estes nos encorajavam, brincando. Acrescentavam a nossas presas pedaços de caça de verdade. Então entoávamos alegremente cantos **heri**, como se costuma fazer quando a comida de um **reahu** é farta. Também imitávamos a dança de apresentação de nossos convidados. Dançávamos inclusive em pequenos casais, segurando as meninas pelo pulso, como os adultos, em certas noites de festa. Divertíamos-nos muito mesmo!*

*Tudo isso ocorria na praça central da casa. Os adultos olhavam para nós e riam muito. Divertiam-se em nos ver parodiá-los com tanta ousadia. Não tínhamos medo nenhum! Fingíamos beber o pó de **yãkoana**, como fazem todos os homens no último dia do **reahu**. Imitávamos também sua raiva no decorrer dos diálogos **yãimuu**. Agachados aos pares, maltratávamos-nos segurando uns aos outros pelo pescoço. Como eles, cantávamos gritando nos ouvidos dos nossos parceiros e batendo com a palma da mão em seus flancos. Os únicos adultos que não ousávamos imitar eram os **xamãs**. Os adultos nos tinham alertado. É perigoso demais, pois seus **xapiri** poderiam se irritar com isso e se vingarem. Era assim que vivíamos. Só tomávamos como exemplo as maneiras de nossos maiores. Não queríamos imitar os brancos, como costumam fazer as crianças de hoje, quando fabricam aviõezinhos de madeira e jogam bola. Não escutávamos o barulho dos rádios, nem o dos gravadores. Nossos ouvidos só davam atenção às palavras dos nossos e às vozes da floresta.*

(Kopenawa & Albert, 2015 pp. 329-340)

2.6. A reciprocidade na educação das crianças Yanomami

À medida que a criança se desenvolve, vai aprendendo que o ideal de pessoa Yanomami está relacionado ao princípio da reciprocidade, seja ela em relações conflituosas – na resposta a uma agressão – ou nas relações de amizade e parentesco, com a circulação de dádivas, porque a generosidade é um princípio moral fundamental⁷². Ou seja, do mesmo modo que um ato ofensivo desencadeia uma

resposta que pode criar ou aprofundar inimizades, um ato generoso gera outro, e reforça os laços de afinidade e parentesco. Uma pessoa generosa, que sabe distribuir seus bens e compartilhar comida é considerada *xi ihête* (generoso), qualidade muito valorizada entre os Yanomami. Pessoas que promovem e mantêm renovados atos de generosidade mútua são capazes de criar redes seguras de amizade e alianças entre as famílias de uma mesma comunidade, ou entre diferentes comunidades⁷³. No cotidiano, são as crianças que estão sempre andando entre as casas e fogueiras, fazendo circular as trocas de alimento entre as famílias, aprendendo assim o valor precioso da generosidade.



Criança sanôma caminha entre casas na comunidade de Olomai, região de Awaris, 2009. @Ana Maria Machado/ISA

O termo *waithëri* é também outro adjetivo importante dentro do ideal de pessoa Yanomami. Uma pessoa *waithëri* é considerada corajosa, estóica, valente, que cumpre suas obrigações de vingança, tem bom senso de humor, independência e autonomia⁷⁴. Para que uma criança se torne *waithëri*, é preciso que os adultos lhe ensinem sempre a ser valente, não ter medo, ser resistente à dor e saber revidar um golpe⁷⁵. Nas brigas corriqueiras entre crianças, por exemplo, que envolvam irmãos mais velhos e mais novos, os adultos zelam para que não haja excessos, e incentivam que uma agressão seja respondida de modo considerado justo para encerrar a briga, sem jamais tomar o lugar da criança agredida para revidar o golpe⁷⁶.

Existem diferentes formas de levar a criança a tornar-se *waithëri*, por meio de processos de fabricação de seus corpos – um aspecto importante em sua formação⁷⁷. Um exemplo é a utilização de uma planta mágica denominada *waithëri kiki*, cultivada nas roças exclusivamente pelas mulheres, e hoje mais utilizada por grupos yanomami que vivem nas regiões das Serras⁷⁸. Ao ser usada em forma de colares pela criança, ou esfregada em seu corpo junto à tinta de urucum, essa raiz



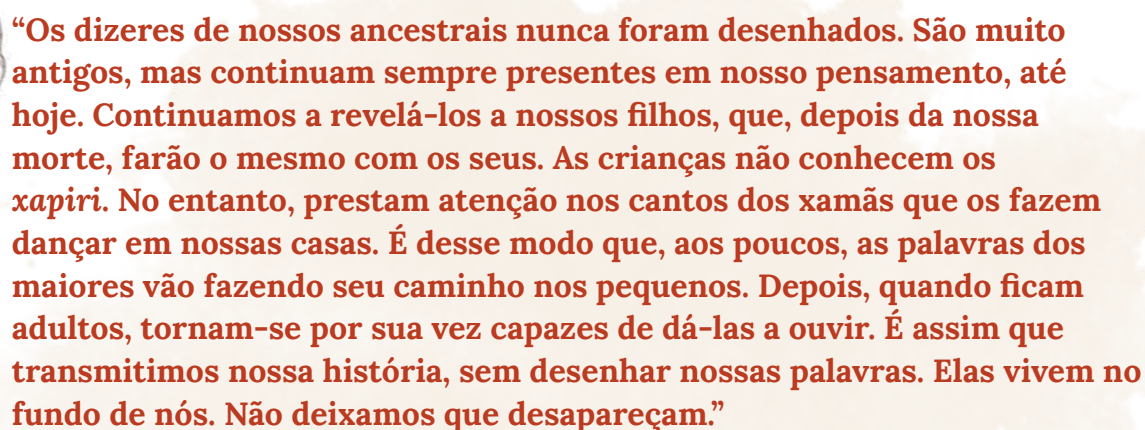
faz com que a criança se torne *waithëri*⁷⁹. Outros meios de agenciar e estimular o caráter *waithëri* são utilizados pelas próprias crianças, fazendo verdadeiros testes de valentia entre si: pode ser queimando os próprios braços com pequenas brasas e suportando a dor, ou colocando marimbondos e formigas para lhes picar os braços, o que os tornará corajosos e bons caçadores. Outra forma de fazer com que a criança se torne *waithëri* começa logo após o parto, quando a mãe coloca a placenta em um ninho de formigas tucandeiras – conhecidas pelo efeito dolorido de sua picada – o que contribuirá para que aquela criança cresça forte e valente.

2.7. Autonomia e liberdade

Liberdade é a marca registrada das crianças Yanomami. São pequenos “embaixadores” nas relações do cotidiano das aldeias, e têm papel importante na relação entre diferentes famílias de uma mesma comunidade. As crianças circulam livremente pela aldeia levando comidas, recados, chamados e fofocas. Correm, brincam e se divertem, mas às vezes causam pequenas confusões e comoção nos adultos, sobretudo quando inventam brincadeiras que as colocam em algum risco. Mesmo nesses casos, as crianças não são repreendidas com severidade⁸⁰. Os Yanomami consideram que as crianças não sabem pensar sozinhas ainda (*pihi kuu tamoimi*), e seu pensamento é cheio de ignorância (*pihi mohoti*). Apenas quando crescem é que seu pensamento “explode” (*pihi homopru*), e começam a pensar por si mesmas. Assim sendo, raramente são castigadas fisicamente, fato justificado pela ideia de que as crianças cometem erros simplesmente porque “não sabem pensar”, portanto, não merecem punição, como explica Davi Kopenawa:

“Criança assim pequena ainda não tem realmente consciência das coisas. Os adultos falam com os pequenos, mas a mente deles ainda está fechada. As palavras ainda não chegam a se fixar nela de fato. Só mais tarde, conforme crescem, seus pensamentos começam a se juntar uns aos outros e sua consciência se põe a florescer”.

(Kopenawa & Albert, 2015, pg. 328)



“Os dizeres de nossos ancestrais nunca foram desenhados. São muito antigos, mas continuam sempre presentes em nosso pensamento, até hoje. Continuamos a revelá-los a nossos filhos, que, depois da nossa morte, farão o mesmo com os seus. As crianças não conhecem os *xapiri*. No entanto, prestam atenção nos cantos dos xamãs que os fazem dançar em nossas casas. É desse modo que, aos poucos, as palavras dos maiores vão fazendo seu caminho nos pequenos. Depois, quando ficam adultos, tornam-se por sua vez capazes de dá-las a ouvir. É assim que transmitimos nossa história, sem desenhar nossas palavras. Elas vivem no fundo de nós. Não deixamos que desapareçam.”

(Kopenawa & Albert, 2015, p. 457)



3 ASPECTOS COSMOLÓGICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA JUVENTUDE: HIYA/MOKO THĒPĒ

As categorias de criança (até 12 anos de idade), adolescência (de 12 aos 18 anos)⁸¹ e juventude (19 a 24 anos) consolidadas ao longo dos últimos séculos na sociedade não-indígena não encontram traduções e paralelos conceituais no contexto Yanomami. As categorias geracionais dos Yanomami não se referem à contagem dos anos. Nesse contexto, as diferentes gerações distinguem-se pelo desenvolvimento dos corpos, pela progressão dos aprendizados de capacidades cognitivas e técnicas, assim como pelo manejo da sociabilidade, além de considerar os papéis desempenhados pelas diferentes categorias geracionais no quadro da socialização político-econômica. Assim sendo, adolescência e juventude formam uma mesma categoria na língua indígena: *Hiya* (masculino) e *Moko* (feminino).

3.1. Ritos de Puberdade

Para os Yanomami, a fabricação do corpo iniciada na concepção e na gestação não termina com a infância: é um processo que se mantém ao longo da vida. No ciclo do desenvolvimento dos corpos Yanomami, a puberdade é um momento importante no qual os corpos podem desencadear transformações e eventos potencialmente catastróficos. O fim da infância e a passagem para a juventude é marcada pelos ritos da puberdade feminino (*yipimuu*) e masculino (*uremisi paarimuu*), associados à primeira menstruação das meninas e ao engrossamento da voz dos meninos⁸². São momentos de extrema vulnerabilidade e perigos, com importantes ameaças ao ordenamento tanto dos corpos quanto do cosmos. Os ritos e suas regras têm o objetivo de controlar essas transformações para que aconteçam corretamente, garantindo o equilíbrio do mundo e do corpo, preparando aquela pessoa e fortalecendo-a tanto no presente como para o futuro: a realização correta do rito tem efeitos duradouros como, por exemplo, o de atrasar o envelhecimento, impedindo a queda dos dentes, o embranquecimento dos cabelos, a flacidez dos seios e o enrugamento da pele.

Assim que chega à menarca, a mãe e demais mulheres da família constroem nos fundos da casa um pequeno abrigo totalmente fechado e coberto com “folhas de menstruação” (*yipë hanaki*) onde a menina permanecerá em reclusão por um tempo que pode variar entre o período do ciclo menstrual da menina, podendo se estender por dez dias ou mais, a depender da região. A mitologia Yanomami narra os eventos catastróficos que se sucederam em razão da quebra

da reclusão de uma jovem menstruada no passado: um dilúvio devastador que irrompeu do chão da floresta e carregou os antepassados com a força de suas águas⁸³. Os Yanomami entendem a menstruação como um momento em que há excesso de sangue acumulado no corpo da mulher, e que, não sendo administrado corretamente, entrará em contato com o mundo de maneira descontrolada, transformando-se em excesso de água na floresta, resultando em chuvas abundantes e na possibilidade de um novo dilúvio e de enchentes⁸⁴. Do ponto de vista individual, o não cumprimento do ritual da primeira menstruação poderá causar mudanças no corpo da jovem e resultar em seu envelhecimento precoce.

Durante sua primeira menstruação, a menina não pode sair da sua casa de reclusão nem mesmo para banhar-se ou fazer suas necessidades, permanecendo todo o tempo sentada sobre pedaços de lenha⁸⁵ ou deitada, de braços cruzados, em uma rede feita da casca de uma árvore. Deve abster-se temporariamente do convívio comunitário, mantendo-se em silêncio ou falando apenas em tom muito baixo. Sua dieta deve ser restrita a poucas quantidades de bananas assadas na brasa e água morna, oferecidas por sua mãe. A instabilidade do seu corpo deve ser controlada com diversas precauções: não pode se coçar sem a mediação de um graveto, pois seus dedos se transformariam em enormes garras afiadas⁸⁶; não pode comer ou beber tocando os alimentos diretamente, devendo usar canudos e pequenos gravetos, sob o risco de ver seus dentes se alongarem⁸⁷; devem manter-se com os braços cruzados embaixo dos seios, para que estes não se tornem flácidos. Finalizado o período de reclusão, a jovem poderá deixar a cabana de palha e retornar ao convívio comunitário. Encerrando o rito, a jovem será pintada e adornada pelas mulheres da família e receberá um novo *pesi maki* (tanga de lã), novas braçadeiras e colares de miçangas. A partir daí já será considerada apta a casar e gerar filhos, de modo que a gravidez de meninas a partir de 12 anos é um fato comum e bem aceito socialmente entre os Yanomami. Há uma série de variações em relação ao ritual de primeira menstruação entre os vários grupos yanomami. As práticas rituais não são estáticas, e assim estão constantemente sendo reelaboradas e ressignificadas, variando também conforme a região.

Diferente do que se observa para a primeira menstruação das mulheres, o rito de puberdade masculina⁸⁸, associado ao engrossamento da voz dos meninos, vem sendo progressivamente abandonado, e é pouco realizado pelos Yanomami contemporâneos. Nas comunidades de hoje, é comum que somente os homens mais velhos se recordem do período em que precisaram permanecer deitados em suas redes, calados, de braços cruzados, mantendo uma dieta restrita que incluía água morna com pimenta⁸⁹. Nesse período, os meninos eram proibidos de sair de casa, sob o risco de se transformarem em animais e saírem correndo, perdendo-se para sempre na floresta. Deveriam ficar deitados em suas redes, de braços cruzados sobre o peito e em silêncio. Ao fim do período de reclusão, podiam voltar a sair e eram estimulados a ir para a floresta caçar.



Jovem com adornos e pintura facial. Região de Papiu, 2011. © Ana Maria Machado

A cultura Yanomami aponta estreita relação entre as habilidades de caça dos jovens e a vocação xamânica. É durante a juventude que desperta o interesse e a curiosidade pelo trabalho dos xamãs. Por outro lado, os espíritos também olham com bons olhos para jovens que são bons caçadores e passam mais tempo na floresta do que em casa, de modo que nessa fase os jovens podem ter experiências importantes com as visitas dos espíritos que os desejam, que se manifestam principalmente nos sonhos⁹⁰.

3.2. Lugar da juventude na sociedade Yanomami

A entrada na puberdade é o momento que inaugura a associação de meninos e meninas à condição de *hiya* e *moko*. Apesar de ser uma fase da vida repleta de liberdade, diferente da infância, espera-se dos jovens Yanomami maior adequação às regras do convívio e um engajamento progressivo nas atividades da família, principalmente na produção de alimentos.

À medida que crescem, o fruto do trabalho dos meninos e das meninas Yanomami torna-se cada vez mais importante na economia de suas famílias. Dessa forma, os jovens seguem desenvolvendo atributos fundamentais e valorizados socialmente, que os ajudarão a encontrar bons casamentos. Entre os Yanomami, há uma preferência declarada pelo casamento entre membros de uma mesma comunidade⁹¹, de modo que é preciso “mostrar serviço”, para que não sejam taxados como preguiçosos/as (*yāxi*) por seus pretendentes, menos ainda por seus sogros e sogras em potencial. No convívio cotidiano das comunidades, é comum ouvir os mais velhos reclamando da preguiça dos jovens nos discursos noturnos das lideranças. Esta modalidade discursiva, conhecida como *hereamuu*, são falas que muitas vezes servem como tentativa de ajustar a conduta da juventude⁹². O constrangimento e o controle social exercidos por meio de reprimendas verbais são as únicas formas disponíveis para “corrigir” os desvios dos jovens, e são muito raras quaisquer formas de punição ou castigo. No entanto, a persistência ao longo dos anos em condutas inadequadas ao convívio social poderá resultar em sérias dificuldades no momento de construir boas alianças e, principalmente, para encontrar esposas ou esposos.

3.3. Relacionamentos afetivos e sexuais na juventude

Enquanto ainda são muito jovens e as obrigações familiares ainda não pesam tanto em seu cotidiano, os Yanomami costumam passar muito tempo envolvidos em paqueras e namoros. Jovens casais se formam e se desfazem corriqueiramente, e tal movimentação alimenta o fluxo de recados sussurrados por ajudantes, trocas de presentes e muitos encontros às escondidas na floresta⁹³.

Na sociedade Yanomami, a sexualidade não é envolta em mistérios ou moralidade⁹⁴: é um assunto tratado abertamente na presença de todos. Embora não sejam proibidas as relações sexuais entre pessoas de diferentes faixas etárias, os Yanomami manifestam restrição moral à prática sexual ainda na infância, mesmo entre pessoas da mesma idade. Desse modo, interpretam a primeira menstruação e a puberdade como marco fundamental para o início da atividade sexual. Além disso, o sexo somente é alvo de proibição e/ou condenação moral quando acontece em relações extraconjugais ou consideradas incestuosas⁹⁵. Entre os jovens, somente aqueles em processo de iniciação para tornar-se xamãs devem abster-se da prática sexual, sob o risco de espantar os espíritos auxiliares⁹⁶.

Os casos de amor dos jovens podem gerar uma série de situações que sempre alimentam histórias muito envolventes para quem as vive e as acompanha. Pode envolver disputas entre irmãos por uma mesma pretendente, problemas com possíveis cunhados, sogros e sogras que proíbem os relacionamentos de suas irmãs e filhas, além das repetidas brigas, provocadas por infidelidades, que envolvem os casais recém-formados e “terceiros”. É preciso ter cuidado: o ciúme (*pihi wayuu*) é um combustível importante para muitos dos conflitos entre os





Yanomami⁹⁷. Situações como essas são ainda mais delicadas durante as festas *reahu*, onde os namoros às escondidas sempre têm lugar, e nos quais muitas vezes os jovens visitantes tentam fugir de volta para suas casas levando uma jovem da comunidade anfitriã⁹⁸. Para a família da jovem, tal fato é interpretado como ofensa grave, o que pode fazer estremecer a relação entre duas comunidades aliadas.

3.4. Casamentos e o serviço matrimonial prestado aos sogros

Para os Yanomami, o casamento é uma troca entre as famílias, celebrada principalmente entre sogros/as e genros. Os pais “dão” sua filha para o genro pretendente que, em contrapartida, deverá entrar em um período de prestação de serviços aos sogros, conhecido como “*turahamuu/suhamu*”⁹⁹. O marido deve trabalhar para a família da esposa como forma de pagamento (*koamaí*) pelo casamento. Isso envolve principalmente alimentar sogro e sogra, fazendo novos roçados, ofertando caça, pesca e alimentos coletados na floresta, mas também realizando outros serviços, como a construção de casas, e participando das vinganças e guerras que envolvem a família da esposa. Com a intensificação do contato com os não-indígenas, outra forma de realizar o pagamento é através da oferta de “*matihipê*”, termo que se refere às mercadorias dos não-indígenas¹⁰⁰. Para as mulheres, o *turahamuu* é igualmente um período de provações, e também elas devem realizar tarefas para seus sogros e sogras, sobretudo no preparo e na oferta de alimentos.

A realização do *turahamuu* acontece tanto em casamentos celebrados no interior de uma mesma comunidade como – e ainda com maior intensidade – em casamentos intercomunitários, nos quais é esperado que os homens recém-casados se mudem para a comunidade dos pais da esposa para realizar o serviço matrimonial. O mais comum é que esse período perdure por ao menos dois anos após o casamento. Depois disso, os homens casados fora de suas comunidades podem levar suas esposas para viver em sua comunidade de origem. No entanto, as obrigações nunca cessam por completo, e os genros e noras devem solidariedade e cuidados aos sogros e sogras por todo o tempo que perdurar o casamento.

Embora muitos casamentos sejam arrançados em acordos entre o pai da menina e seu pretendente, em situações de casamentos indesejados as mulheres podem buscar diferentes estratégias para driblar a obrigação matrimonial. Por vezes, em casos em que a esposa prepara fugas insistentes de seu marido, ele chega a desistir de investir naquele casamento. Em diversas regiões, vem-se tornando prática comum que os novos casais se formem a partir de suas próprias escolhas, ou mesmo que se separem ainda no início do casamento, caso não se adaptem¹⁰¹.

No contexto social Yanomami, a relação entre sogros/as e genros/noras é muito singular e importante, marcada por diferentes signos que envolvem cargas

mais acentuadas de hierarquia e controle, que levam os sogros a deter autoridade sobre seus genros¹⁰². É também uma relação marcada por uma regra rígida de se evitar reciprocamente: genros/noras e sogros/sogra não podem dirigir-se diretamente uns aos outros, devendo manter distância nos espaços e caminhos da casa e em seus arredores. Os Yanomami explicam que sogros e genros têm medo/vergonha (ambos sentimentos descritos pelo mesmo termo na língua Yanomam, *-kiri*) uns dos outros, por isso não se aproximam. Assim sendo, a relação entre eles deve ser totalmente mediada por outros: por exemplo, quando querem falar algo com seus genros/noras, sogros/sogra enviam recados através de suas filhas/filhos, ou por outras pessoas.



Aeronave a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) decola na região de Surucucu, na Terra Indígena Yanomami, 2023. © Fernando Frazão/Agência Brasil

3.5. Mobilidade e juventude

Um correlato das regras e obrigações que envolvem o casamento entre os Yanomami é um maior controle das mulheres por parte dos homens da família e da comunidade (principalmente por seus pais e irmãos). As mais jovens permanecem nas comunidades de seus pais e, na maioria das vezes, terão seus casamentos arranjados pelos homens, como forma destes manterem e aumentarem suas redes de aliança e influência. Um homem com muitas filhas poderá atrair para si muitos genros, e poderá realizar muitas alianças que lhe permitiriam ampliar suas formas de influência¹⁰³. Seguindo as regras e terminologias do parentesco,



assim como as obrigações de contrapartida das trocas de esposas entre aliados, é comum que as meninas tenham maridos predeterminados desde a infância, e antes de sua primeira menstruação¹⁰⁴.

Se por um lado mulheres jovens solteiras são alvo de maior controle social, que as mantém ligadas a suas famílias e comunidades de origem, os homens jovens solteiros em idade similar experimentam maior liberdade. Para eles, é comum que façam viagens para comunidades aliadas, onde podem viver entre amigos e familiares por longos períodos de tempo. Tal experiência é muitas vezes considerada um momento de grande importância na formação desses jovens. Nos dias atuais, essas aventuras têm sido substituídas por experiências entre os brancos, seja nos garimpos ou nas cidades¹⁰⁵.

Não é difícil que nessas longas viagens para comunidades distantes os jovens encontrem parceiras e, até mesmo, esposas em outras aldeias. Mas também não são raras as vezes em que, após um breve período “casados”, decidem retornar para suas comunidades de origem, abandonando a esposa e desfazendo o casamento¹⁰⁶. Nos casos em que deixam jovens esposas grávidas, ou com filhos pequenos, essa conduta pode gerar desequilíbrios importantes nas dinâmicas produtivas da família da mulher, que poderão ter consequências nos futuros cuidados e na alimentação dessas crianças, ao menos até que um novo casamento da jovem mãe aconteça¹⁰⁷.

3.6. Passagem da juventude para a vida adulta

Para os Yanomami, não é clara a linha que marca a fronteira entre a juventude e a vida adulta. Idealmente, o início dessa transição para a fase adulta pode ser o momento em que um casal de jovens tem um ou mais filhos. Com filhos e um casamento, as responsabilidades de moças e rapazes intensificam-se, de modo que, progressivamente, deixam de ser jovens, tornando-se *pata*¹⁰⁸.

Entretanto, “*hiya*” e “*moko*” são categorias fluidas: por estarem condicionadas a requisitos distintos e contextuais, podem ser mobilizadas de diferentes formas: podem estar atreladas a critérios “estéticos” – por exemplo, na utilização do termo “*moko*” para caracterizar uma mulher de idade adulta, mas que não apresenta características de envelhecimento¹⁰⁹; e também a critérios baseados no desempenho dos papéis sociais e no cumprimento (ou não) das expectativas do grupo, como quando vemos homens já na idade adulta, mas que são considerados *hiya* por serem solteiros, por não terem suas próprias roças ou por se comportarem de modo irresponsável. Por fim, as categorias que se referem à juventude podem estar ligadas a critérios de ordem política. Um exemplo é que os *hiya* não detêm as habilidades, a coragem e a legitimidade necessárias para fazer os discursos noturnos, conhecidos como *hereamuu*, reservados àqueles que possuem mais autoridade ou são mais idosos – e, portanto, são chamados de *pata*¹¹⁰. Além disso, mesmo entre homens adultos mais experientes e habilitados a tomar frente nos espaços de debates coletivos, são os mais idosos que têm a prerrogativa de influência e decisão – os verdadeiros *pata thëpë*, diante dos quais todos os demais, adultos ou não, são “jovens ainda” (*hiya xoa*)¹¹¹.



4 RELAÇÕES COM O MUNDO NÃO-INDÍGENA

O comportamento das crianças e dos jovens é um elemento importante na relação intergeracional Yanomami. Por vezes, os ensinamentos dos mais velhos não são obedecidos, e há desinteresse por parte dos mais jovens em relação aos assuntos dos mais velhos. Essa dinâmica se potencializa com as rápidas transformações desencadeadas pela intensificação do contato com a sociedade não-indígena.

Para os Yanomami, os assuntos dos não-indígenas são carregados de uma ambiguidade difícil de conciliar. Diante dos benefícios imediatos da incorporação de novas práticas e tecnologias, a curiosidade e o interesse dos indígenas é mediada por apelos negativos que identificam nas mercadorias nos modos de vida não indígenas. Tal contexto inclui, mas ultrapassa, um debate sobre tradição *versus* inovação cultural. No passado, por exemplo, as muito desejadas manufaturas e mercadorias dos não-indígenas foram também associadas a seu potencial patogênico, sendo diretamente associadas às epidemias concomitantes à sua chegada: o fascínio pelos novos objetos carregava consigo o poder deletério das primeiras epidemias¹¹².

O debate sobre os efeitos das transformações contemporâneas entre os Yanomami envolve todas as dimensões da vida, da economia à organização social, da filosofia/cosmologia até as questões políticas, de sua relação com o território aos aspectos do cotidiano.

4.1. Mudanças e conflitos intergeracionais

Atualmente, há no cotidiano Yanomami um aporte constante de novos aprendizados, usos e experimentações das coisas e dos modos de vida dos não-indígenas. É possível notá-los desde os cortes de cabelos de homens e mulheres, na dieta cotidiana e nos novos objetos que passam a fazer parte da vida das comunidades. Além disso, há pontos de vista distintos, de pessoas de gerações diferentes, em relação às novidades e mudanças, perspectivas que muitas vezes podem ser conflitantes.

Um bom exemplo da dificuldade em avaliar essas novidades em termos de benefícios ou prejuízos é a recente e exponencial incorporação dos aparelhos de celular. Por meio de celulares, crianças e jovens aprendem palavras em português, e até em outros idiomas. Aquilo que veem nos filmes passa a ser incorporado em brincadeiras. Por um lado, essa tecnologia vem sendo apropriada de forma criativa pelos Yanomami, que passaram, por exemplo, a fazer registros de suas festas, a circular com maior amplitude os cantos tradicionais em comunidades muito distantes entre si, além de darem usos propriamente políticos aos

celulares, que se tornaram importantes ferramentas para a dispersão de denúncias e para a articulação política entre a floresta e a cidade¹¹³. Entretanto, usos de celulares que podemos considerar positivos convivem com outras novidades mais problemáticas, como o acesso indiscriminado a conteúdos audiovisuais da cultura não-indígena, sem que haja qualquer tipo de filtro ou visão crítica.



Jovens filmam dança de apresentação de convidados durante o Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, em 2022. © Marcelo Moura

O descontentamento dos mais velhos com o uso constante dos celulares pelos jovens não se resume a isso. Os adultos reclamam, por exemplo, das músicas em alto volume que atravessam a paisagem sonora da floresta e da aldeia. Mas, principalmente, queixam-se de que os jovens estão com o pensamento fixo nos celulares. E por esse motivo, deixam de realizar outras atividades e aprender práticas importantes, como técnicas de caça e o xamanismo, e são considerados preguiçosos. Esses atritos entre gerações, que não são exclusivos do contexto

sociocultural dos Yanomami, refletem-se nos problemas que envolvem a manutenção e a sobrevivência de conhecimentos e práticas tradicionais, ameaçadas por tantas novidades advindas do mundo não-indígena. Esse descompasso entre gerações não é um problema recente entre os Yanomami, e faz parte de suas preocupações desde os primeiros anos de contato. Falando sobre o interesse dos jovens pelo xamanismo, Davi Kopenawa aponta:

“Nossos antepassados, quando ainda estavam sozinhos na floresta, tinham muita sabedoria. Preferiam as palavras do canto dos espíritos a qualquer outro pensamento. Hoje, as falas que não param de chegar da cidade abafam a voz de nossos ancestrais. As palavras dos xapiri se enfraqueceram na mente dos jovens. Temo que estejam interessados demais nas coisas dos brancos. Vários deles têm medo do poder da yãkoana e de virar xamãs” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 506).



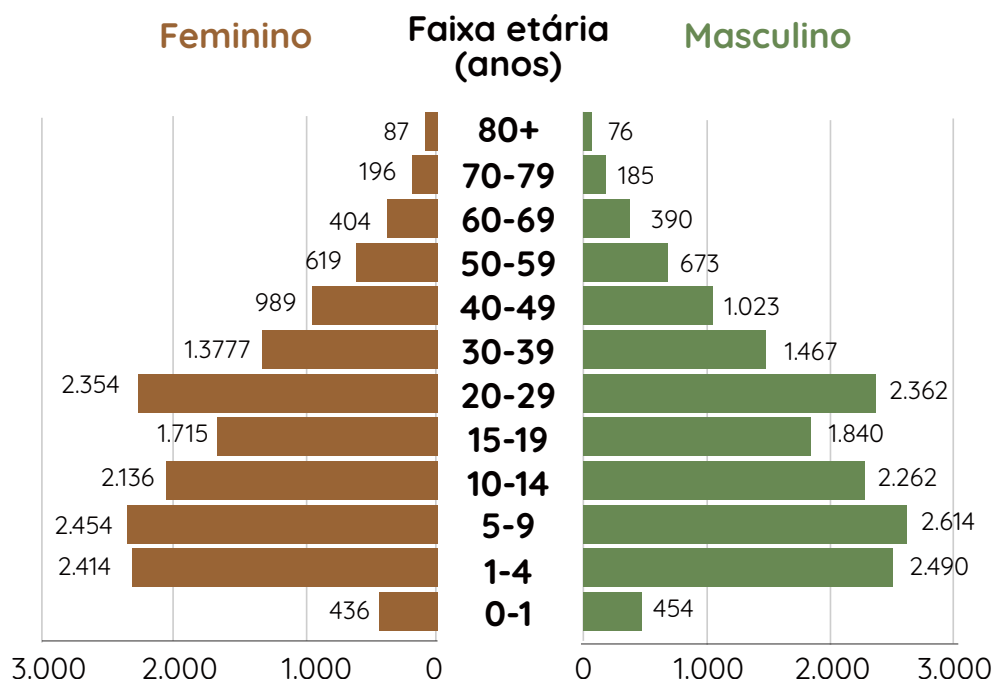
4.2. Crescer em um mundo em transformação

As rápidas mudanças sociais advindas do contato com o mundo não-indígena estão no horizonte de preocupações dos Yanomami há décadas, e as novas gerações crescem nesse ambiente. Ao lado de um fluxo de transformações intensas com as quais precisam lidar, a juventude Yanomami também carrega o peso da responsabilidade pela garantia da sobrevivência, resgate e proteção das tradições e práticas de seus pais e avós que, até pouco tempo, não pareciam estar em perigo de extinção iminente: eram os modos de vida cotidianos, simplesmente a maneira Yanomami de existir e estar na floresta. Soma-se a isso o fato de que o contato com os não-indígenas, que trouxe tantas novidades, originou também um rastro de morte que se reflete hoje nos dados demográficos da população Yanomami, visto que apenas 4,3% da população têm mais de 60 anos de idade. Hoje são pouquíssimos os Yanomami mais velhos que ainda lembram dos tempos que antecederam o início do contato com os não-indígenas. E são essas pessoas mais velhas os principais detentores de conhecimentos em vias de desaparecer.

O censo populacional de 2022 apresentado pelo Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-Yanomami) mostra que, entre as populações Yanomami e Ye'kwana, 74,42% das pessoas teriam menos de 30 anos, e apenas 8,48% teriam mais de 50 anos, como mostra a pirâmide etária adiante¹¹⁴. Esta imagem indica que a população Yanomami de hoje é formada massivamente por jovens e crianças que nasceram e cresceram em uma terra demarcada, e que puderam viver muitos anos sem conhecer os dramas vividos por seus pais, avós e bisavós. Essa é a chamada “geração terra demarcada”. As gerações anteriores – os 25,58% com mais de 30 anos de idade – são sobreviventes das grandes epidemias vividas durante os primeiros contatos com os não-indígenas: estima-se que nos períodos da construção da Perimetral Norte e da primeira grande invasão garimpeira, cerca de 14% da população Yanomami em Roraima tenha morrido¹¹⁵.

Desde o início dos primeiros contatos, os Yanomami viveram um breve momento de paz e estabilidade, que se seguiu à demarcação da TIY, em 1992,

conquistada graças a muita luta das lideranças Yanomami e de seus aliados. Esse também foi o período em que os Yanomami passaram a ter acesso a melhores serviços de saúde, que favoreceu um “baby boom”, com um crescimento demográfico muito além da média da população brasileira no mesmo período. Após décadas de eventos traumáticos e alto índice de mortalidade em várias regiões da TIY, os Yanomami passaram a fazer discursos em prol do aumento de suas populações¹¹⁶, como de fato ocorreu. A população Yanomami no Brasil, que na década de 90 era de aproximadamente 10 mil pessoas¹¹⁷, hoje está em torno de 30 mil, tendo praticamente triplicado nessas últimas três décadas.



Fonte: Informe Mensal COE Yanomami

Nós percebemos que precisamos fortalecer também os espaços onde nossos conhecimentos são transmitidos. Nós trocamos muitos conhecimentos em nossas comunidades: aprendemos pinturas corporais durante as festas; nas festas nós também nos visitamos e fazemos nossos diálogos cerimoniais. Sabemos que, para os conhecimentos Yanomami e Ye'kwana ficarem vivos por muitas gerações, precisamos colocá-los em prática; Só assim os nossos filhos vão saber fazer também. Os jovens só vão aprender se virem os anciões fazendo.”

(Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami, 2019, p. 113).



Mesa com notebook, com flechas ao lado, em comunidade na região do Demini, 2010.
© Ana Maria Machado/ISA

4.3. Os impactos da segunda invasão garimpeira

Após a demarcação da TIY, os Yanomami viveram um breve período de maior estabilidade que se estendeu até 2016, quando passaram a testemunhar a crescente e ostensiva presença ilegal de garimpeiros em seu território. De acordo com o Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal na TIY¹¹⁸, entre outubro de 2018 até dezembro de 2022, a área impactada pelo garimpo cresceu 300%, e expandiu-se para diversas áreas do território Yanomami, afetando diretamente quase 60% da população. Os garimpeiros ilegais espalharam-se novamente por todo o território, como haviam feito no final da década de 1980, porém com maquinários mais potentes e capazes de causar maior impacto, destruindo a floresta e atravessando o cotidiano das comunidades.

A necessidade dos Yanomami em obter alguns bens industrializados, a curiosidade e o interesse pelo mundo dos não-indígenas (em especial por parte dos mais jovens)¹¹⁹, somada às promessas de pagamentos, fez com que fossem formados vínculos entre Yanomami e garimpeiros em diversas regiões da TIY. A estratégia dos invasores em tentar conquistar os Yanomami para saquear seu território é antiga. Buscam estabelecer relações amistosas com as comunidades afetadas diretamente pelas ações de espoliação do ouro e da cassiterita. Davi Kopenawa, liderança que continua sendo uma das principais vozes contra os invasores,

relata como essa estratégia esteve presente também durante a primeira grande invasão garimpeira ao final da década de 1980:

“Os homens das casas das terras altas ficaram contentes com a vinda dos recém-chegados. Por falta de conhecimento, pensaram: “Talvez esses estrangeiros não sejam maus! Sabem ser generosos!”. Então começaram a trocar com eles cachos de bananas por arroz e farinha de mandioca. Depois tomaram gosto pelos alimentos dos brancos e ficaram cada vez mais preguiçosos. Os rapazes pararam de carregar flechas e depois até de fabricá-las. Então os garimpeiros começaram a alimentá-los com seus restos. Os jovens não se deram conta de que os napê zombavam deles e os chamavam de urubus e de cães. Todos pararam de caçar e, pouco a pouco, foram parando também de cuidar das roças. Ficaram animados com a ideia de que a comida dos brancos nunca lhes faltaria: “Esses forasteiros não são sovinas! Seu arroz e sua carne em estojo de metal são deliciosos. Vejam todos os alimentos que descem sem parar de seus aviões! Não seria bom se eles se instalassem perto de nós e continuassem a nos alimentar assim?”. Seu pensamento se tornou obscuro diante da beleza das grandes redes de algodão, das panelas de metal e das espingardas novas dos brancos. Nem prestavam mais atenção nos próprios filhos e deixaram os garimpeiros pegarem suas mulheres. Seu pensamento passava o dia todo tomado só pela palavra das mercadorias. Não paravam de pedir, em língua de fantasma: “Quero uma faca, um facão, uma bermuda, sandálias, cartuchos, biscoitos, sardinhas!”. Suas antigas palavras sobre a floresta e as roças encolheram em suas mentes até silenciarem. Nunca mais se ouviu eles dizerem: “Amanhã, ao nascer do sol, vamos flechar guaribas! Vamos às roças, plantar brotos de bananeira!”. Pouco a pouco, viravam outros e dava dó ouvi-los. Vê-los secava o pensamento. Depois, de repente, todos foram pegos pela doença da fumaça do ouro. Esfomeados e ardendo em febre, começaram a morrer um depois do outro. As mulheres novas foram ficando cada vez menos numerosas. Logo não havia mais crianças nem velhos nas casas vazias e frias. Os poucos sobreviventes estavam descarnados e cobertos de impetigo. Só então começaram a se preocupar com a chegada dos garimpeiros!” (Kopenawa e Albert, 2015, p. 353)

O relato de Davi Kopenawa refere-se a situações vividas durante a primeira invasão garimpeira, no final da década de 1980. Ainda assim, pouco mais de 30 anos depois, os desafios permanecem. Hoje são os jovens da “geração terra demarcada”, estes que não viveram o drama e o caos sanitário da primeira invasão garimpeira, que passam a ter um papel importante nos mecanismos de cooptação. Por meio do contato com não-indígenas, muitos passaram a fazer acordos com garimpeiros e viram-se empoderados pelos benefícios que receberam em troca¹²⁰. Esses jovens foram cooptados tanto nas cidades quanto dentro da terra indígena, e passaram a receber alimentos industrializados, celulares, bebidas alcoólicas, acesso à internet, dinheiro e, principalmente, armas de fogo.





A desestruturação social gerada pelo garimpo incide diretamente nas dinâmicas intergeracionais que dão sustentação à organização sociopolítica Yanomami. O *status* diferenciado que os jovens cooptados ganham no seio de suas comunidades tensionam as relações entre as diferentes gerações, e também entre suas próprias famílias, fatos que afetam não apenas as bases da organização política da comunidade, mas também sua capacidade produtiva. Nesse processo, os jovens cooptados pela atividade garimpeira afastam-se da vida até então vivida por seus pais e avós, deixam de contribuir nas atividades de caça, pesca, roça ou coleta da própria família¹²¹ e, em alguns casos, passam a ameaçar as lideranças contrárias ao garimpo, garantidos pelas armas que recebem em pagamento¹²².

Vários relatos indicam o aumento da tensão intergeracional durante a segunda invasão garimpeira¹²³. A população mais velha, muitos daqueles que sobreviveram à primeira invasão, são contra o garimpo em suas terras, e não acompanham várias mudanças incorporadas pela nova geração. Porém, com os garimpeiros empoderando e aliciando uma juventude numericamente massiva, muitos desses velhos viram-se desmoralizados.

Diferente do que ocorreu durante a primeira invasão garimpeira, hoje a estrutura do garimpo é mais complexa, com maiores proporções transformaram-se em minerações ilegais dominadas por complexas estruturas operacionais e hierárquicas¹²⁴. Além disso, a partir de 2018 o crime organizado¹²⁵ viu no garimpo uma possibilidade de diversificar seus negócios com a extração e a venda de ouro ilegal no chamado narcogarimpo. Em especial, o Primeiro Comando da Capital (PCC) passou a atuar em algumas regiões da TIY, envolvendo alguns jovens Yanomami com o consumo de drogas como cocaína e pasta base¹²⁶.

Em regiões severamente atingidas pelo garimpo durante a grande invasão, até o ano de 2023, alguns jovens foram cooptados por promessas de pagamentos, armas de fogo, telefones celulares e todo o *status* que estes objetos lhes conferem localmente. Foram atraídos para o consumo de álcool, drogas de alto poder aditivo¹²⁷, abusos e exploração sexual¹²⁸. É de se notar que, com o aumento do número de armas de fogo entre os jovens Yanomami, em combinação com o fácil acesso às bebidas destiladas, há um consequente aumento dos casos de agressão e morte por armas de fogo em meio a jovens com menos de 18 anos¹²⁹.

O impacto do garimpo ilegal é multifacetado: atinge a vida de crianças e jovens Yanomami para muito além do modo como cria e intensifica conflitos entre os indígenas. Durante a última grande invasão garimpeira, foram vários os relatos e denúncias da ação de garimpeiros em atentados armados que causaram ferimentos¹³⁰ e morte de jovens Yanomami¹³¹, incluindo crianças. Em 2021, a Associação Hutukara denunciou a morte por afogamento de duas crianças, de 01 e 05 anos, após confusão e fuga provocada por um ataque de criminosos à comunidade Palimiu¹³², no rio Uraricoera; e mais outras duas crianças mortas afogadas, por terem sido sugadas pelo motor das dragas de um garimpo que operava a menos de 300 metros da comunidade Macuxi Yano, na região do Parima¹³³. Esse contexto deixa marcas em toda uma nova geração de Yanomami. Somados às mortes causadas pelas consequências do impacto sanitário impulsionado pelo garimpo

ilegal, tais fatos atualizam os traumas daqueles que viveram os anos iniciais dos contatos com os não indígenas e a primeira invasão garimpeira.

4.4. Exploração sexual e o garimpo ilegal na TIY

As meninas e as jovens Yanomami são as principais vítimas da invasão garimpeira, por algumas delas terem seus corpos violados por estupro e exploração sexual. Em regiões onde há a presença de garimpo, há denúncias de meninas muito novas sendo exploradas sexualmente na forma de prostituição¹³⁴, com casos de meninas Yanomami vítimas de exploração sexual ainda aos 12 anos de idade. Em 2020, no relatório “Cicatrizes na Floresta Evolução do garimpo ilegal na TI Yanomami em 2020”, as associações indígenas denunciaram o caso do sequestro de uma adolescente de 16 anos por garimpeiros com fins de exploração sexual¹³⁵. Em maio de 2022, a Hutukara Associação Yanomami denunciou uma sequência de casos de abusos cometidos contra os moradores da comunidade sanöma Aracaçá, pertencente à região do Waikas¹³⁶. Os relatos descrevem a realidade vivida pelas jovens e por mulheres Yanomami, exploradas sexualmente pelos garimpeiros.

Como descrito anteriormente, para que uma mulher dê início à sua vida sexual, é preciso que tenha tido sua primeira menstruação. Pela cultura Yanomami, as mulheres esperam receber presentes de seus parceiros sexuais, e que seu marido, ou futuro marido, preste serviço matrimonial a seus sogros (*turahamu/suahamu*). Os garimpeiros que atuam dentro da TIY passaram a se valer das regras Yanomami para cometer crimes de pedofilia e exploração sexual, uma vez que há inúmeros relatos de casos de meninas abusadas em troca de algum pagamento para si ou para suas famílias¹³⁷. Por vezes, algumas dessas meninas são agenciadas por outros jovens (irmãos, primos, etc.), que recebem pelos programas que fazem com um ou mais garimpeiros¹³⁸. Há também casos de meninas e mulheres que frequentam os garimpos para prostituir-se em troca de comida, em situações de evidente exploração¹³⁹.

Em algumas comunidades da TIY, principalmente na região do Parima, há casos de meninas Yanomami que se tornam mães de filhos de garimpeiros¹⁴⁰. Uma vez que estes homens não assumem seus filhos, a menina torna-se mãe solo, corroborando mais uma vez com a desestruturação social e a economia local, uma vez que uma criança sem pai ou sem mãe poderá ter muitas dificuldades em seu desenvolvimento e para alcançar uma boa condição nutricional. Há relatos também de garimpeiros que, ao ter filhos com meninas Yanomami, levam os bebês para a cidade à revelia da mãe¹⁴¹.

É preciso considerar também o alto índice de contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Entre a maioria dos Yanomami, não é comum o uso de preservativo durante as relações sexuais. O sexo desprotegido feito com garimpeiros tem levado a um grave aumento de ISTs. A difusão de doenças como sífilis, gonorréia, herpes genital e HIV têm impactado a saúde das mulheres Yanomami:





“Anteriormente, as mulheres Yanomami não tinham a doença do abdômen. De fato, os homens tampouco estavam doentes, por isso as pessoas estavam com saúde. Portanto, nós Yanomami não conhecíamos essas doenças “warasi” que deixam lesões na pele, quando as mulheres não sofriam de sangramentos. Agora, depois que os garimpeiros catadores de ouro, por causa do veneno da cachaça, começaram a ter relações com as mulheres, aprendemos o nome desta doença. De fato, as pessoas agora pensam: “Depois que os garimpeiros que cobiçam o ouro estragaram as vaginas das mulheres, fizeram elas adoecer. Por isso, agora, as mulheres estão acabando, por causa da letalidade dessa doença.” (Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye’kwana, 2022, p. 87).

Entretanto, o garimpo não é a única porta de entrada de ISTs entre os Yanomami. Há um grande número de homens, geralmente jovens, que vão para as cidades em busca de trabalhos sazonais ou experiências em pequenos municípios e vilas nas fronteiras da TIY. Há também um grande número de homens assalariados, em sua maioria professores e agentes indígenas de saúde, que eventualmente se envolvem com mulheres nas cidades, contraindo ISTs e, posteriormente, contaminando mulheres Yanomami no território. Como denuncia C. Yanomami, uma senhora da região da Missão Catrimani, os problemas com as ISTs estão diretamente relacionados com a proximidade e a intensificação do contato com os não-indígenas:

“Nós não vivemos mais onde nossos antepassados viviam, porém foi aqui nessa terra que essas mulheres começaram a sentir dores. Por causa disso alguns bebês saem antes da hora (as mulheres têm abortos espontâneos), algumas perdem sangue pela vagina. Minha filha perdeu o bebê, aconteceu isso com ela também. Antes, quando não morávamos aqui, o lugar onde morávamos era muito limpo, onde viviam nossos antepassados era muito limpo, por isso estávamos bem. Agora estamos dentro da terra dos brancos e por isso nós estamos mal (...) Não estávamos assim, então quando os homens hoje vão para lá (para as cidades) ao comerem vaginas ruins, eles se contaminam.”¹⁴²

4.5. Presença nas cidades e programas de proteção social

Nos últimos anos, houve um aumento progressivo na circulação dos Yanomami nas pequenas cidades de Roraima e Amazonas que fazem fronteira com a TIY, incluindo também as capitais Boa Vista e Manaus. Essa situação é mais comum entre os Yanomami que vivem próximo à fronteira leste da TIY, ou que conseguem acesso às cidades por viver nas calhas dos principais rios de sua floresta.

Na cidade de Boa Vista, a presença de muitas crianças e jovens Yanomami está relacionada à saúde, nos contextos de remoções para o tratamento na Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI). Além de serem removidos por motivos de

saúde, os jovens muitas vezes vão a Boa Vista como acompanhantes de algum parente que esteja doente. A situação das jovens mulheres na CASAI é particularmente perigosa, uma vez que, longe de suas comunidades, e estando em meio a vários Yanomami de diferentes regiões, sem suas redes de proteção, acabam por tornar-se alvo fácil para a violência sexual¹⁴³.



Família yanomami improvisa acampamento em rua da cidade de Boa Vista, 2023. © Evilene Paixão/Hutukara



Mais acima, quando explicado sobre os processos de socialização da juventude Yanomami, vê-se que é comum que esse período da vida inclua longas viagens para outras aldeias. Para a nova geração de jovens, é como se tivesse aberto o leque de possibilidades de locais para essas experiências. Atualmente, alguns jovens fazem viagens sazonais para regiões de garimpo, outros para as cidades de Boa Vista ou cidades menores situadas próximo à TIY, onde costumam buscar trabalhos esporádicos¹⁴⁴.

Um dos principais motivos para uma presença Yanomami cada vez mais frequente nos centros urbanos, é o crescente interesse por parte dos indígenas em acessar os benefícios sociais do governo federal: o Bolsa-Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros benefícios da Previdência Social, como aposentadoria¹⁴⁵. Para acessá-los, precisam realizar longas e repetidas viagens, e enfrentar todas as dificuldades do sistema burocrático e a demora para conseguir os diferentes documentos em processos que não consideram as especificidades culturais dos povos indígenas. Para que os indígenas possam fazer os documentos de identidade e CPF, e conseqüentemente consigam abrir uma conta bancária, é preciso que a FUNAI emita primeiro o Registro de Nascimento Indígena (RANI). Entre os principais obstáculos para o acesso a essas políticas, além do problema logístico para chegar até a cidade, destaca-se a dificuldade de comunicação dos indígenas com as diferentes instituições que precisam acessar¹⁴⁶. Cartórios, repartições públicas e outros espaços, como bancos e casas lotéricas, não dispõem de intérpretes e, na maioria das vezes, os Yanomami nem ao menos compreendem os diferentes processos que precisam realizar.

No estado do Amazonas, o rio Demini deságua próximo à cidade de Barcelos. Todos os meses, centenas de famílias Yanomami descem esse rio até a cidade, viajando vários dias debaixo de sol e chuva¹⁴⁷. As crianças são as mais vulneráveis no caminho. As famílias buscam levá-las ainda muito novas para essa jornada, com o intuito de acessar os benefícios o mais rápido possível. Nessas viagens, é comum que os bebês adoçam devido às condições do clima, à escassez de alimentos e de água própria para consumo no trajeto. Já na cidade, essas famílias precisam acampar em locais improvisados¹⁴⁸, sem nenhum acesso a serviços de higiene básica, expostas à força das chuvas e sujeitas a diversos tipos de violência e à discriminação que sofrem dos não-indígenas na cidade, sem o devido auxílio por parte das autoridades públicas¹⁴⁹.

Ademais, os Yanomami precisam navegar no manejo do dinheiro e das transações financeiras, para os quais têm pouca ou nenhuma formação, o que amplia sua vulnerabilidade e promove situações de exploração por parte dos não indígenas. Isso incide para aumentar o sofrimento na cidade: o dinheiro acaba rápido e não sobra para a compra do combustível necessário para o retorno, de modo que é preciso esperar o mês seguinte até que a nova parcela dos benefícios seja depositada em suas contas no banco. Conforme esperam, passam por períodos de fome e vulnerabilidade prolongada, além de se verem expostos a doenças para as quais têm muita dificuldade em conseguir tratamento no sistema de saúde público. Há um risco alto de que as crianças “beneficiadas” pelos programas de transferência de renda cheguem de volta a suas casas debilitadas e/ou adoecidas¹⁵⁰.



5 A SAÚDE DE CRIANÇAS E JOVENS YANOMAMI

HISTÓRICO DO ATENDIMENTO À SAÚDE YANOMAMI

No Brasil, o atendimento à saúde dos Yanomami teve início pouco após a intensificação dos primeiros contatos com a sociedade não-indígena, na década de 1950. As primeiras iniciativas estiveram concentradas em torno dos postos de presença permanente dos não-indígenas no território Yanomami: primeiramente, com os agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), logo seguidos de grupos de missionários, na década de 1960. Esse foi o contexto das primeiras grandes epidemias enfrentadas pelos Yanomami. Veneno e antídoto chegam ao mesmo tempo, e os postos de contato ofereciam serviços básicos de saúde para mitigar os efeitos desses primeiros encontros¹⁵¹.

Já na década de 70, com a extinção do SPI, a saúde indígena passou para a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), permanecendo assim até o início da década de 1990. Durante os anos 80, ao mesmo tempo em que os Yanomami enfrentavam a devastação causada pelas obras da Perimetral Norte e da invasão garimpeira, que se intensificou em meados da década¹⁵², tiveram início os primeiros projetos específicos voltados à promoção de saúde no território Yanomami.

O cenário começa a mudar no fim dos anos 80, por meio dos avanços na política indigenista nacional trazidos pela Constituição de 1988¹⁵³, e com a homologação da Terra Indígena Yanomami, em 1992. Em nível nacional, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e as significativas transformações na política nacional de saúde indígena – como a transferência das responsabilidades da FUNAI para a recém-criada Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em 1991 – buscam estabelecer as diretrizes para uma atenção específica à saúde dos povos indígenas¹⁵⁴. É esse o momento em que é criado, em nível local, o Distrito Sanitário Yanomami¹⁵⁵, sob administração da FUNASA.

Em 1994, a FUNASA convida diferentes organizações da sociedade civil (CCPY, Secoya, IBDS e Diocese de Roraima)¹⁵⁶ para que, operando por meio de convênios na utilização de recursos federais, compartilhassem a responsabilidade à assistência à saúde no território. Tais organizações tiveram grande influência também no processo de formação política para a reivindicação dos direitos dos Yanomami, e realizaram importantes programas de alfabetização.

Já no final dos anos 90, a CCPY passou a atuar por meio de seu desdobramento em uma ONG voltada exclusivamente ao trabalho na saúde – a Urihi – Saúde Yanomami –, ampliando a sua área de atenção também a mais regiões¹⁵⁷. A Urihi desenvolveu um modelo de gestão administrativa e epidemiológica específico para o contexto Yanomami e, sobretudo, investiu na formação necessária para a presença de profissionais na floresta¹⁵⁸, para acompanhar a saúde dos indígenas em suas casas, em longas caminhadas ou mesmo em acampamentos na floresta. Tal abordagem alcançaria resultados expressivos¹⁵⁹ e estabeleceria o parâmetro para o modelo de atendimento à saúde Yanomami, principalmente do ponto de vista dos indígenas¹⁶⁰. Nesse momento são iniciados programas de formação dos agentes indígenas de saúde e cursos de capacitação que habilitaram os Yanomami para atuar como microscopistas. É o período em que os povos da terra indígena puderam experimentar o retorno do crescimento de sua população.

Em 1999, o Distrito Sanitário Yanomami (criado em 1991) serviu de modelo para a criação e a implementação dos outros 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), em todo o país. O DSEI-Yanomami, deste momento em diante, vinculou-se diretamente ao Ministério da Saúde e passou a operar através de 37 Polos Bases (PB), 36 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) situados na TIY,

além da Casa de Saúde Indígena (CASAI), localizada na cidade de Boa Vista¹⁶¹.

Já na década de 2000, tem início o declínio das estruturas que prestam serviços de saúde na área Yanomami. Em 2003, o governo federal centralizou novamente a gestão da saúde Yanomami¹⁶² em torno da FUNASA, e limitou a atuação das organizações não-governamentais apenas à contratação e à gestão dos profissionais de saúde – responsabilidade que seria mais tarde assumida pela Missão Evangélica

Caiuá¹⁶³. Em 2010, a gestão da saúde indígena deixa de ser responsabilidade da FUNASA, passando para a recém-criada Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde. Na década iniciada em 2010, as taxas e indicadores sanitários na TIY sofreram graves pioras. Os números de infecção da malária, por exemplo, apontam que em 2011 foram registrados 2.693 casos. Já ao fim da década, em 2019, alcançava o total de 9.836 casos registrados no ano¹⁶⁴.

5.1. Doenças xamânicas e a concepção Yanomami acerca dos adoecimentos

Como mostrado anteriormente, os Yanomami têm suas próprias concepções acerca da formação dos corpos, além de uma reflexão importante sobre a noção de pessoa e sua composição. Nesse sentido, é preciso destacar que, para os Yanomami, o conceito de adoecimento é muito distinto daquele dos não-indígenas, pois consideram que a maioria dos adoecimentos estão relacionados à vulnerabilidade do princípio vital (*utupë*) a diferentes tipos de agressões ou males causados por espíritos da floresta, ou por xamãs inimigos. Podem atribuir as enfermidades também ao mal causado ao duplo animal (*rĩxi*)¹⁶⁵ de uma pessoa, ferido por algum caçador em uma região distante da floresta. Há ainda uma série de adoecimentos que são atribuídos a feitiços causados por inimigos¹⁶⁶.

Os xamãs, *xapiri thëpë*, são os responsáveis por combater esses ataques e suas consequências para, assim, curar as pessoas. Em seu livro *A Queda do Céu*, o xamã Davi Kopenawa conta que os espíritos *xapiripë*, com os quais os xamãs se aliam em seus trabalhos, foram criados por Omama, o demiurgo Yanomami, a pedido de sua esposa, Thuëyoma, que estava preocupada com a saúde dos filhos:

“...Depois de ter procriado, perguntou ao marido: “O que faremos para curar nossos filhos se ficarem doentes?”. Era essa a sua preocupação. O pensamento do marido, Omama, continuava no esquecimento. Por mais que seu espírito buscasse, ele se perguntava em vão o que poderia ainda criar. A mulher das águas lhe disse então: “Pare de ficar aí pensando, sem saber o que fazer. Crie os xapiri, para curarem nossos filhos!”. Omama concordou: “Awei! São palavras sensatas. Os espíritos irão afugentar os seres maléficos. Arrancarão deles a imagem dos doentes e as trarão de volta para seus corpos.”¹⁶⁷

As crianças são muito vulneráveis aos ataques a seu princípio vital (*utupë*), e são vítimas comuns dos espíritos maléficos. Há uma classe de espíritos maléficos conhecidos como *në waripë*, para os quais os humanos aparecem como animais

de caça. Os espíritos *ně wari* desejam devorar as crianças, e para isso sequestram seu *utupě*, fazendo com que adoeçam. Apenas os xamãs (*xapiri thëpë*) são capazes de enxergar os espíritos maléficos e seus rastros para que possam, junto com seus *xapiripë* (seus espíritos auxiliares), combater os espíritos *ně wari* antes que devorem o princípio vital da criança, o que a levaria à morte. Os xamãs devem, então, resgatar o *utupě* para devolvê-la ao seu corpo e, assim, curar a criança doente. Como explica Davi Kopenawa:

*“Os xamãs devem trabalhar para curar as crianças raptadas pelos seres maléficos ně wāri. Precisam ser mesmo muito valentes e rápidos. Se seus xapiri demorarem a se pôr a caminho, os ně wāri já terão começado a devorar a imagem da vítima e será impossível para eles trazerem-na de volta incólume. A doença da criança se agrava muito e com certeza ela acaba morrendo”.*¹⁶⁸

Para os Yanomami, há ainda uma outra importante classe de enfermidades: as *xawara*, doenças contagiosas que os xamãs enxergam como emanações de fumaça que se espalham e atingem muitas pessoas¹⁶⁹. Em decorrência da série de surtos epidêmicos que sucederam a chegada dos não-indígenas e os primeiros contatos, o conceito de *xawara* passou a ser sinônimo de epidemia, e a ser diretamente relacionado aos não-indígenas¹⁷⁰. Muitas vezes, os xamãs Yanomami não são capazes de combater a voracidade e o poder das *xawara* advindas dos não-indígenas, classe de doenças que precisam ser curadas com o auxílio dos médicos, dos enfermeiros e de seus remédios.

“Os brancos costumam me perguntar por que, um dia, eu decidi pedir aos xamãs mais velhos de nossa casa que me dessem seus espíritos. Respondo que me tornei xamã como eles para ser capaz de curar os meus. É a verdade. Se os xapiri não nos vingassem, afastando os seres maléficos e as fumaças de epidemia, ficaríamos sempre doentes. Omama, no primeiro tempo, advertiu nossos ancestrais: “Se vocês beberem yākoana, poderão trazer de volta a imagem de seus filhos capturados por seres maléficos. Se não forem capazes de chamar os xapiri para protegê-los, darão pena diante do sofrimento deles e chorarão sua morte em vão!”. Só os espíritos sabem arrancar o mal do mais profundo de nós e jogá-lo para longe. São imortais e muito hábeis em nos curar. É por isso que os apreciamos tanto e os fazemos dançar até hoje. Há muito tempo, antes de os remédios dos brancos chegarem até nós, nossos antigos xamãs contavam apenas com eles para vingar seus familiares, crianças, mulheres ou velhos. Bebiam pó de yākoana, faziam descer seus espíritos, armavam tocaia com eles para atacar o mal e afugentá-lo. É verdade que nem sempre tinham sucesso e, apesar de tudo, algumas crianças acabavam sendo devoradas pelos seres maléficos das doenças. Não era diferente dos médicos dos brancos, que às vezes tentam tratar as pessoas com remédios que não prestam! Depois do trabalho dos xamãs, as esposas de nossos maiores, que eram muito sábias, também usavam plantas de cura da floresta.



Com elas esfregavam ou banhavam os corpos dos doentes que tinham acabado de escapar da devoração por seres maléficos ou espíritos da epidemia.” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 175)

5.2. Saúde e infância

O atendimento à saúde Yanomami sempre foi um grande desafio. Além da logística complexa para que o atendimento chegue em áreas remotas da floresta, são enormes os obstáculos para que se desenvolva um modelo de atenção em consonância com suas especificidades socioculturais. As crianças seguem sendo as mais impactadas pelos sérios problemas relacionados à situação sanitária das comunidades Yanomami, agravada pela invasão garimpeira. Elas apresentam altos índices de doenças, como desnutrição, malária, pneumonia e infestações parasitárias. Várias crianças são acometidas por alguns desses males ao mesmo tempo.

Unidade de saúde do Papiu, 2010. © Ana Maria Machado





Farmácia do Polo Base Aracá, 2018. © Marcelo Moura

Um estudo realizado pelo UNICEF em parceria com a FIOCRUZ, SESAI e FUNAI, publicado em 2020¹⁷¹, analisou índices de desnutrição em crianças Yanomami menores de cinco anos, em oito aldeias nas regiões de Awaris e Maturacá. O resultado já indicava que “a situação das crianças Yanomami é a mais delicada já reportada em toda literatura científica nacional e uma das maiores em escala mundial”.

Dados do Ministério da Saúde, analisados pelo portal Sumaúma, mostraram que 570 crianças Yanomami com menos de cinco anos de idade morreram por causas evitáveis entre os anos de 2019 e 2022¹⁷². Isto significa um aumento de 29,3% se comparado aos quatro anos precedentes. Desse total, segundo informações do Ministério Público¹⁷³, 115 morreram por desnutrição. Já o estudo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo apontou, para o mesmo período, a morte de 692 crianças Yanomami com até nove anos de idade¹⁷⁴.

Dada a gravidade do quadro sanitário entre os Yanomami, no dia 20 de janeiro de 2023 o Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) na Terra Indígena Yanomami¹⁷⁵, e a situação emergencial já vinha sendo denunciada pelas associações indígenas anteriormente¹⁷⁶.

Os próximos tópicos analisam os principais desafios de saúde que acometem crianças e jovens Yanomami, apresentando dados e discutindo os fatores que resultam em índices tão alarmantes relacionados a outros fatores, como saneamento básico, qualidade das águas e imunização.

“Antes dos primeiros contatos com os não indígenas, nossos xamãs sabiam curar todas as doenças que nos acometiam. Mas, conforme os não indígenas foram invadindo nossa floresta, doenças que antes eram desconhecidas por nós, começaram a aparecer, como malária e tuberculose. Os casos de malária e sarampo cresceram muito com a abertura da Perimetral Norte e com a invasão garimpeira, causando a morte de muitos de nós. Esses são males que vêm de longe e que os xamãs yanomami e ye'kwana não conhecem. Por isso, para tratá-los, precisamos dos remédios dos não-indígenas. Para conseguir lidar com essas novas doenças, precisamos conciliar o trabalho dos xamãs, e nossos conhecimentos sobre os remédios da floresta, com os conhecimentos dos não-indígenas e seu modo de cuidar da saúde. É por isso que nós, Yanomami e Ye'kwana, junto com os outros povos indígenas, sempre lutamos por um sistema de atenção à saúde indígena diferenciado de verdade.” (Plano de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Yanomami. Vieira & Lima, 2019, p. 129)

5.3. CASAI e hospitais

A Casa de Saúde Indígena (CASAI/RR) é o local de apoio aos Yanomami que estão na cidade de Boa Vista para tratamentos de saúde, aguardando consultas médicas, realizando algum tratamento ou aguardando o retorno para suas comunidades após receber alta dos hospitais da capital de Roraima.

A CASAI fica em uma área ampla de lavrado nos arredores da Boa Vista, e ali os Yanomami se hospedam em alojamentos coletivos divididos de acordo com as regiões de origem dos pacientes¹⁷⁷. É um lugar constantemente classificado como superlotado para além da sua capacidade, que é de cerca de 442 pessoas (segundo o relatório “Missão Yanomami”, publicado pelo Governo Federal em janeiro de 2023).

A superlotação da CASAI é um reflexo das falhas e da precariedade do atendimento nas comunidades e unidades de saúde dentro da TIY, uma vez que a falta de assistência de qualidade leva a um agravamento de várias doenças e, assim, os pacientes precisam ser removidos para tratamentos nas cidades. Questões como falta de insumos e equipe¹⁷⁸, a demora para garantir o retorno para casa dos pacientes que recebem alta e que acabam passando longos períodos de espera no local, também são fatores que favorecem a superlotação. O mesmo documento oficial descreve também a precariedade das estruturas e as condições dos alojamentos.

Outro ponto levantado no relatório é que, embora as crianças internadas estejam acompanhadas, parentes como pais e mães que estão na CASAI sofrem com a dificuldade de realizar visitas para acompanhar seus filhos internados nos hospitais da cidade¹⁷⁹.

É grande o número de crianças na CASAI, seja para tratamento médico próprio, seja como acompanhante da mãe ou irmãos. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde apontam que, de janeiro a agosto de 2023, dos 2.887



atendimentos realizados no local, 47,3% foram pacientes de até 14 anos, e 21,6% do total foram pacientes entre zero e quatro anos de idade¹⁸⁰. Muitas vezes, quando uma criança está doente e deve ser removida para Boa Vista, a mãe precisa acompanhá-la; e quando esta mãe tem outros filhos pequenos e não tem com quem deixá-los na comunidade, acaba levando-os juntos. Pelo fato de a CASAI ser um local com alta circulação de doenças, muitas vezes a criança saudável que acompanha a mãe acaba adoecendo, e assim as famílias são obrigadas a passar vários meses na CASAI, em longos ciclos de adoecimentos, sem conseguir retornar para suas comunidades¹⁸¹.



Atendimento de criança com desnutrição no Centro de Referência Nutricional (CRN), na CASAI Yanomami, durante a resposta à emergência em saúde pública de 2023, Boa Vista. © UNICEF/BRZ/Kelyson Souza

As crianças Yanomami que chegam em Boa Vista em situação mais grave são encaminhadas para o Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA), o hospital público onde há UTI pediátrica em Boa Vista. Segundo informe do Ministério da Saúde publicado em outubro de 2023, somente no período entre janeiro e agosto do mesmo ano foram registrados 10.561 atendimentos de crianças Yanomami e Ye'kwana no HCSA¹⁸². Este hospital recebe os casos mais graves, principalmente de desnutrição, malária e SRAG (síndrome respiratória aguda grave). As mães e as crianças Yanomami têm grande dificuldade para adaptar-se e aceitar longos tratamentos no hospital, uma vez que é um ambiente totalmente diverso da floresta, causando-lhes medo, desconforto e sofrimento. As mulheres relatam que faltam explicações sobre os procedimentos médicos que são realizados em seus filhos¹⁸³.

Outro problema vivido no Hospital da Criança é o fato de que muitos dos pacientes que recebem alta são encaminhados para a CASAI, onde costumam esperar longos períodos até que haja transporte aéreo disponível para seu retorno às aldeias de origem. Em muitos casos, devido à grande dificuldade em realizar esse fluxo de retorno dos pacientes para casa¹⁸⁴, crianças recuperadas no hospital acabam por adoecer novamente, entrando em um ciclo de adoecimento que resulta em estadias muito longas na cidade.¹⁸⁵.

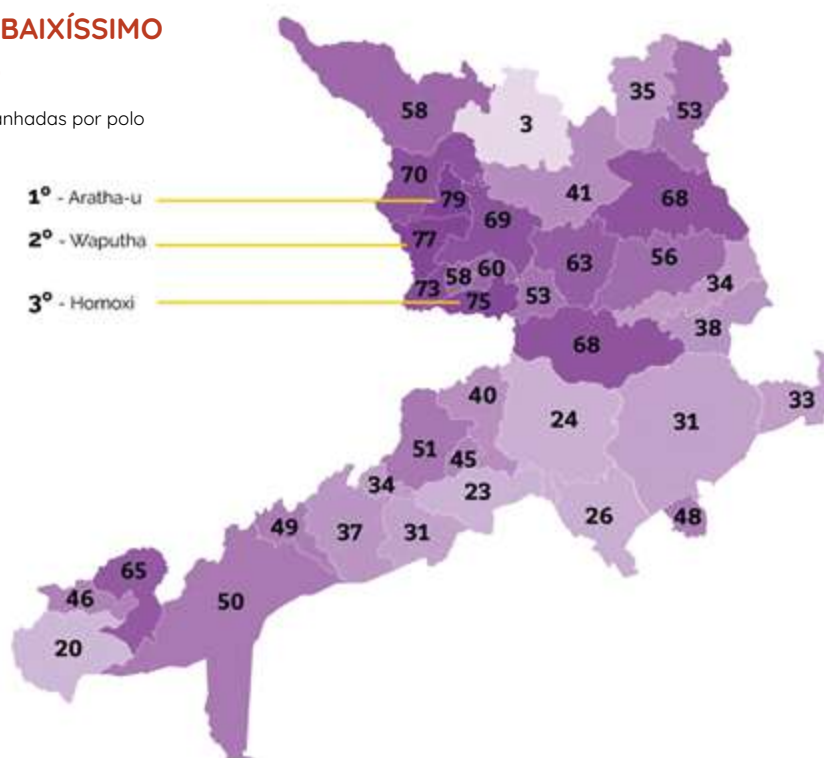
5.4. Desnutrição

Dados do estudo “Pesquisa sobre os determinantes sociais da desnutrição de crianças indígenas de até 5 anos de idade em oito aldeias inseridas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami”, parceria entre UNICEF, Fiocruz, SESAI e FUNAI, apontam que os índices de desnutrição entre as crianças Yanomami estão entre os quadros mais severos no panorama mundial.

Segundo o Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (SIASI)¹⁸⁶, em 2022 entre as 4.245 crianças Yanomami acompanhadas pela Vigilância Alimentar e Nutricional, 2.402 tinham muito baixo peso ou baixo peso, ou seja: mais de 50% das crianças Yanomami apresentam desnutrição em algum grau (56%). A desnutrição infantil entre essas crianças varia consideravelmente entre as 37 regiões da Terra Indígena Yanomami, não sendo generalizada em todo o território. Em 2019, os índices mais altos de desnutrição estavam concentrados em regiões específicas, como mostra o mapa abaixo¹⁸⁷:

CRIANÇAS COM BAIXO OU BAIXÍSSIMO PESO PARA A IDADE (2019)

% em relação ao total de crianças acompanhadas por polo



Sesai/DataSUS/Relatório Cicatrizes da Floresta





Além das especificidades regionais, a desnutrição infantil entre os Yanomami tem causas complexas e multifatoriais. De acordo com o estudo realizados na TIY por UNICEF, Fiocruz e parceiros¹⁸⁸, alguns dos fatores relacionados à desnutrição infantil nas regiões estudadas¹⁸⁹ são:

- Baixo peso ao nascer;
- Histórico de internação hospitalar e tratamento para desnutrição;
- Restrição alimentar e/ou malária por parte da mãe durante a gestação (em especial durante o primeiro trimestre de gestação);
- Frágil situação sanitária (surto de diarreia e pneumonia) associada à falta de saneamento nas aldeias;
- Produção de alimentos insuficientes (em especial na região de Awaris);
- Escassez de proteína animal;
- Falta de água potável e tratamento de resíduos sólidos;
- Desestruturação do sistema de saúde e falta de acompanhamento profissional nas comunidades;
- Consequências sociais, sanitárias e ambientais causadas pela invasão garimpeira, que agrava os pontos anteriores.

O Ministério Público Federal¹⁹⁰, o Conselho Distrital de Saúde Yanomami (Condisi)¹⁹¹, a Hutukara Associação Yanomami e a Wanasseduume Associação Ye'kwana¹⁹² apontam que os principais fatores para o agravamento da desnutrição estão relacionados ao avanço do garimpo ilegal, concomitante à desestruturação do sistema de saúde Yanomami, o que corrobora para o agravamento de um quadro sanitário e nutricional já fragilizado, como indicam os estudos do UNICEF e da Fiocruz.


Ainda que não seja o único fator determinante, os múltiplos efeitos da proximidade do garimpo em regiões onde já existe uma situação nutricional fragilizada resultam no agravamento da questão sanitária. Nas regiões mais afetadas pelos invasores, os próprios Yanomami indicam que o problema não é uma completa falta de alimentos, mas sim uma consequência da desestruturação social e econômica causada pelo garimpo. A presença garimpeira resulta em um aumento considerável de casos de malária e de outras doenças. Nessas regiões, os Yanomami com a saúde comprometida encontram dificuldades em buscar alimentos na floresta através da caça e da coleta, ou para manter a roça e, dessa forma, o equilíbrio produtivo das famílias Yanomami se desestrutura¹⁹³. Além disso, como dito anteriormente, a presença dos garimpeiros sempre vem acompanhada do aumento do consumo de bebidas alcoólicas e distribuição de armas para os indígenas, o que promove o acirramento de conflitos internos, casos de violência que por vezes levam ao fechamento dos postos de saúde, morte de homens e mulheres, deixando as crianças em uma situação extremamente vulnerável, e impactando diretamente no quadro nutricional das mesmas¹⁹⁴. Outro impacto causado pelo garimpo é a maior pressão gerada sobre a caça e a pesca, consumidas também pelos garimpeiros e afugentadas pelo barulho do maquinário.

Atividades garimpeiras resultam na destruição de muitas árvores frutíferas, no assoreamento dos rios, diminui a presença de peixes, além de contaminar a água com mercúrio afetando, conseqüentemente, a saúde dos animais e dos Yanomami que os consomem. Por vezes, até mesmo as roças dos Yanomami são devastadas por aqueles que buscam ouro.

Durante a invasão garimpeira ocorrida até 2023, somou-se a isso o colapso do sistema de saúde Yanomami, marcado por falta de medicamentos e suprimentos básicos para o atendimento à saúde, além de menor presença de funcionários de saúde atuando na TIY. A falta de tratamento para verminose, somada à falta de saneamento em muitas aldeias – algumas delas com grande densidade populacional – levaram a uma grande infestação parasitária, com impacto significativo na condição nutricional das crianças.

É também necessário apontar que, segundo as associações indígenas da TIY¹⁹⁵, outro fator que contribuiu para o colapso nutricional em várias regiões da TIY entre 2021 e 2022 foram os efeitos de um extenso e atípico período chuvoso, em decorrência do fenômeno climático La Niña, e cuja intensificação está diretamente relacionada à crise climática. Para as famílias, o excesso de chuvas resultou em dificuldades para queimar a roça, ação necessária para preparar o plantio, e também causou o alagamento de diversas roças, resultando em raízes mofadas pela umidade excessiva, aumentando o quadro de fome e pressionando ainda mais a frágil situação nutricional. É importante considerar que, com a intensificação dos eventos extremos devido à emergência climática, as condições de plantio e coleta na floresta poderão ser significativamente impactadas, refletindo conseqüentemente, na condição nutricional dos Yanomami.

O fenômeno da desnutrição é complexo. Varia regionalmente e precisa ser analisado a partir de uma série de fatores específicos de cada região, considerando aspectos sociais, sanitários, ambientais e econômicos. Todos os fatores citados acima contribuem, de forma associada e em diferentes combinações, para o agravamento da desnutrição em meio aos Yanomami.



“Se for criada uma frente mundial em que todos nós conversemos juntos, unindo as autoridades dos napëpë e nós, indígenas, então conseguiremos nos defender, pois nós, indígenas, já sabemos lutar. Essa não é a terra dos garimpeiros, e já que eles têm causado o horror em nossas terras, levando muita desgraça misturada, já que eles têm feito as crianças sofrerem, magras e desnutridas, já que o garimpo mata os Yanomami pelo mal das epidemias, pelo mal da fome nos rios Uraricoera, Mucajaí, nas cabeceiras do rio Catrimani, e também em Homoxi, Xitei, Parafuri e Parima, nós temos que lutar.” Davi Kopenawa Yanomami¹⁹⁶

5.5. Malária

A malária chegou até os Yanomami a partir do contato com os não-indígenas¹⁹⁷. Desde então, embora seja uma doença evitável e tratável, tem feito inúmeras vítimas.

Em 2022, somadas as ocorrências de todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas no Brasil, foram registrados 33.973 casos de malária, sendo que 15.284 casos no DSEI Yanomami – ou seja, 44,5% do total de casos em áreas indígenas. Este índice chegou a 59.8% entre os meses de janeiro e setembro de 2023. No entanto, é preciso considerar o altíssimo índice de subnotificação de casos de malária a partir de 2021, uma vez que houve o fechamento de diversos postos de saúde, afetando 4.800 indígenas, mesmo em regiões onde havia alta prevalência e incidência de casos de malária¹⁹⁸.

Em meio às crianças Yanomami, é alta a incidência cumulativa de malária. Somados, os casos computados entre crianças de até cinco anos de idade, entre 2019 e 2022, chegam a 21.335 – número próximo ao acumulado ao longo dos dez anos anteriores¹⁹⁹. Entre 2014 e 2018, a doença vitimou sete crianças Yanomami²⁰⁰; entre 2019 e 2022, causou a morte de 47 crianças dessa etnia. Dados do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-Yanomami) demonstram que os índices continuaram críticos em 2023²⁰¹, ano em que a Terra Indígena Yanomami respondeu por mais de metade de todos os casos de malária registrados em terras indígenas no país²⁰².

Em muitas regiões as equipes não conseguem realizar trabalhos de busca ativa e de controle dos vetores. Por vezes, faltam medicamentos, insumos para a realização dos testes (como microscópios, lâminas, etc.), ou ainda guardas de endemias e técnicos de saúde em número suficiente para cobrir todas as aldeias²⁰³. Além disso falta maior circulação da equipe de saúde nas comunidades e trabalho de acompanhamento do tratamento de pacientes com malária. Ademais, seria fundamental ter um planejamento estratégico eficiente para a contenção da transmissão da malária na floresta. No entanto, apesar do enorme desafio, este feito já foi realizado no passado pela Urihi Saúde (1999 – 2004), que conseguiu reduzir em 99% os casos de malária nas regiões de abrangência dessa organização. Essa experiência pode apontar ensinamentos importantes para o contexto atual²⁰⁴ relacionado principalmente à formação dos Yanomami e Ye'kwana como microscopistas e maior presença das equipes de saúde nas comunidades.

A dispersão da malária é potencializada pela presença do garimpo²⁰⁵: a recente invasão que assolou a Terra Indígena Yanomami resultou no aumento dos casos em todo o território. Essa doença tem graves consequências socioeconômicas, uma vez que a pessoa acometida por malária fica debilitada e sem condições de trabalhar na roça, caçar, pescar ou coletar alimentos, colaborando com quadros de desnutrição em um processo de fragilização social, como já mencionado²⁰⁶.



Figura 12. Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, 2024. © Ueslei Marcelino/Agência Brasil.

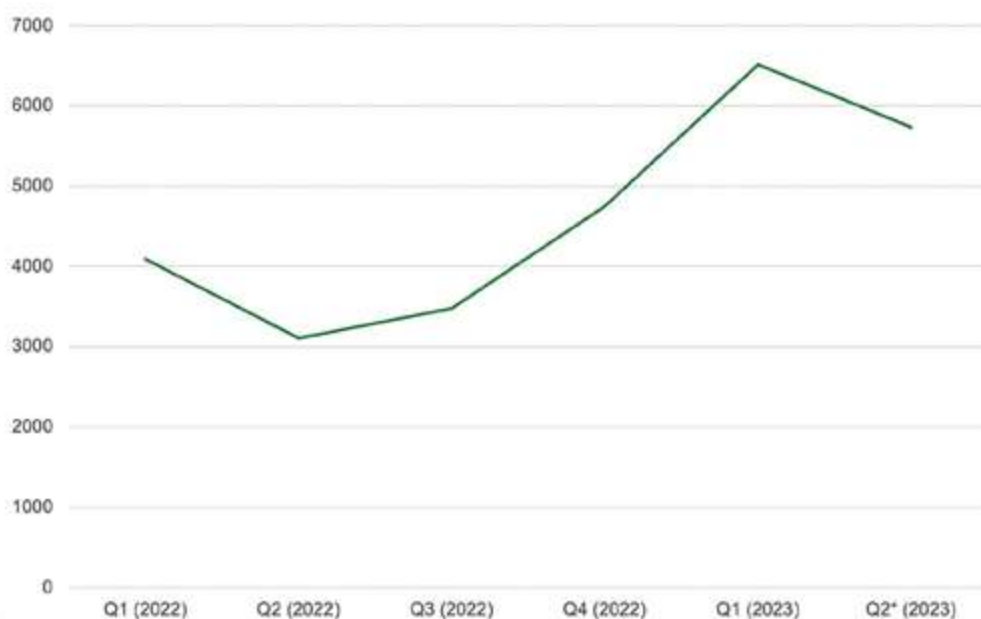
Várias ações foram empreendidas desde a decretação de Emergência em Saúde Pública, em janeiro de 2023, como ações de manejo ambiental, distribuição e instalação de mosquiteiros impregnados com inseticidas, estudos entomológicos, além de ações de controle vetorial, com borrifamento e tratamento coletivo para combater surtos²⁰⁷. Ainda assim, a situação da malária permanece crítica²⁰⁸.

Dados computados pelas associações Yanomami em julho de 2023 ilustram a evolução dos casos de malária em uma curva crescente, ainda como efeito da desestruturação das políticas de saúde registrada nos anos anteriores. No primeiro semestre de 2023 o sistema de saúde havia registrado 14.450 casos de malária, saltando para 18.310 no mesmo período de 2024, o que significa um aumento de 26,7%. O crescimento é atribuído pela Secretaria de Saúde Indígena à maior testagem, que chegou a 136 mil exames, com um acréscimo de 73%.²⁰⁹





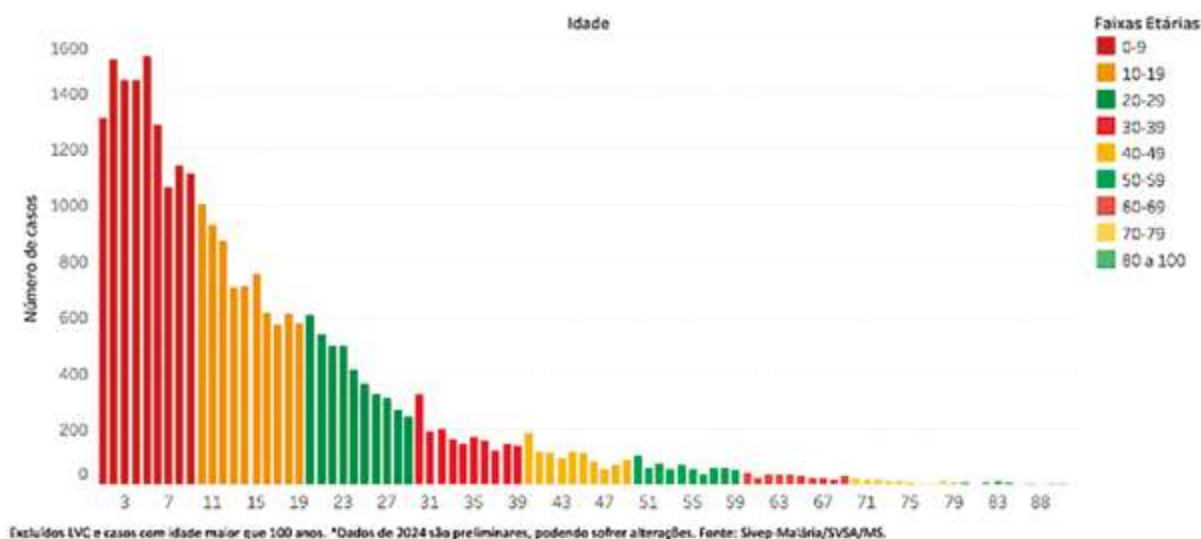
EVOLUÇÃO DOS CASOS DE MALÁRIA NA TIY EM 2022 E 2023 POR BIMESTRE



Fonte: Relatório Yamaki në ohotai xoa: NÓS AINDA ESTAMOS SOFRENDOS: um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami (Hutukara, Wanasseduume, Urihi)

Entre janeiro e outubro de 2024, os dados do SIVEP-Malária do Ministério da Saúde registraram um total de 27.178 casos, revelando os desafios para reverter a disseminação da doença em todo o território:

NÚMERO DE CASOS DE MALÁRIA COM INFECÇÃO EM DSEI DE ACORDO COM A IDADE, 2024*



* período entre janeiro e outubro de 2024²¹⁰

5.6. Doenças pulmonares

Uma das causas mais recorrentes da busca dos Yanomami pelo atendimento de saúde são os diferentes quadros de doenças do aparelho respiratório²¹¹, sobretudo em meio a bebês de colo e crianças de até cinco anos de idade. Os dados do DSEI-Y são alarmantes²¹²: para 2020, os dados acusam um total de 40 óbitos, sendo 35 por pneumonia; em 2021, os números sobem para 43 óbitos, sendo 36 por pneumonia. Portanto, as doenças respiratórias são um dos principais fatores de mortalidade infantil entre os Yanomami, uma vez que entre 2018 e 2022 ao menos 187 crianças Yanomami perderam a vida para uma doença tratável. Entre esses casos, a ocorrência mais comum é a evolução de síndromes gripais simples, que até os anos dos primeiros contatos eram desconhecidas na floresta e para as quais os Yanomami apresentam baixa imunidade, evoluindo para casos de pneumonia grave devido à falta ou à demora para conseguir acompanhamento e tratamento médico.

Com a intensificação da circulação dos não-indígenas na floresta (principalmente nas áreas afetadas pelo garimpo ilegal), combinada a uma maior circulação dos Yanomami nas cidades, criam-se as condições para exposição a vírus e bactérias para os quais os corpos Yanomami são mais vulneráveis, principalmente na faixa etária das crianças. Tais problemas tornam-se ainda mais graves devido à baixa taxa de cobertura vacinal na TIY.

Para explicar as elevadas taxas de doenças do trato respiratório, um dos fatores comumente considerados pelos profissionais de saúde que atuam no território estaria atrelada à presença de inúmeras fogueiras no interior das casas Yanomami²¹³. A inalação constante da fumaça emitida pelo fogo doméstico é frequentemente apontada como um dos fatores que contribuem para agravar a vulnerabilidade às doenças pulmonares, embora não haja na literatura científica estudos que comprovem essa correlação diretamente no contexto das casas Yanomami. O que as pesquisas apontam é para a necessidade de atendimento médico capaz de diagnosticar e oferecer tratamento adequado em tempo oportuno²¹⁴ para reduzir a incidência de agravos e evitar hospitalização.

Nesse sentido, destaca-se a importância de promover campanhas de educação em saúde que sejam culturalmente adequadas, sem que partam para a culpabilização das práticas culturais dos Yanomami. O fogo doméstico é o principal centro de socialização dos Yanomami e cada família possui uma fogueira que marca o espaço ocupado pelos núcleos familiares nas grandes casas circulares: é o círculo dos fogos²¹⁵. Ao lado da fogueira – e conseqüentemente, das colunas de fumaça que exalam –, os Yanomami passam seus dias, realizam suas refeições e, principalmente, se esquentam para dormir nas noites frias da floresta.

Em 2016, um estudo realizado entre a população de crianças Yanomami menores de cinco anos de idade internadas no Hospital da Criança Santo

Antônio (HCSA), em Boa Vista, revelou que, ao longo de 2011 e 2012, dos 388 registros de internações, 64% (250 casos) foram casos de pneumonia²¹⁶, dos quais 4,4% (11 casos) resultaram em óbito²¹⁷. O estudo considera quase a totalidade das internações como potencialmente evitáveis, decorrentes da baixa qualidade da atenção primária, de dificuldades no acesso aos serviços de saúde e da fragilidade da cobertura vacinal, como fatores potencialmente responsáveis por esses altos índices. Os autores destacam também a relação entre a frágil situação nutricional e o sistema imunológico das crianças, sobretudo menores de seis meses, e apontam a desnutrição²¹⁸ como uma das causas que contribuem para o agravamento de quadros de saúde que resultam em altas taxas de internações por pneumonia.

Na Terra Yanomami, acumulam-se questões como a falta ocasional de aparelhos para nebulização e cilindros de oxigênio, entre outros materiais e insumos, na unidade de saúde próximo à aldeia²¹⁹. A falta destes insumos e equipamentos nas unidades de saúde na terra indígena potencializam o agravamento das doenças respiratórias das crianças, sendo necessário que sejam removidas para tratamento em Boa Vista. Os serviços de remoção aérea de um paciente da TIY para Boa Vista têm custo elevado: dados do Ministério Público Federal apontam que o gasto do DSEI-Y somente com táxi-aéreo é de 100.000 (cem mil) reais por dia²²⁰, conforme documento de 2023.

Outro motivo de preocupação importante na Terra Indígena Yanomami é a tuberculose – doença altamente contagiosa, e que no Brasil tem maior incidência em meio à população indígena²²¹. Entre 2018 e 2022, 103 casos de tuberculose²²² foram registrados pelo DSEI-Yanomami em diferentes polos de saúde, sendo que os registros mais numerosos ocorreram nas regiões de Awaris, Maturacá, Waputha e Aratha u. Segundo informações do Ministério da Saúde, em 2023 foram registrados três óbitos causados pela doença²²³. Em meio aos Yanomami, a tuberculose atingiu com maior frequência indivíduos na faixa de 20 a 39 anos de idade, embora tenham sido identificados quatro casos de contaminação pela doença em menores de um ano de idade²²⁴.

Assim como as áreas de garimpo ilegal na TIY, a CASAI é um dos pontos de circulação da doença e de contaminação dos indígenas. O relatório Missão Yanomami descreve a ausência de cumprimento dos protocolos para evitar a contaminação entre pacientes na CASAI: *“Embora disponham de uma área para isolamento de pacientes com tuberculose, a mesma não é utilizada, e pacientes doentes não são identificados. Também não utilizam máscaras para circulação ou permanência nos espaços, e não há controle de entrada ou saída da área”*²²⁵. A principal forma de prevenção contra as formas mais graves de tuberculose é a vacina BCG, oferecida dentro do esquema vacinal disponível aos indígenas. A vacina é aplicada no Brasil logo após o nascimento, mas deve ser aplicada, no mais tardar, antes que a criança complete cinco anos de idade²²⁶.



Mulher indígena com bebê, em frente ao Hospital de Campanha Yanomami montado na Casa de Saúde Indígena em Boa Vista, 2023. © Rovena Rosa/Agência Brasil

5.7. Qualidade da água e saneamento básico

A qualidade das águas usadas pelos Yanomami para pesca e consumo é um fator preocupante. Embora o mercúrio seja proibido no Brasil, a utilização desse metal para a separação do ouro nos garimpos é altamente difundida dentro da TIY. Laudo da Polícia Federal, realizado em 2022, apontou que amostras de água dos rios Uraricoera, Parima, Catrimani e Mucajaí apresentam teor de mercúrio em média 8.600% acima da média considerada aceitável para consumo humano²²⁷.

A retração da presença de garimpeiros ao longo dos primeiros meses de 2023 levou a uma alteração significativa na coloração das águas de vários rios²²⁸ - que, em alguma medida, perderam o aspecto barrento. Contudo, ainda que se realize a desocupação completa do território, e ainda que as águas possam ter aparência mais limpa, a presença incolor do mercúrio no ambiente, nos rios e nos peixes seguirá sendo fonte de contaminação por vários anos. A substância pode causar sérios danos à saúde das pessoas, como o desenvolvimento de doenças relacionadas ao sistema nervoso central, problemas de





coordenação motora e de equilíbrio, alterações na visão e na audição, problemas para dormir, alterações de humor, fraqueza e cansaço. Para as crianças, que estão ainda em formação, a contaminação por mercúrio pode ser ainda mais danosa, afetando seu desenvolvimento²²⁹. O mercúrio oferece enorme risco para os fetos, uma vez que pode ser transmitido através da placenta da mãe ou do leite materno, o que poderá resultar em má formação fetal, problemas motores e neurológicos²³⁰. Uma criança Yanomami com necessidades especiais ocasionada pela contaminação de mercúrio enfrenta enormes desafios como um habitante da floresta, além de demandar ciclos intermináveis e demanda ciclos intermináveis de tratamento médico nas cidades.

O mercúrio concentra-se especialmente em peixes carnívoros de maior porte, sendo seu consumo uma das principais fontes de contaminação. Nos últimos anos, em regiões mais afetadas pelo garimpo, em locais onde o ambiente acumula altos índices de mercúrio, corre-se o risco de uma próxima geração de crianças nascer marcada por sérios problemas de saúde. Relatos de profissionais da saúde e das lideranças indígenas já indicam que, em regiões que foram mais atingidas pelo garimpo, há maior presença de crianças que nascem aparentemente saudáveis, mas que, à medida que crescem, revelam sérios problemas neurológicos²³¹ e crianças que apresentam sinais de contaminação como alopecia.

Outro problema enfrentado na TIY é a carência de saneamento básico. O painel de monitoramento do Ministério da Saúde, que acompanha o fornecimento e o monitoramento da qualidade de água pela SESAI, aponta que somente 13% das comunidades, onde vivem 30% da população na TIY, possuem infraestrutura de abastecimento de água potável, ao passo que a média nacional é de 53%²³². Cabe destacar também que a simples instalação da infraestrutura para o abastecimento de água potável não garante seu tratamento adequado, uma vez que é necessário ter operação e manutenção das Soluções Alternativas Coletivas (SAC) de abastecimento de água, o que continua sendo um desafio na Terra Indígena Yanomami, especialmente no que se refere à garantia do tratamento mínimo recomendado pelo padrão de potabilidade do MS.

Dados do DSEI relativos às 13 aldeias monitoradas em 2021 mostram que 99% das amostras não atendiam aos padrões de potabilidade indicados pelo Ministério da Saúde, contendo altos índices de coliformes e *Escherichia coli*²³³. Por outro lado, a pesquisa conduzida em 2015 pela Fiocruz na região do Marari, com coleta de material²³⁴, revela alto índice de parasitose intestinal em meio aos Yanomami. Das 295 amostras, 100% apresentaram parasitose intestinal, sendo que 84% apresentavam de dois a seis tipos de parasita entre os 11 tipos identificados *in loco*. Considerando este quadro sanitário, o tratamento de verminoses, com antiparasitários como albendazol, deveriam ser ministrados a todos os Yanomami a cada seis meses. Entretanto, o envio desses medicamentos chegou a ser suspenso em 2021, causando a morte de

algumas crianças por excesso de verminose²³⁵. É preciso considerar também que o acometimento por excesso de verminose durante a primeira infância pode resultar em problemas de desenvolvimento da criança, e agravar quadros de desnutrição.

Ademais, em razão da falta de saneamento, são também constantes os surtos de diarreia que costumam acometer todos nas comunidades, em especial as crianças pequenas, impactando ainda mais o quadro nutricional já fragilizado de algumas delas. O relatório “Missão Yanomami,” do Ministério da Saúde, aponta que, entre 2018 e 2022, o DSEI-Y registrou em meio à população da TIY um total de 35.103 casos de doenças relacionadas a higiene e saneamento, sendo 94,9% relacionados às Doenças Diarreicas Agudas (DDA). Entre os pacientes diagnosticados com DDA, 43,2% dos casos (20.468) eram crianças de um a quatro anos de idade. O relatório aponta ainda as regiões do Marauiá, Padauri, Novo Demini e Maturacá como as regiões de maior incidência de registros²³⁶. Segundo o Ministério Público Federal²³⁷, em meio à população Yanomami: “[...] doenças diarreicas agudas são a segunda principal causa de morte em crianças menores de cinco anos e a principal causa de subnutrição.”

5.8. Imunização

Os povos indígenas²³⁸ seguem o Calendário Nacional de Vacinação, um amplo esquema vacinal público e gratuito, sendo que a taxa de cobertura contra todas as doenças cobertas pelas vacinas é medida a partir do percentual de pessoas que estejam com o Esquema Vacinal Completo (EVC)²³⁹. Análises apresentadas no diagnóstico “Missão Yanomami”, realizado pelo governo em janeiro de 2023, indicam que a meta do esquema Vacinal Completo (EVC) é imunizar 88,5% da população. Dados referentes ao ano de 2018 indicam que a vacinação entre os Yanomami estava em 82% (a essa época, a meta era de 83%). Já em 2019, caiu para 66%; em 2020, foi de 68%, seguido de uma leve melhora em 2021, com 73%, e uma queda drástica em 2022, chegando a 53%²⁴⁰.

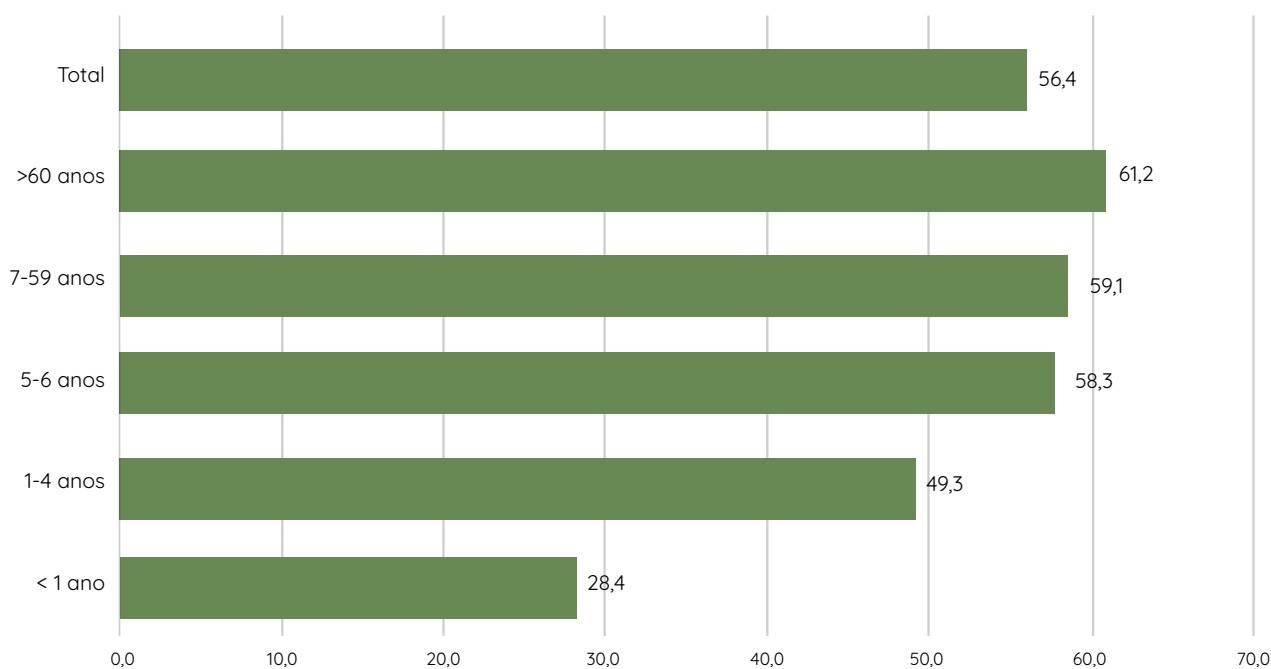
A necessidade de manter as vacinas refrigeradas é um dos grandes desafios encontrados para a imunização da população Yanomami, uma vez que nem todos os polos de saúde possuem congeladores disponíveis, e o transporte demanda uma logística complexa²⁴¹. O mais comum é que voos de rotina aconteçam, no mínimo, duas vezes por mês nas regiões da TIY onde há polos de saúde em funcionamento. Nesses voos são enviadas as vacinas a serem aplicadas nos dias subsequentes, imunizando os Yanomami que chegam até os postos de saúde. Em alguns polos, a equipe vai até as comunidades mais próximas ao posto de saúde, levando caixas térmicas com as vacinas para aplicar nos Yanomami. Nas comunidades onde o acesso a pé é difícil, as equipes de saúde realizam missões de helicóptero sazonalmente para tentar garantir a vacinação da população. Particularmente nas regiões onde os postos de



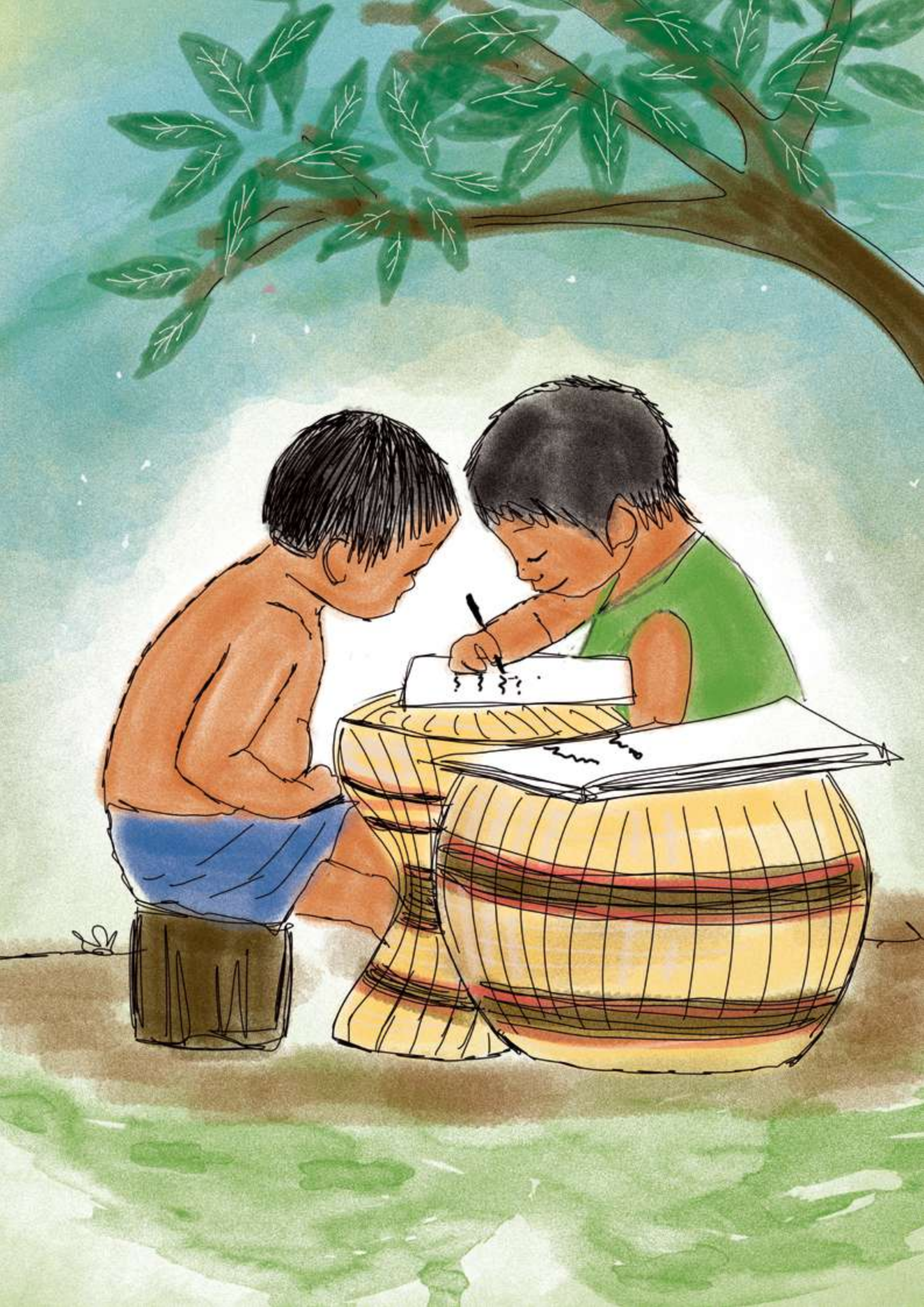
saúde estavam ou estão ainda fechados, muitos Yanomami estão com seus esquemas vacinais atrasados e incompletos.

Do ponto de vista dos Yanomami, a vacinação foi responsável por salvar muitas vidas nos primeiros momentos após os contatos, diante da explosão de epidemias trazidas pelos não-indígenas, como de sarampo e gripe. A chegada da vacina – muitas vezes nas mãos das mesmas pessoas que trouxeram a doença – permitiu que a população atingida pela devastação das epidemias (*xawara*) não fosse ainda maior²⁴². Com a permanência dos não-indígenas, e com o posterior desenvolvimento de programas de atendimento à saúde no território, e a presença quase constante de técnicos de saúde nos postos regionais, os Yanomami aprenderam a conviver com as vacinas e a periodicidade dos programas de imunização, de modo que não costumam se opor à vacinação. Em muitas regiões da TIY a vacina contra a covid-19 foi bem aceita. No entanto, em algumas comunidades localizadas próximo aos garimpos, a circulação de notícias falsas levou a população Yanomami a recusar-se a tomar essa vacina²⁴³.

PERCENTUAL DE INDÍGENAS COM ESQUEMA VACINAL COMPLETO POR FAIXA ETÁRIA E DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS. BRASIL, 2023



Fonte: DPNI e Planilhas padronizadas Sesai / Dsei Yanomami - dados 2º trimestre / 2023, sujeitos a revisão.



6 EDUCAÇÃO ESCOLAR

6.1. Histórico da educação escolar entre os Yanomami

A história da educação escolar entre os Yanomami é diversa, variando regionalmente, e diretamente relacionada ao histórico de contato de cada grupo Yanomami com os não-indígenas. Em algumas comunidades Yanomami, nunca houve experiências de escolarização. É o caso de vários grupos que se concentram principalmente nas regiões serranas da TIY, como Arathau, Yaritha, Parafuri, Waputha e Ketaa. Estes são locais de difícil acesso e, portanto, o contato com os não-indígenas se dá de forma intermitente²⁴⁴. Por outro lado, regiões como Maturacá, Marauiá e Missão Catrimani tiveram as primeiras iniciativas de escolarização há mais de 60 anos, e desde então mantiveram ações de educação escolar, ainda que de forma descontínua. Para situar o lugar da escola entre os Yanomami, podemos indicar aqui quatro momentos significativos:²⁴⁵

PRIMEIRO MOMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR YANOMAMI:

Esta primeira fase é marcada pela implementação das primeiras escolas por missões religiosas de diferentes matrizes. Entre as missões católicas, houve duas vertentes de trabalho: em primeiro lugar, as missões salesianas, que passaram a atuar no Amazonas desde o começo da década de 1950, no sudoeste do território Yanomami. Inicialmente, os missionários salesianos levavam crianças e jovens Yanomami de suas comunidades para internatos em outras regiões do rio Negro, como Iauareté, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. Em 1954 é inaugurada a primeira missão e escola salesianas em território Yanomami, na região de Maturacá; e logo depois, em 1961, no Marauiá²⁴⁶. Além de promover a evangelização, os salesianos buscavam escolarizar os Yanomami em língua portuguesa.

O trabalho dos missionários católicos da Consolata, ligada à Diocese de Roraima, foi sempre direcionado para ações humanitárias, alfabetização na língua Yanomami, valorizando a língua e a cultura indígena. A Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), por sua vez, atuou nas regiões do Mucajaí, entre os Ninam; em Awaris, entre os Sanöma, e também entre os Yanomam do Palimiu. Buscavam

traduzir a bíblia para as línguas Yanomami e evangelizá-los, e para isto promoviam a alfabetização dos indígenas. A Missão Novas Tribos – outro grupo missionário de vertente evangélica – chegou à região da calha do rio Demini nesse mesmo período, seguindo também a linha de tradução da bíblia e escolarização como ferramenta para a conversão religiosa dos indígenas.

É importante ressaltar que o Estatuto do Índio, de 1973, estendeu às comunidades indígenas o sistema de educação nacional e, nesse contexto, a Funai passou a implementar iniciativas de escolarização bilíngue nas comunidades indígenas, buscando alternativas para as escolas proselitistas implementadas por missionários, mas ainda com viés assimilacionista²⁴⁷. No entanto, com o intuito de suprir a carência de linguistas capacitados para a produção de material pedagógico nas línguas indígenas, e também para atuar nas escolas, a Funai firmou um convênio entre 1969 e 1991 com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL). Foi adotado o modelo de escolarização desta instituição religiosa norte-americana, que também tinha por objetivo realizar a tradução da bíblia em línguas indígenas²⁴⁸.



Curso de formação de professores Yanomami, 2007. © Ana Maria Machado/CCPY

SEGUNDO MOMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR YANOMAMI: 1992 A 2004

No contexto do processo de redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988²⁴⁹ garantiu aos povos indígenas novos direitos, incluindo o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Esta nova orientação da política indigenista brasileira abriu a possibilidade para o fortalecimento de escolas diferenciadas nas comunidades indígenas. As escolas tornaram-se então instrumentos de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, deixando de se restringir a um contexto de imposição dos valores culturais da sociedade envolvente.

É possível afirmar que este foi o período de maior efervescência da escolarização Yanomami²⁵⁰. Teve início logo após a demarcação da Terra Indígena Yanomami, ao final da primeira grande invasão garimpeira. Com a terra demarcada, era preciso garantir que os Yanomami pudessem assumir maior autonomia na defesa de seu território, na proteção de seus direitos e no atendimento à saúde em suas comunidades. Nesse contexto, projetos de escolarização indígena ganharam importância e novos contornos, visando o fortalecimento político dos jovens e fazendo valer o direito à diferença.

Esse período é marcado também por maior atuação de agentes não-governamentais junto às comunidades indígenas, que entram em cena para suprir a falta de programas de governo específicos que garantiriam os direitos recém-conquistados. Em relação à escolarização no território Yanomami, algumas organizações que já trabalhavam com esses povos, como a Diocese de Roraima e Comissão Pró Yanomami (CCPY), passaram a investir também em projetos de escolarização como forma de oferecer aos Yanomami o domínio de novas práticas e ferramentas importantes na busca por maior autonomia e protagonismo na defesa de seus direitos²⁵¹. Os novos projetos de escolarização também acompanhavam uma nova demanda das ações de assistência em saúde, visando a formação e a capacitação de jovens Yanomami no atendimento à saúde em suas comunidades. Assim, várias escolas começaram a ser construídas de forma autônoma pelas próprias comunidades: muitas delas eram espaços com lousa, bancos e mesa dentro das grandes casas coletivas. Nessas escolas, os Yanomami eram alfabetizados em suas línguas maternas e adquiriam conhecimentos básicos de

aritmética, com aulas ministradas por professores não-indígenas, contratados pelas organizações de apoio, ou membros das equipes missionárias.

Com o sucesso das escolas, e contando com um grupo de jovens Yanomami muito bem alfabetizados, surgiu a demanda para que os próprios Yanomami se tornassem professores e fossem assumindo maior autonomia na gestão de suas escolas. Em 2001 foram realizados os primeiros cursos do Magistério Indígena Yarapiari, voltado especificamente para a formação de professores Yanomami, que contava com o apoio da Diocese de Roraima, da CCPY, da Urihi Saúde e Secoya (Associação Serviço e Cooperação com Povo Yanomami). Foram realizadas diversas ações para a produção de materiais didáticos e paradidáticos escritos nas línguas Yanomami, e foram publicadas mais de cem edições de jornais nessas línguas. A informação circulava e o interesse na leitura era grande entre os Yanomami. Dessa forma, foi-se criando uma cultura escrita significativa entre os Yanomami em suas línguas maternas.

TERCEIRO MOMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR YANOMAMI: 2004 A 2012

Este momento é marcado por um movimento duplo: por um lado, se até então as escolas Yanomami eram assessoradas e financiadas por organizações de apoio, abre-se um diálogo entre os Yanomami, essas organizações e as secretarias estaduais de educação, resultando na oficialização das primeiras escolas estaduais indígenas na TIY. Mas por outro lado, este foi também o início do período de uma burocratização dessas escolas. O trabalho dos professores, que se tornaram assalariados, foi tomado por uma carga burocrática: tabelas e listas de matrículas dos alunos, listas de frequência e processos seletivos passaram a ser obrigações dos professores Yanomami que tinham (e ainda têm) dificuldades para lidar com tais tarefas e, em muitos casos, passaram a dedicar-se menos ao ensino dos alunos nas escolas. Assim, de forma paulatina,

as escolas foram deixando de ser um projeto político comunitário, criando-se uma distância entre os Yanomami e os órgãos responsáveis pela instituição, dificultando ainda mais a participação das comunidades nas decisões que envolviam as escolas. A preocupação em instalar o aparato escolar, adaptado às práticas de gestão e regulamentação necessários para a manutenção destas no sistema público de ensino, acabou por substituir o objetivo principal de existência da própria instituição: oferecer aos Yanomami novos saberes, técnicas e informações que lhes pudessem garantir maior autonomia na defesa de seus direitos; e a alfabetização nas línguas Yanomami, garantido o fortalecimento dessas línguas e, por meio delas, a apropriação de novos conhecimentos²⁵².

QUARTO MOMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR YANOMAMI: 2012-2024

Este é o momento que registra queda nas ações de educação, com o fechamento de algumas escolas estaduais dentro da Terra Indígena Yanomami. As ações de formação de professores Yanomami, até então promovidas por ONGs e missões católicas, foram transferidas para as Secretarias de Educação dos estados de Roraima e do Amazonas. Ainda neste período, buscando reconhecer a especificidade das escolas Yanomami dentro da gestão pública, foi criado em 2010 o Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kwana (TEEYY), buscando regionalizar a gestão da educação escolar. O TEEYY tem como objetivo contemplar as especificidades das escolas indígenas a partir das demandas de cada território, e não mais centralizar o atendimento da educação escolar nas Secretarias de Educação. O território etnoeducacional é composto pelos diferentes atores envolvidos na educação Yanomami: lideranças indígenas de todo território, membros da FUNAI, Ministério da Educação, SECADI²⁵³, ONGs e missões que atuam junto aos Yanomami e Ye'kwana. Entretanto, suas ações foram paralisadas em 2014.



Sala de aula da comunidade Watoriki, na região Demini em 2010. © Ana Maria Machado/ISA

Ao longo da última década, ocorreu uma progressiva paralisação das atividades escolares em praticamente todas as regiões da TIY. Foram exceções alguns lugares onde a escola segue sendo acompanhada por equipes missionárias ou organizações de apoio, como Missão Catrimani, Olomai (em Awaris), Maturacá, Marari ou Maraiúá, por exemplo. Nas regiões mais próximas às cidades, como Baixo Mucajáí ou algumas aldeias na calha do rio Demini, os professores contratados mantêm uma troca constante com as Secretarias de Educação, e assim conseguem preservar algum tipo de funcionamento das atividades escolares e envio de insumos para as escolas. Muitas comunidades localizadas relativamente próximo aos centros urbanos passaram a solicitar às Secretarias Municipais de Educação a implementação e a construção de escolas infantis. São diversos os casos no território Yanomami

de comunidades com escolas municipais, ou seja, com ensino não diferenciado ministrado por professores não-indígenas, e sem calendário e material didático específico para crianças nos primeiros anos de alfabetização, gerando uma situação preocupante de enfraquecimento da alfabetização na língua nativa.

Dados de 2016 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) indicam que, nesse período, havia 46 escolas públicas Yanomami (sendo 15 no estado do Amazonas e 31 em Roraima), com 3.050 alunos matriculados e 256 professores contratados²⁵⁴. Embora estes sejam os dados oficiais, informações *in loco* indicavam que muitas dessas escolas encontravam-se paralisadas ainda em 2016²⁵⁵. Informações da Secretaria de Educação do Estado de Roraima relativas ao ano de 2022 indicam que, entre as 31 escolas estaduais Yanomami, 12 estão

paralisadas²⁵⁶. Um dos fatores que levaram a este declínio está relacionado ao desmonte das políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, como a paralisação das atividades do Território Etnoeducacional, ou a extinção, em 2019, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável pela educação escolar indígena dentro do MEC, reconstituída em 2023. Além disso, problemas como a falta de assessoria às escolas, falta de formação de professores, de fornecimento de materiais escolares e de materiais didáticos adaptados ao contexto Yanomami são fatores que contribuíram para a falta de atividade nas escolas Yanomami²⁵⁷. Na região de Toototopi, por exemplo, que abriga uma população de cerca de 440 pessoas em cinco comunidades, não há nenhuma escola em funcionamento desde 2016²⁵⁸. Dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado de Roraima²⁵⁹ indicam em 2022 um total de 1.457 alunos matriculados nas escolas Yanomami daquele estado, entre o primeiro e o quinto ano do Ensino Fundamental, sem registros de estudantes matriculados no Ensino Médio.

A falta de escolas continua sendo uma das demandas importantes das comunidades Yanomami. Em muitas regiões da TIY, jovens e crianças crescem sem a possibilidade de ter acesso à aprendizagem de leitura, escrita ou matemática básica. Em um encontro ocorrido em outubro de 2023, na Missão Catrimani, 82 professores reuniram-se para debater os caminhos para reerguer a educação escolar. Na ocasião, os professores relataram que a situação da educação escolar no território Yanomami poderia ser entendida em três contextos: 1) regiões que não têm escola funcionando, nem professores formados ou contratados; 2) regiões nas quais as escolas funcionam de maneira improvisada pelos professores e pelas comunidades; e 3) regiões nas quais as escolas funcionam com apoio das prefeituras locais ou da secretaria estadual, mas com falta de materiais

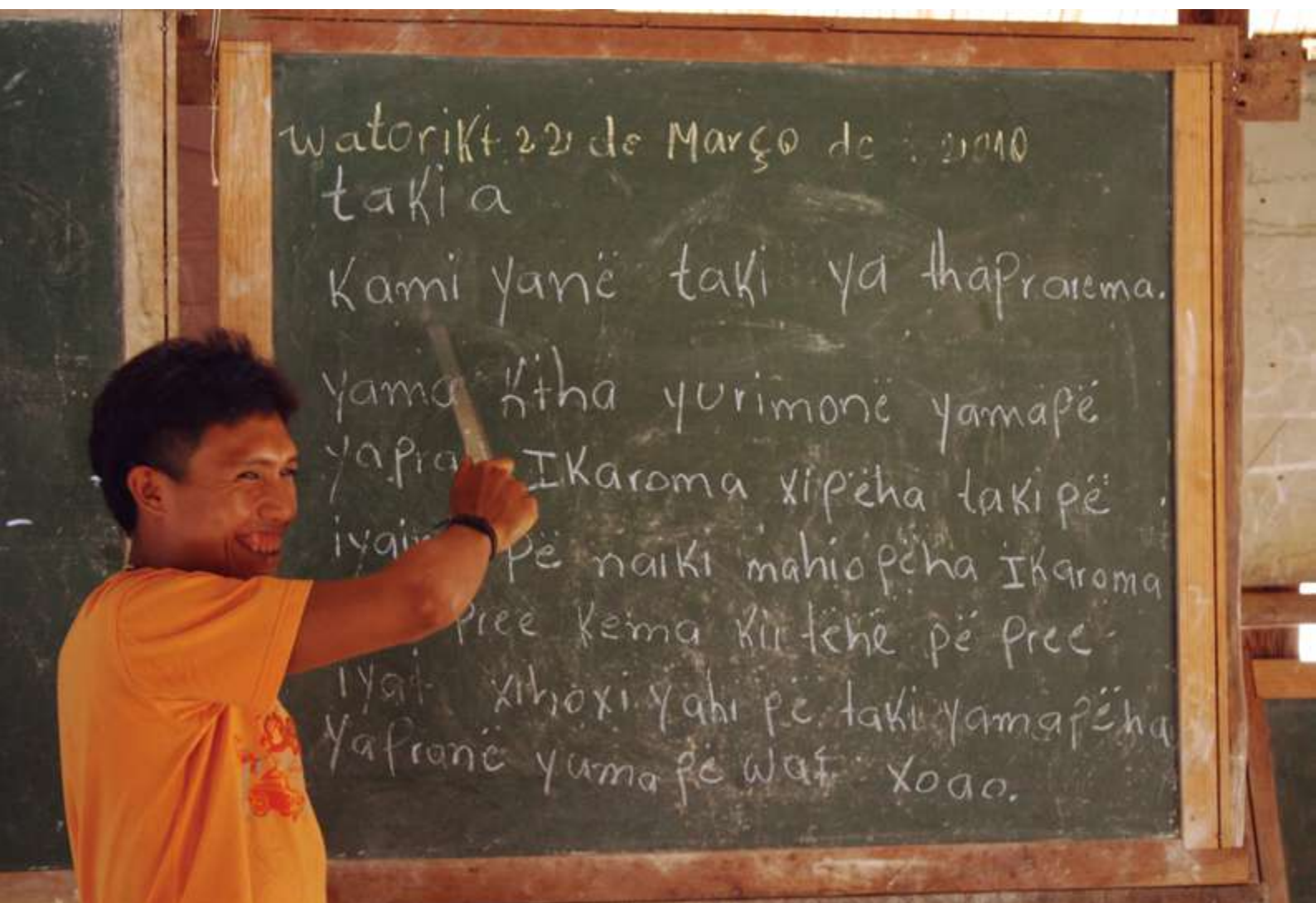
escolares e didáticos adequados, e sem um prédio da própria escola. Em carta²⁶⁰, os professores relatam parte dos problemas que vivem atualmente:

“Juntos percebemos que muitas comunidades vivem a mesma situação de enfraquecimento da nossa educação, e isso não é de hoje. Em muitas regiões não temos mais escolas, já fazem muitos anos que pararam de funcionar. As novas gerações de professores não têm nenhuma formação e a contratação de novos professores não acontece. Temos muita dificuldade com os documentos e burocracia para renovar nossos contratos, quando precisamos ir para a cidade para resolver esses problemas, não temos nenhum apoio. Nós, professores, lutamos sozinhos pelos nossos alunos. Não temos materiais para trabalhar nas escolas, quando conseguimos nós compramos com o nosso próprio salário ou com a ajuda de parceiros. Faltam materiais didáticos em nossas línguas para usarmos com nossos alunos. As construções de nossas escolas ainda são de palha e estragam muito rápido, há muito tempo nossas lideranças e nós professores estamos lutando pela construção de nossas escolas, mas isso nunca acontece.

Todos esses problemas acontecem pela omissão do Estado. Nossas crianças estão crescendo sem ter acesso à escola. Por isso estamos muito preocupados. Desse jeito, como elas vão poder aprender a defender nosso território e nossa saúde no futuro?”

Em 2024, o Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kwana é reativado, estabelecendo parcerias entre o Ministério da Educação, Ministério dos Povos Indígenas e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Reativam-se, assim, ações como o Saberes Indígenas nas Escolas Yanomami, visando o apoio para a formação de professores Yanomami, a produção de materiais didáticos e construção de espaços escolares em algumas regiões da TIY²⁶¹.

6.2. Características das escolas Yanomami



Professor dando aula, na região do Demini, em 2010. © Hutukara

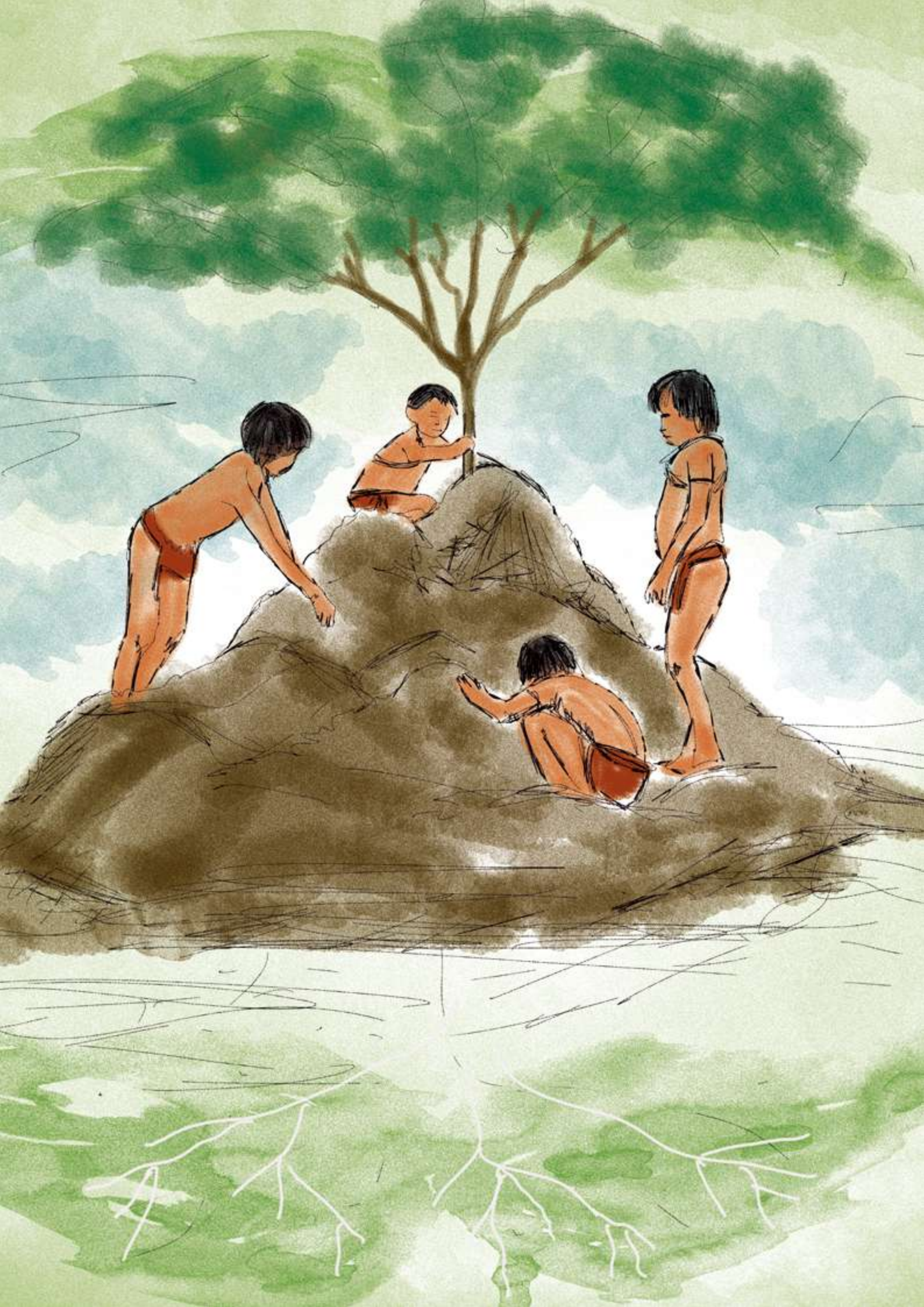
No Brasil, a lei garante aos povos indígenas uma educação específica, diferenciada e que respeite processos próprios de aprendizagem²⁶². Essas escolas vão sendo construídas em suas especificidades pelos próprios Yanomami, e são importantes espaços de relação com o mundo não-indígena²⁶³. Para muitos jovens e algumas crianças Yanomami que vivem nas regiões mais atingidas pelo garimpo, e onde não existem escolas, é o contato com os invasores em acampamentos que ocupam este espaço de fronteira e de experimentação com o mundo não-indígena. Embora haja uma enorme diversidade de processos educacionais dentro da Terra Indígena Yanomami, existem algumas características comuns a grande parte das escolas Yanomami que podem ajudar a compreender algumas de suas especificidades²⁶⁴:

- Em sua maioria, os professores são Yanomami, alguns deles contratados pelo Estado. Em algumas regiões existem também professores substitutos ou professores voluntários.

- Em praticamente todas as regiões da TIY, as aulas acontecem na língua materna falada na comunidade²⁶⁵, uma vez que a alfabetização precisa ser feita em língua materna.
- As escolas Yanomami seguem o tempo da comunidade e, portanto, o calendário escolar respeita os tempos coletivos. Não há aulas em períodos de luto, de festa ou de qualquer outra atividade que envolva grande parte da comunidade, como acampamentos de caça na floresta, pescarias coletivas, etc.
- A maioria das escolas Yanomami foi construída pelas próprias comunidades, a partir de materiais encontrados na floresta, como palhas, madeiras e cipós. Algumas escolas funcionam dentro das grandes casas coletivas.
- As escolas Yanomami costumam ser locais de livre circulação, onde os alunos têm liberdade para entrar ou sair, e onde uma liderança ou qualquer outra pessoa da comunidade pode entrar por interesse ou curiosidade. Crianças mais velhas, responsáveis por cuidar de irmãos mais novos, eventualmente podem levá-los para a escola.
- A escola dentro da comunidade é um espaço em disputa, e segue a lógica das relações de parentesco Yanomami. Por ser um espaço legítimo de relação e troca com os não-indígenas, o critério do parentesco na escolha dos professores é decisivo, de forma que, diversas vezes, as lideranças mais velhas tentam incluir alguém de sua família durante os processos de seleção.
- O critério da escolha dos professores não passa exclusivamente pela competência escolar da pessoa: o afastamento do professor de seu cargo muitas vezes se dá por questões morais relacionadas às suas atitudes ou posturas em sua vida na comunidade e nas cidades.

Em 2014, foi criado o selo editorial *Urihi anë thëpëã powihi – Saberes da Floresta Yanomami*, graças à parceria entre Hutukara, ISA, Diocese de Roraima, Universidade Federal de Minas Gerais e outras instituições de pesquisa. Em menos de uma década, foram produzidos 19 livros escritos em três diferentes línguas Yanomami, pelos Yanomami e seus parceiros. Em sua maioria, são manuais de alfabetização e trabalhos que apresentam resultados de pesquisas que fortalecem o conhecimento

tradicional. Apesar do grande esforço para a publicação desses livros nas línguas Yanomami, a falta de funcionamento das escolas e a ausência de políticas públicas de educação até o final da última grande invasão garimpeira em 2022 fizeram que estes livros tivessem pouca circulação, algo que tem sido retomado a partir de 2024, com o ressurgimento de escolas nas aldeias yanomami. É possível conhecer e baixar a versão digital de grande parte dos livros em: <https://acervo.socioambiental.org/>



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que vocês chamam de futuro, para nós, é isso. É pensar que nossos filhos e genros, e depois seus filhos e seus netos, irão se tornar xamãs em nosso lugar e caberá a eles fazer com que as palavras dos xapiri sejam ouvidas na floresta. Continuando a fazer com que sejam sempre renovadas, vão impedir que elas desapareçam e, se os brancos não nos matarem todos e não emaranharem nosso pensamento para valer, vão continuar a se estender sem fim.” Kopenawa & Albert, 2015, p. 506

As crianças e os jovens Yanomami com menos de 30 anos de idade representam hoje 74,42% de uma população de 31.007 indígenas²⁶⁶. Para pensar o futuro da Terra Indígena Yanomami e o futuro dos povos que a habitam, é fundamental conhecer melhor essa parcela majoritária da população. Como estão crescendo hoje as crianças e os jovens na Terra Indígena Yanomami? Qual é o futuro que os espera, e o que esperam eles do futuro? Estas são perguntas orientadoras para qualquer ação a ser realizada entre os Yanomami, seja na atuação direta dentro da Terra Indígena Yanomami, na relação com os indígenas que circulam pelas cidades, na proposição de projetos ou ainda na construção de políticas públicas voltadas para este grupo indígena.

Qualquer ação relacionada aos Yanomami deve levar em conta suas especificidades culturais da infância e da juventude, e deve ter clareza em relação aos principais problemas que enfrentam hoje em dia. Este relatório é um instrumento que busca reunir informações e propor reflexões que possam subsidiar qualquer tipo de ação junto às crianças e aos jovens Yanomami.

Como discutido ao longo deste estudo, muitos são os desafios que os Yanomami enfrentam hoje. Em primeiro lugar, os impactos da invasão garimpeira resultaram em sérios problemas socioambientais e sanitários. Essa desestruturação causada pela invasão sobrecarregou o sistema de atendimento à saúde Yanomami que, já fragilizado, entrou em colapso, resultando na grave crise humanitária e na consequente declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em janeiro de 2023.

Até aquele período, a significativa falta de atendimento primário nas aldeias e a queda da qualidade do atendimento à saúde levaram ao agravamento de doenças, excesso de remoções de pacientes para atendimento médico em Boa Vista, e altos índices de mortalidade por doenças evitáveis e tratáveis. Nesse cenário de crise, a malária, a desnutrição e a pneumonia foram as doenças que mais acometeram os Yanomami – e que, muitas vezes combinadas ou relacionadas, foram responsáveis pela morte de muitas crianças. São as crianças as principais vítimas dessa crise, visto que, dos 215 óbitos ocorridos entre janeiro e outubro de 2023, 53% tinham menos de quatro anos de idade²⁶⁷. Embora haja grandes esforços para reverter a situação, os desafios permanecem.

No caminho da reconstrução necessária das condições de vida na floresta, é importante que qualquer organização que deseje apoiar os Yanomami esteja alinhada com o pensamento dos indígenas e de suas próprias propostas e recomendações.

Nesse sentido, é importante destacar que existem hoje dez associações indígenas²⁶⁸ na TIY, cujo trabalho de representação política dos grupos de diferentes regiões da floresta Yanomami tem importância fundamental em todas as frentes de trabalho que visam a melhoria da qualidade de vida do povo Yanomami. Qualquer ação a ser realizada na Terra Indígena Yanomami deve ocorrer em diálogo com as associações que pactuaram e produziram juntos o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami (PGTA)²⁶⁹, onde descrevem detalhadamente todas as propostas sobre o que é necessário para que vivam bem (hoje e no futuro) na maior terra indígena do Brasil. É importante que o PGTA sirva como referência para todos que atuam no território, e para os próprios Yanomami – em especial os mais jovens – para que deem continuidade à busca por seus direitos e melhores condições de vida.

É importante também escutar as crianças e os jovens Yanomami, tentando entender seus anseios e desejos em um mundo de transformações rápidas e complexas. É fundamental que a grande demanda desses jovens por escolarização, por acesso a novos conhecimentos como o uso de novas tecnologias, seja levada a sério, sobretudo como ferramentas na luta por respeito por sua dignidade, pela integridade de seu território e pelo direito de preservarem sua cultura e seus modos de vida. É preciso que lhes sejam garantidas água limpa, educação e assistência de saúde de qualidade e segurança, para que possam desenvolver-se em uma terra livre de invasores. É preciso olhar para as novas gerações, construindo políticas públicas sensíveis ao bem-estar e à vida digna das crianças e dos jovens Yanomami.







BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAJI. “Orçamento do DSEI-Y foi estrangulado na gestão Bolsonaro”. Agosto de 2023. Disponível em https://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/Execucao_Orcamentaria_DSEIY.pdf

ALBERT, B. Temps du sang, temps des cendres. Représentation de la maladie, espace politique et système rituel chez les Yanomami du sud-est (Amazonie brésilienne). Paris, Tese de Doutorado, Université Paris X – Nanterre, 1985.

_____. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 89, p. 151-90, 1992a.

_____. URIHI: Terra, Economia e Saúde Yanomami. Série Antropologia, 119, 1-20. 1992b.

_____. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.) Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp, p. 239-76, 2002.

_____. “Infanticídio”: Esclarecimentos e Comentários. Povos Indígenas no Brasil 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ALBERT, B. & Gómez, G. G. Saúde Yanomami: um manual etnolinguístico. Belém: MPEG, 1997.

ALBERT, B. and ZACQUINI, C. “Yanomami Indian Park. Proposal and Justifications”, in The Yanoama in Brazil 1979, A.R. Ramos and K.I. Taylor (eds.), IWGIA Document 37. Copenhagen: IWGIA. 1979.

_____ & Milliken, William. Urihi a. A terra floresta Yanomami. São Paulo: Instituto Socioambiental, IRD, 2009.

ALÈS, C. Anger as a maker of love: the ethic of conviviality among the Yanomami. In: OVERING, Joanna; PASSES, Alan (eds.). The anthropology of love and anger. The aesthetics of conviviality in Native Amazonia. London and New York: Routledge, p.133-51, 2000.

_____. Yanomami: l’ire et le désir. Paris: Ed. Karthala. 2006.

ATHIAS, R & MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. Cad. Saúde Pública, 17(2):425-431, Rio de Janeiro, mar-abr, 2001.

BENDINELLI, T. “Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?”. SUMAÚMA. Disponível em: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/> . Publicado em: 13 set. 2022.

BENUCCI, T. & JABRA, D. “Sair para o mato: estratégia yanomami contra a Covid-19”. Cadernos De Campo, 29 , pp. 26-33. São Paulo, 2020.

BISERRA, R. Ainda estamos vivos: uma etnografia da saúde Sanumá. Tese de Doutorado. UNB, Brasília: 2006.

BRASIL. Lei no 6.001 de 19.12.1973. Estatuto do Índio. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1973.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório: Missão Yanomami. Janeiro de 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRUM, E. Odisséia na selva: A louca jornada de médicos e enfermeiros no combate às doenças levadas pelos garimpeiros à floresta dos ianomâmis. Época, 7 de Janeiro de 2002: 56-57.

CALDART, R.V. MARRERO, L. BASTA, P.C. ORELLANA, J. Fatores associados à pneumonia em crianças Yanomami internadas por condições sensíveis à atenção primária na região norte do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 21(5):1597-1606, 2016.

CARRERA, Javier. The fertility of words: aspects of language and sociality among Yanomami people of Venezuela. (Tese de doutorado), University of St. Andrews, Fife, 2004.

CASTRO, L. *Kami yanomae yamakini yama thê ã oni pou. Nós yanomae pegamos a escrita: Práticas de letramentos entre os yanomae*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

COHN, C. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COLHCESTER, M., *The Economy, Ecology and Ethnobiology of the Sanema Indians of South Venezuela*. Tese de Doutorado. University of Oxford. 1982.

DELGADO, M. *De Copérnico a Kafka. Ou como o Estado puniu os médicos que revolucionaram a saúde indígena no Brasil: a história da Urihi. SUMAÚMA*. Disponível em: <https://sumauma.com/copernico-kafka-estado-puniu-medicos-revolucionaram-saude-indigena-brasil-historia-urihi-yanomami/>. Publicado em: 10 abr.2023.

DINIZ, A. & SANTOS, R. *O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais*. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 23-44, 2º sem. 2005.

DIOCESE DE RORAIMA, *Mulher Yanomami: memórias que promovem vida*. Diocese de Roraima: Boa Vista, 2012.

DO PATEO, R. *Niyayou. Antagonismo e Aliança entre os Yanomam da Serra das Surucucus (RR)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005a.

_____. *O Retorno do Caos: In: ISA (Org.). Povos Indígenas no Brasil, 2001/2005*. São Paulo: ISA, pp. 341-345. 2005b.

FERREIRA, H. P. *Monografía de la socialización lingüística en la lengua Yanomama hablada en la comunidad de Papiu, Brasil: El aprender a no tener miedo*. SIESAS, 2007 Ms.

FERREIRA, H. P., MACHADO, A. M. A., SENRA, E. B. *As línguas Yanomami no Brasil: Diversidade e Vitalidade*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2019.

GOMES, A.M; MACHADO A.M; MWANGI M.A. *As escolas entre os Yanomami: revisitando*

desafios passados em busca de um horizonte futuro. Terra Indígena Yanomami 30 anos. São Paulo, Instituto Socioambiental. 2022.

GUIMARÃES, S. *O xamã e a constituição do ser*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília: Brasília, 2005.

_____. *Corpos e ciclos de vida Sanumá-Yanomami*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 261-286, jul./dez. 2010.

_____. *O sistema médico Sanumá-Yanomami e sua interação com as práticas biomédicas de atenção à saúde*. Cad. Saúde Pública, 31 (10), Rio de Janeiro, Out, 2015.

HERMANO, B. *Bebendo entre amigos: um estudo antropológico sobre uso de bebidas alcoólicas na casa de apoio à saúde indígena de Roraima*. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Antropologia. Mestrado Interinstitucional: Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2013.

HIMOTONA A. et all. *maha ipa pata thëpë kuama 3*. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, MG. 2017.

Hutukara Associação Yanomami. *NOTA PÚBLICA DA HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI MORTE DE DUAS CRIANÇAS NO PALIMIU APÓS ATAQUE DE GARIMPEIROS*. Boa Vista, 15 de maio. 2021a.

_____. *Falecimento de duas crianças na comunidade do Parima*. Boa Vista, 19 de outubro. 2021b.

_____. *Conflito armado em região de garimpo na comunidade de pupunha, Xitei*. Boa Vista, 12 de abril de 2022a.

_____. *3º Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami*. Relatório Executivo. Boa Vista, 2022b.

_____. *NOTA PÚBLICA DA HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI SOBRE A SITUAÇÃO DO DESAPARECIMENTO DA COMUNIDADE SANOMÄ DE ARACAÇÁ*. Boa Vista (RR), 6 de maio de 2022c. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/05/>

a receber: generosidade e vingança entre as crianças yanomami. International Congress of Americanist: Building Dialogue in the Americas. Vienna, 2012.

_____. “Lutamu”: relações interétnicas e protagonismo feminino no papiu no contexto de um conflito intercomunitário yanomami. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis, PPGAS/UFSC, 2015.

MACHADO, A.M.; GOMES A.M. “Vocês napëpë estão sempre procurando seus filhos”: considerações sobre corpo e cotidiano entre crianças e mulheres yanomami e suas parceiras napëpë. Revista de Antropologia da UFSCAR 11 edição. São Carlos: UFSCAR, 2019.

MENEZES, G. H. S. *Yanomami na encruzilhada da conquista: Contato e Transformação na fronteira amazônica*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

MUNDURUKU, A. et al. Consequências do Mercúrio na Saúde Humana e no Meio Ambiente. Fiocruz, 2021.

MAGALHÃES, E. O Estado e a saúde indígena: a experiência do Distrito Sanitário Yanomami. Dissertação (Mestrado em Política Social) UnB, Brasília. 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. POLÍCIA FEDERAL. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS, SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO. *Laudo de Perícia Criminal Federal (Meio Ambiente)*. Laudo Nº 318/2022 – SETEC/SR/PF/AM. Roraima, Abril de 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA. 7º OFÍCIO – Povos indígenas e comunidades tradicionais. TRAGÉDIA HUMANITÁRIA E AMBIENTAL YANOMAMI *Diagnóstico de causas, atuação do Ministério Público Federal e respostas do Poder Público*. Inquérito Civil nº 1.32.000.000084/2023-17. Roraima, maio de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SESAI/IASI/DSEI-Y. Dados obtidos via Lei de Acesso a Informação, 2022.

_____. Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/>

[resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/informe-diario/missao-yanomami-informe-mensal-02/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/). Publicado em outubro de 2023.

MOURA, M. O papel das “peles de papel”: palavras, documentos e traduções na política Yanomami-napë. in: *Terra Indígena Yanomami 30 anos*. São Paulo, Instituto Socioambiental. 2022.

_____. Sem mudanças, Bolsa Família pode agravar a fome dos Yanomami. SUMAÚMA. Disponível em: <https://sumauma.com/sem-mudancas-bolsa-familia-pode-agravar-a-fome-dos-yanomami/>. Publicado em: 31 mar. 2023.

NILSSON, M. Mobilidade Yanomami e interculturalidade: Ecologia histórica, alteridade e resistência. Tese de doutorado; Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (Diversitas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, R. A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. Tese de Doutorado. Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, L.A; NASCIMENTO, R.G. Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. In: *Educação & Sociedade* v. 33 (jul-set), n. 120, Desigualdades e Diversidade na Educação. Campinas: CEDES, 2012.

PELLEGRINI, M. A. Discursos Dialógicos: Intertextualidade e ação política na performance e autobiografia de um intérprete Yanomami no Conselho Distrital de Saúde. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RAMOS, A., “How the Sanumá acquire their names”, *Ethnology*, 13, pp. 171-85. 1974.

_____. “Yanoama Indians in northern Brazil threatened by highway” in *The Yanoama in Brazil 1979*. Edited by A.R. Ramos and K.I. Taylor, IWGIA Document n 37. Compenhagen: IWGIA. 1979.

_____. Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____. “O papel político das epidemias: o caso Yanomami”, *Série Antropologia*, v. 153, p.

2-21, 1993.

_____. Nomes Sanumá entre gritos e sussurros. *Etnográfica*. 12 (1): 59-69. Maio de 2008.

RAMOS, A & ALBERT, B. Yanoama descent and affinity: The Sanuma-Yanomam contrast. in: OVERING KAPLAN, Joanna (Org.). *Social Time and Social Space in Lowland South American Societies*. Actes du XLII Congrès International des Américanistes, Paris, v. 2, 1977.

RAMIREZ, H. *Le Parler Yanomami des Xamatautheri*. Tese de Doutorado - Université de Provence, Aix-en-Provence, 1994

ROCHA, J. Murder in the Rainforest: The Yanomami, the Gold Miners and the Amazon. *Latin American Bureau*. 1999.

_____. Haximu: o massacre dos Yanomami e suas consequências. São Paulo, Casa Amarela, 2007.

SARAIVA, M; BENFICA, E. *ÖKĀPOMĀ: A defesa da Terra Indígena Yanomami*. Disponível em: <https://expedicaoyanomami.socioambiental.org/>. Setembro de 2014.

SMILJANIC, M. I. O corpo Cósmico: O Xamanismo entre os Yanomae do Alto Toototobi. Brasília. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. 1999.

_____. Os enviados de Dom Bosco entre os Masiripiwëitheri: o impacto missionário sobre o sistema social e cultural dos Yanomami ocidentais (Amazonas, Brasil). *Journal de la Société des Américanistes*, Nanterre, n. 88, p. 137-158, 2002.

SILVA, M. & ESTELLITA-LINS, C. A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 267-285, jan./abr. 2021.

SMOLE, W.J. "Yanoama Horticulture in the Parima Highlands of Venezuela and Brazil", in *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*, D.A. Posey and W. Balée (eds.). New York: The New York Botanic Garden. 1989.

SOUSA, M. "De xawara, estratégias nativas e a pesquisa antropológica na Terra Indígena Yanomami". *Cadernos de Campo*, 29, pp. 34-41. 2020.

TASSINARI, A. *Escola Indígena: novos horizontes*

teóricos, novas fronteiras para a educação. In: LOPES DA SILVA, FERREIRA (Org.) *Antropologia, História e Educação*. Fapesp, São Paulo: 2001.

TAYLOR, K. Development against the Yanoama. The case of mining and agriculture, in *The Yanoama in Brazil 1979*. Edited by A.R. Ramos and K.I. Taylor. IWGIA Document n 37. Copenhagen: IWGIA. 1979.

TOTTI, B. Os Yanomami, a Hutukara e os desafios de seu pacto político. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VASCONCELOS, M. et al. Malarial and intestinal parasitic co-infections in indigenous populations of the Brazilian Amazon rainforest. In: *Journal of Infection and Public Health*, 2023.

VEGA, V. *Notas sobre a retomada visual Yanomami*. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2023/Notas-sobre-a-retomada-visual-Yanomami>. Publicado em 25 de abril, 2023.

VIANA, P.V. GONÇALVES, M.J. & BASTA, P.C. Ethnic and Racial Inequalities in Notified Cases of Tuberculosis in Brazil. *PLoS One*. 11(5) 2016. Published online 2016 May 13. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4866698/>

VIEIRA, M., LIMA, L.. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Yanomami (Yanomae-Português)*, São Paulo, Insituto Socioambiental, 2019.

WILBERT, J & SIMONEAU, K. (Orgs.). *Folk Literature of the Yanomami Indians*. Los Angeles: Ucla Latin American Center Publications, 1990.

YAIRA YANOMAMI, E. *Yip#muwi Thëã Oni: palavras escritas sobre a menstruação*. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, MG. 2017.

YANOMAMI, M. et al (Org.). *Hwërimamotima thë pë ã oni. Manual dos remédios tradicionais Yanomami*. Hutukara Associação Yanomami e Instituto Socioambiental. São Paulo e Boa Vista, 2015. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/manual-dos-remedios-tradicionais-yanomami>

ANEXO

Alguns livros disponíveis nas línguas yanomami

1) Dicionário de verbos português-yanomama: napepeni the thaatarapehe nahã thãaxo, yanomama thããxo, thekiyeã weanowei siki

Dicionário de verbos português Yanomami com frases exemplificando o uso de cada verbo.

[LINK PARA DOWNLOAD:](#)

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/dicionario-de-verbos-portugues-yanomama-napepeni-thaatarapehe-naha-thaaxo>

2) Xapiri thëã oni - Palavras escritas para nos curar (2014)

Livro em língua Yanomae sobre xamanismo com entrevistas com alguns xamãs e textos elaborados a partir das entrevistas com alguns xamãs sobre diversos temas como vocação xamânica, mudanças e ameaças no mundo.

[LINK PARA DOWNLOAD:](#)

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xapiri-thea-oni-palavras-escritas-sobre-os-xamas-yanomami>

3) Hwërimamotima thë pë ã oni - Manual dos remédios tradicionais yanomami (2015):

Manual bilíngue com fotos e descrição sobre as plantas medicinais conhecidas pelos yanomami do Demini.

[LINK PARA DOWNLOAD:](#)

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/manual-dos-remedios-tradicionais-yanomami>

4) SALAKA PÖ - peixes, crustáceos e moluscos (2016):

O livro é resultado do trabalho conjunto de professores sanöma da região de Awaris, na Terra Indígena Yanomami, em parceria com assessores do ISA. Apresenta os peixes, moluscos e crustáceos usados na alimentação pelos Sanöma da região. Estes alimentos são uma importante fonte de proteína no cotidiano da população. Traz as técnicas e equipamentos de pesca utilizados para cada espécie. Traz ainda técnicas culinárias utilizadas pelos Sanöma.

[LINK PARA DOWNLOAD:](#)

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/enciclopedia-dos-alimentos-yanomami-sanoma-peixes-crustaceos-e-moluscos>

5) ANA AMOPÖ - Cogumelos (2016):

O livro é resultado do trabalho conjunto de professores sanöma da região de Awaris, na Terra Indígena Yanomami, em parceria com assessores do ISA. Apresenta os cogumelos comestíveis desta região. Esses cogumelos são encontrados principalmente nas roças e nas capoeiras, que nascem quando as roças são abandonadas. Também são encontrados nas florestas da região, em menor quantidade. O livro foi vencedor do Prêmio Jabuti na categoria “Gastronomia”, em 2017.

 LINK PARA DOWNLOAD:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/enciclopedia-dos-alimentos-yanomami-sanoma-cogumelos>

6) Yuripë siki - Peixes do rio Catrimani (2017):

Livro bilíngue Yanome – Português, produzido pelos professores da região Missão Catrimani, com descrição e ilustração de diversas espécies de peixes da região.

7) ñaha ipa pata thëpë kuama 1 (2017):

Primeiro livro (de uma trilogia) resultado de uma longa pesquisa feita com um velho conhecedor da mitologia Yanomami da região do Papiu, que pediu que tivesse suas histórias gravadas. O livro apresenta alguns desses mitos como resultado de pesquisa dos professores do Papiu e assessores não indígenas. Livro escrito 100% na língua Yanomama do Papiu.

8) Orupë thëã (2017):

Livro produzido pelos professores da região Missão Catrimani, com descrição e ilustração de diversas espécies de cobras da região.

9) Yipimūwi Thëã Oni - palavras escritas sobre menstruação (2017):

Primeiro livro produzido por mulheres Yanomami, a partir de uma entrevista de Ehuana Yaira, pesquisadora, com uma senhora mais velha sobre as mudanças nos rituais de menstruação e diversos outros assuntos do universo feminino.

 LINK PARA DOWNLOAD:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/yipimuwi-thea-oni-palavras-escritas-sobre-menstruacao>

10) Tã saöka wi ï tã waheta - Alfabetização sanöma TÄ KATEHAMÖ LOTETEI Ï TÄ -VOGAIS (2017)

Livro de alfabetização para a língua sanöma (vogais).

11) Tã saöka wi ï tã waheta - Alfabetização sanöma TÄ KATEHAMÖ UTITII Ï TÄ - consoantes (2017)

Livro de alfabetização para a língua sanöma (consoantes).

12) Õnimatima yanomae yama thëpë pihi moyamïmaïwi siki: alfabetização yanomae: vogais e consoantes (2018)

Livro de alfabetização para a língua Yanomae, produzido pelos professores da Missão Catrimani.

13) Pihi moyãmï protima siki - Alfabetização Yanomama: vogais e consoantes (2018)

Livro de alfabetização para a língua Yanomama, produzido pelos professores do Papiu.

14) ñaha ipa pata thëpë kuama 2 (2018)

Segundo volume da trilogia feita com um velho conhecedor da mitologia Yanomami da região do Papiu, que pediu que tivesse suas histórias gravadas.

15) **ṡnaha ipa pata thēpē kuama 3 (2018)**

Este livro é o terceiro volume da trilogia.

16) **Políticas para as línguas Yanomami (2019)**

Livro elaborado por pesquisadores yanomami e com textos escritos em cinco variedades linguísticas da família Yanomami (yanomami, yanomam, sanōma e dois dialetos ninam), esta pequena obra compartilha com os leitores yanomami algumas reflexões sobre a diversidade e vitalidade das línguas yanomami, além de apresentar 22 sugestões de políticas linguísticas que visam sua manutenção e fortalecimento. É um livro destinado aos Yanomami, para que o utilizem como mais um instrumento de defesa de seus direitos linguísticos e culturais.

 LINK PARA DOWNLOAD:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/politicas-para-linguas-yanomami>

17) **Përisi: O fungo que as mulheres usam na cestaria**

A obra detalha o conhecimento das mulheres sobre o uso do *përisi*, uma nova espécie de fungo (*Marasmius yanomami* sp. nov.) usada pelas Yanomami para decorar seus cestos trançados com cipó. Contado pelas mulheres, o livro explica, em yanomami e português, como o fungo é coletado e usado. A obra resulta de uma pesquisa intercultural e traz a potência do conhecimento tradicional indígena junto com a ciência, além de ampliar perspectivas e ajudar a fortalecer a cultura Yanomami.

 LINK PARA DOWNLOAD:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/perisi-o-fungo-que-mulheres-yanomami-usam-na-cestaria>

18) **Hapao tēhē, vol. 1 e vol. 2**

Conjunto de mitologias da região da Missão Catrimani, divididos em dois volumes. A obra é resultado de pesquisas feitas pelos professores com grandes conhecedores dos mitos na região e ilustrados pelos próprios professores.

20) **Puu naki thēã oni: o conhecimento yanomami sobre abelhas**

Este livro apresenta os resultados de uma pesquisa sobre abelhas sociais realizada na aldeia Piau, na região do Toototopi, Terra Indígena Yanomami. O trabalho foi desenvolvido por jovens pesquisadores yanomami, orientados por velhos conhecedores de suas aldeias, com assessoria técnica do ISA. A pesquisa transcorreu em quatro etapas, de abril de 2016 a março de 2018. Ao todo, o trabalho apresenta trinta e duas nomenclaturas de abelhas sociais. Para cada uma das abelhas listadas estão descritas a sua aparência, comportamento, características do mel, local de nidificação, aspectos do ninho e flores preferenciais.

 LINK PARA DOWNLOAD:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/puu-naki-thea-oni-o-conhecimento-yanomami-sobre-abelhas>

NOTAS FINAIS

1 Cohn, 2006

2 Kelly, 2003

3 A partir de dados compilados pelo Censo Populacional de Saúde 2022.

4 Ibidem.

5 Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/informe-diario/missao-yanomami-informe-mensal-02/view>. Publicado em outubro de 2023.

6 IBGE, 2023.

7 Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4016>.

8 Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/informe-diario/missao-yanomami-informe-mensal-02/view>. Publicado em outubro de 2023.

9 Albert, 1985; Lizot, 1988; Alès, 2006; Ramos, 1990.

10 Lizot, 1971, 1978, 1980; Smole, 1989.

11 Nilsson, 2018.

12 Albert, 1985; Lizot, 1988; Alès, 2006; Ramos, 1990.

13 Carrera, 2004.

14 Albert, 1985.

15 Nas últimas décadas, diversos estudos apresentaram importantes e necessárias reflexões sobre o papel do xamanismo e dos diferentes procedimentos agenciados pelos Yanomami na identificação de doenças, suas causas e seus respectivos processos de cura. Ver: Albert, 1985, 1992a, Albert & Gomez, 1997, Smiljanic, 1999, Kelly, 2003, Guimarães, 2005, 2010, 2015, Kopenawa & Albert, 2015, Yanomami *et al.*, 2015.

16 Chamados por diferentes termos de acordo com a variação linguística dos subgrupos: *xapiri*, *xapori*, *hekura*, etc.

17 Vieira & Lima, 2019, p.121.

18 Ramirez 1994; Albert, 1985; Kopenawa & Albert, 2015; Ferreira, Machado & Senra 2019.

19 Ibidem.

20 Albert, 1985.

21 Ferreira, Machado, Senra, 2019.

22 Para esse período, ver: Albert e Zacchini 1979; Ramos 1979; Taylor 1979.

23 Oliveira, 2003, Diniz & Santos, 2005.

24 Ver relatório das associações indígenas da TIY, “Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, de 2022.

25 Ramos, 1993.

26 A Operação Yanomami—Selva Livre, foi o esforço conjunto de diferentes órgãos do governo brasileiro, liderado pela FUNAI (à época presidida pelo indigenista Sydney Possuelo) para realizar a expulsão de invasores do território Yanomami (Do Pateo, 2005).

27 Decisão do Supremo Tribunal Federal - RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 351487 RR. Ver em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900617339&dt_publicacao=30/10/2000

Ver mais em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00408.pdf>

28 Rocha, 1999, 2007, Kopenawa & Albert, 2015.

29 Lobo & Cardoso, 2023.

30 Ver em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/yanomami-denuncia-descaso-com-a-saude-ao-jornal-el-pais-pelo-whatsapp/9822/>. Em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-avaliam-em-conferencia-que-atendimento-a-saude-continua-insatisfatorio>.

Em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2014/09/falta-de-atendimento-saude-causa-problemas-indios-de-reserva-em-rr.html>

Ou em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/10/hutukara-denuncia-interferencia-politica-em-saude-indigena-de-rr.html>

31 Fonte: Ministério da Saúde/SIASI/SESAI/DSEI-Y. 2022, dados obtidos via Lei de Acesso à Informação.

32 Ver o relatório “Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado”, de 2020. É importante considerar que a falta de testes para Covid fez com que estes índices fossem subnotificados, uma vez que a epidemia se alastrou pela TIY, sem barreiras. Ver outros trabalhos sobre o período da pandemia entre os Yanomami em: Benucci & Jabra, 2020. Sousa, 2020. Silva & Estellita-Lins, 2021.

- 33** Fonte: Ministério da Saúde/SIASI/SESAI/DSEI-Y, 2022, dados obtidos via Lei de Acesso à Informação.
- 34** Ver em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>
- 35** Para contribuir com uma compreensão acerca dos saberes Yanomami sobre a infância, este documento apresenta análises construídas a partir de estudos etnográficos e dados de campo sistematizados pelos antropólogos responsáveis por este documento.
- 36** Cohn, 2006.
- 37** Albert, 1985; Biserra, 2006; Ramos, 1990; Alès, 2006.
- 38** Ibidem.
- 39** Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre os anos de 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018 - 2023) e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010 - 2014), Demini (2007 - 2023) e Awaris (2008 - 2010).
- 40** Albert, 1985.
- 41** Biserra, 2006.
- 42** As poucas informações sobre partos disponíveis na literatura sobre os Yanomami levaram à inclusão de dados de campo obtidos pelos antropólogos em pesquisas realizadas entre os anos 2007 e 2023, com as mulheres Yanomami das regiões Demini e Missão Catrimani. Os dados apresentados aqui foram checados e validados pelas mulheres Yanomami durante o XIV Encontro de Mulheres Yanomami, realizado em novembro de 2023, na Missão Catrimani.
- 43** Lizot, 1988.
- 44** Ibidem.
- 45** Biserra, 2006.
- 46** Durante o XVI Encontro das Mulheres Yanomami, em 2023, as participantes elaboraram um documento com tais reivindicações. O documento foi encaminhado pela Hutukara Associação Yanomami para a maternidade de Boa Vista, em dezembro de 2023. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/23/garimpo-causa-ma-formacao-e-desnutricao-em-criancas-yanomami-denunciam-liderancas-indigenas>
- 47** Ferreira, Machado & Senra, 2019.
- 48** Lizot, 1988; Albert, 2011.
- 49** Biserra, 2006.
- 50** Entre os Sanõma, grupo Yanomami que vive na região de Awaris, Aracaçá e Venezuela, há um número maior de tabus alimentares a serem seguidos, o que infringe diretamente a condição de saúde dos sanõma. Muitas doenças são interpretadas pelos sanõma como consequência da quebra de tabus alimentares (Biserra, 2006).
- 51** Guimarães, 2005.
- 52** Leite, 2010.
- 53** Lizot, 1988, p.86.
- 54** Guimarães, 2010.
- 55** Colchester, 1982.
- 56** Para os Yanomami, a pessoa é formada por diversos componentes: *pei siki* (pele ou invólucro corporal); *pei ãxi*, que poderíamos traduzir por “interior”; *pei pihi* (o centro da volição, que controla os sentimentos e pensamentos); *pei nẽ utupẽ* (a imagem vital); *pei nẽ porepẽ* (espectro da pessoa), *pei rĩxi* (*alter ego* ou duplo animal (Albert, 1985; Leite, 2010). *Utupẽ* é um termo de difícil tradução, que geralmente é simplificado em português, ao ser simplesmente traduzido como “imagem”. Mas é um conceito que vai além disso: está relacionado com a imagem (sombra, fotografia, reflexo), e pode ser entendido como uma imagem corporal, miniatura interna, onde reside a energia vital da pessoa (ver mais em: Kopenawa e Albert, 2023; Albert e Gomez, 1997).
- 57** Kopenawa & Albert, 2015.
- 58** Albert, 1985; Leite, 2010; Limulja, 2019.
- 59** Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre os anos de 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018–2023), e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010–2014), Demini (2007–2023) e Awaris (2008–2010).
- 60** Castro, 2013; Ramos, 2018.
- 61** Albert, 1985; Limulja, 2019.
- 62** Para um exemplo das dificuldades no recenseamento feito pelos profissionais de saúde, ver Lobo & Cardoso, 2023.
- 63** Essas mudanças acontecem em diferentes velocidades em cada região: por exemplo, entre os habitantes das serras, cujo contato com os não-indígenas é pouco frequente, observa-se uma maior preocupação com a pronúncia dos seus nomes do que se comparado aos habitantes da calha do rio Demini. Já na região de Awaris, entre os Sanõma, há muitas diferenças na relação com os nomes próprios (ver

Ramos, 1974; 2018). Por exemplo, não há uma proibição severa da pronúncia de nomes das pessoas mortas, o que é uma diferença crucial entre a grande maioria dos outros grupos Yanomami (Ramos, 1993).

64 Gomes & Machado, 2019.

65 Um estudo realizado em parceria entre UNICEF, Fiocruz, SESAI e FUNAI, com pesquisas de campo em 2019 e 2020 nas regiões Awaris, Maturacá e Ariabu, demonstrou que 98,13% dos 268 bebês incluídos no estudo estavam sendo amamentados. Esta proporção caía em relação aos bebês que já sabiam andar, sendo que 61,53% dos 221 casos analisados, os bebês eram ainda amamentados. Vale lembrar que há uma grande diversidade interna regional de práticas entre os Yanomami (UNICEF, 2019).

66 Kopenawa & Albert, 2015.

67 Ferreira, 2007.

68 Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018–2023) e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010–2014), Demini (2007–2023) e Awaris (2008–2010).

69 Diocese de Roraima, 2012.

70 Kopenawa & Albert, 2015.

71 Alès, 2000.

72 Lizot, 1988; Machado, 2011.

73 Kopenawa e Albert, 2015, p. 412-413, 669, notas 14, 15, 16.

74 Albert, 1985; Lizot, 1988; Ferreira 2007, Limujla, 2019.

75 Ferreira, 2007; Machado, 2011.

76 Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre os anos 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018–2023) e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010–2014), Demini (2007–2023) e Awaris (2008–2010).

77 Mesmo os jovens podem ser submetidos a esses processos de fabricação de um corpo *waithëri*, como descreve Davi Kopenawa: “Nossos antigos preferiam esfregar as cinzas dos ossos dos homens valentes com urucum na testa e no peito dos rapazes jovens. Chamavam a imagem da bravura guerreira do falecido para contagiar os jovens e torná-los corajosos.” (Kopenawa e Albert, 2015, p.417).

78 “Quando eu era criança, existia *waithëri kiki*, mas ainda existem naquelas aldeias onde as pessoas continuam brigando entre si. Aqui, nós, da nova geração, paramos com as agressões, e paramos de usar *waithëri kiki*. Antigamente, as pessoas usavam as raízes raladas misturadas ao urucum.” Depoimento de Ehuana Yaira, em novembro de 2023, aos pesquisadores responsáveis por este estudo. Ehuana nasceu em 1984, e fala sobre o abandono do uso de *waithëri kiki* na região do Demini.

79 Além do *waithëri kiki*, existem outras duas raízes que as mulheres plantam em suas roças, e são usadas no corpo de seus filhos. A primeira, denominada *haro kiki* (*haro* = cura), ao ser usada em colares com pedaços, fortalece a saúde das crianças, protegendo-as contra doenças. Já o *moko kiki* (*moko* = moça) faz com que as meninas se tornem moças mais rapidamente, e possam colaborar mais cedo nas tarefas domésticas (Albert & Milliken, 2009).

80 Lizot, 1988, p.88

81 Conforme previsto no Artigo 2 do Estatuto da Infância e da Adolescência (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

82 Albert, 1985; Yaira, 2017.

83 Ver M33 em Wilbert & Simoneau, 1990. =Ver também a versão da narrativa por Davi Kopenawa em “A queda do céu” (Kopenawa e Albert, 2015, p. 231-233).

84 Uma descrição detalhada do rito relacionado à primeira menstruação está em Albert, 1985, p. 572-584.

85 O sangue é uma substância envolta de perigos para os Yanomami. Ainda que se trate de mulheres adultas, o risco de o sangue menstrual entrar em contato diretamente com o solo deve ser observado. Um relato do perigo do sangue menstrual também se vê na relação com o sangue dos animais de caça que não devem pingar e ser absorvidos diretamente pelo solo, utilizando um anteparo de folhas (Albert, 1985, p. 605).

86 Fato relatado no mito de Tërëma, que ao não cumprir corretamente o ritual da primeira menstruação, desenvolveu unhas grandes e matou várias pessoas da família (Himotona *et al.*, 2007).

87 O livro “Yipimuwi Thëã Oni: palavras escritas sobre a menstruação” (Yaira, 2017) traz o ponto de vista das mulheres Yanomami sobre o período menstrual e o rito associado a ele. O livro, publicado em língua indígena, é resultado da pesquisa realizada por Ehuana Yaira Yanomami, da comunidade Watoriki, em entrevista com uma senhora de sua comunidade e assessoria do Instituto Socioambiental.

88 Uma descrição detalhada do rito de puberdade masculino está em Albert, 1985, pp. 599-605.

- 89** Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre os anos 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018–2023) e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010–2014), Demini (2007–2023) e Awaris (2008–2010).
- 90** Kopenawa e Albert, 2015.
- 91** Albert, 1985, Do Pateo, 2005^a.
- 92** Carrera, 2004, Kopenawa e Albert, 2015.
- 93** Lizot, 1988.
- 94** (ver Lizot, 1988, pp.35–68).
- 95** Segundo as regras que estruturam o parentesco Yanomami, as relações incestuosas são as que acontecem entre parentes, classificatórios ou reais, chamados pelos termos usados entre irmãos, pais e filhos e, principalmente, sogra/sogro e genro/nora. O sexo e, conseqüentemente, o casamento, estão restritos para acontecer entre “primos cruzados”. Ver mais sobre as regras do parentesco entre os diferentes subgrupos Yanomami em: Lizot, 1971; Ramos & Albert, 1977; Albert, 1985; Albert & Gomez, 1997.
- 96** Kopenawa e Albert, 2015.
- 97** Hermano, 2013.
- 98** Smiljanic, 2010, p. 153.
- 99** Kopenawa e Albert, 2015, p. 619 e p. 657.
- 100** Ver o relato autobiográfico de Davi Kopenawa sobre o casamento entre os Yanomami em Kopenawa e Albert, 2015, pp. 316–320.
- 101** Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018–2023), e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010–2014), Demini (2007–2023) e Awaris (2008–2010).
- 102** Albert, 1985; Kopenawa e Albert, 2015.
- 103** Albert, 1985, p. 680.
- 104** Nesse contexto de relações, os casamentos podem acontecer entre pessoas de idades muito diferentes, geralmente casais formados por um homem mais velho e uma esposa mais jovem.
- 105** Segundo Albert: “Ao se tornarem adolescentes, os jovens yanomami passam longos períodos viajando de comunidade em comunidade e de festa em festa, o mais longe que podem de sua aldeia de origem. Suas peregrinações entre os brancos são hoje incluídas no registro das viagens iniciáticas dessa fase.” Ver em: Kopenawa e Albert, 2015, p.649, nota 18.
- 106** Ver Kopenawa e Albert, 2015, p. 665, nota 10.
- 107** Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre os anos de 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018–2023) e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010–2014), Demini (2007–2023) e Awaris (2008–2010).
- 108** *Ibidem*.
- 109** Um exemplo da extensão de características da juventude ainda na idade adulta pode ser visto nas palavras de Davi Kopenawa: “*Adultos, vivemos um longo tempo durante o qual ainda somos jovens. Depois, vamos aos poucos ganhando idade e, a menos que feiticeiros inimigos nos quebrem os ossos ou que a epidemia xawara nos devore, envelhecemos com retidão. Não morremos tão cedo!*” (Kopenawa e Albert, 2015, p. 500).
- 110** Ver mais em Carrera, 2004 pp. 59–60.
- 111** Ver mais em Moura, 2022, p. 188.
- 112** Albert, 1992a, Kopenawa e Albert, 2015.
- 113** Vega, V, 2023. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2023/Notas-sobre-a-retomada-visual-Yanomami>.
- 114** Não foram publicados dados demográficos que apresentem separadamente o total da população Yanomami e Ye'kwana. Mas de acordo com censos de saúde anteriores e dados apresentados pelo IBGE para o censo 2022, cerca de 2,7% da população da TI Yanomami pertencem à etnia Ye'kwana.
- 115** Ramos, 1993.
- 116** Diocese de Roraima, 2013.
- 117** Ver Albert, 1992, p. 63.
- 118** Dados apresentados pela Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana e Urihi Associação Yanomami, no relatório “*Yamaki ni ohotai xoa! Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da Emergência Yanomami.*” Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yamaki-ni-ohotai-xoa-nos-ainda-estamos-sofrendo-um-balanco-dos-primeiros-meses-da>
- 119** Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/13/como-o-garimpo-captura-o-imaginario-dos-jovens-yanomami>

120 Como exposto neste trecho, entre outros, do relatório “Yanomami Sob Ataque”: “A aproximação dos garimpeiros das comunidades do Xitei ao longo de 2021, deu-se precisamente com base no aliciamento de jovens a partir de promessas de mercadorias e armas, e na intimidação dos opositores. Uma denúncia recebida pela HAY descreve o processo de aliciamento de jovens indígenas nas cidades de Boa Vista e Mucajaí. Segundo o documento, os aliciadores abordam os indígenas em locais frequentados para receber atendimento de saúde, realizar serviços bancários ou para comprar ferramentas agrícolas, roupas, material de higiene entre outros objetos. Os jovens, entusiasmados com a possibilidade de terem acesso a um número maior de mercadorias e ignorantes dos impactos da atividade, acabam cedendo ao assédio dos garimpeiros e facilitam a aproximação das comunidades, sem que os demais Yanomami estejam de acordo ou mesmo tenham ciência desse arranjo. Os jovens que fazem esta intermediação são frequentemente presenteados com armas e assim passam a defender os interesses dos invasores contra o restante da comunidade que se opõe à atividade.” (Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 64) Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>

121 Ver mais em: Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 54

122 Em diferentes ofícios públicos, a Hutukara Associação Yanomami denunciou situações semelhantes a essa. Em abril de 2022, tratando de fatos ocorridos na região do Xitei, a Hutukara reitera: “Em ofício de agosto de 2021, a HAY já havia alertado as autoridades sobre os assédios sofridos pelos Yanomami do Xitei, na época, para a instalação do garimpo ilegal na região, próximo à comunidade do Keeta. O ofício registrou o relato de uma liderança local que alertava para o forte aliciamento de jovens na região a partir da distribuição de armas de fogo. (...) Ao longo do segundo semestre de 2021, o problema se agravou enormemente. Sem que qualquer medida tivesse sido tomada pelas autoridades para impedir seu avanço, o garimpo se expandiu enormemente na região, em um crescimento de mais de 1000% medido em hectares de floresta degradada até dezembro de 2021. Como resultado, a tensão na região se elevou, opondo comunidades e lideranças tradicionais que são contrários à presença do garimpo na região aos jovens Yanomami aliciados pelos núcleos garimpeiros instalados na região.” (Hutukara, 2022a)

123 Ver, por exemplo, as questões levantadas pelos representantes indígenas reunidos no III Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, que ocorreu em 2022 na comunidade Xihopi. O registro no relatório

do evento descreve a preocupação das lideranças: “Peri Xirixana demonstrou sua preocupação com a abrangência da atuação dos garimpeiros no rio Mucajaí e diante dos jovens manipulados por eles, que vem desmoralizando a autoridade das lideranças locais” (Hutukara Associação Yanomami, 2022, p. 8).

124 Ver mais em: <https://diplomatie.org.br/bolsonaro-pandemia-nova-corrída-pelo-ouro-terra-indigena-yanomami/>

125 Ver em: <https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/nos-a-guerra-crime-organizado-avanca-sobre-os-garimpos-ilegais-da-amazonia-25260890>

126 Ver mais em Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 10. Em: <https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/?fbclid=IwAR2NRR-04m8mA1EMlpHMy9cDlcQYMTKFFxMjiQdW5htjCGBXKw5sJGfufVQ>

Também em: <https://tab.uol.com.br/edicao/pcc-no-garimpo/#cover>

127 “Noemia, da Maloca Papiu, relatou a introdução, pelos garimpeiros, de cocaína e maconha nas comunidades, e uma situação de vício entre os Yanomami. A preocupação com a introdução de drogas e bebidas alcoólicas e a preocupação com os jovens aliciados foi uma tônica na fala da maioria das lideranças.” (Hutukara Associação Yanomami, 2022, p. 8)

128 Ver mais em: <https://brasil.mongabay.com/2022/04/garimpo-leva-violencia-sexual-aliciamento-crime-organizado-e-doencas-as-terras-yanomami/>

E também: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/30/garimpeiros-yanomamis-aliciamento-mulheres-violencia.htm>

129 Ver em: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2023, p. 8.

130 Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/05/yanomami-emboscada-de-garimpeiros-mata-indigena-e-deixa-adolescente-em-estado-grave>

131 Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/03/ameacas-silenciamento-e-omissao-por-que-morte-de-adolescente-yanomami-segue-sem-solucao>

E também: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/06/26/jovens-indigenas-sao-mortos-por-garimpeiros-em-conflito-na-terra-yanomami-em-roraima.ghtml>

132 Hutukara Associação Yanomami, 2021a.

Também em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/15/lideres-indigenas-relatam-mortes-de-duas-criancas-em-conflitos-na-terra-yanomami-diz-associacao.ghtml>

133 Hutukara Associação Yanomami, 2021b. Também em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>

134 Ver mais em: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>

135 Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2021, p. 15.

136 Hutukara Associação Yanomami (2022c). Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Nota-Hay-sobre-Aracac%CC%A7a.pdf>

137 Ver mais em: <https://brasil.mongabay.com/2022/04/garimpo-leva-violencia-sexual-aliciamento-crime-organizado-e-doencas-as-terras-yanomami/>

138 Ver mais em Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 86.

Também em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/30/garimpeiros-yanomamis-aliciamento-mulheres-violencia.htm>

139 O relatório “Yanomami Sob Ataque” apresenta uma descrição da estratégia dos garimpeiros, a partir do relato de um indígena: “Assim fazem os garimpeiros quando querem ter relações com as mulheres Yanomami. Primeiro lhes entregam um pouco de comida, para fazer com que cessem nelas o medo, para que comecem a se iludir, pensando: “Eles entregaram para mim comida sem razão! Talvez sejam generosos?”. Depois, outra vez, quando a mulher voltar, entregam novamente um pouco de comida. A mulher não pergunta: “Por que você deixa para mim comida, sem outra razão?”. Quando a mulher perdeu o medo, ele a chama por perto. Assim os garimpeiros fazem muito frequentemente com as moças Yanomami.” (Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 85)

140 Ver mais em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/03/governo-federal-diz-que-apura-denuncia-de-30-adolescentes-gravidas-de-garimpeiros-em-territorio-yanomami.ghtml>

Também em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/ouro-comida-e-trabalho-as-promessas-feitas-por-garimpeiros-que-abusam-de-mulheres-yanomami/>

141 Hutukara Associação Yanomami (2022c).

Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Nota-Hay-sobre-Aracac%CC%A7a.pdf>

142 Depoimento de C. Yanomami, moradora da comunidade Monopi, Missão Catrimani, registrado durante o XVI Encontro das Mulheres, em novembro de 2023.

143 Na dissertação de mestrado de Hermano (2013), há um estudo detalhado apresentando eventos e relatos de diferentes situações envolvendo o abuso de bebidas alcoólicas e suas consequências entre jovens Yanomami na CASAI/RR.

144 Ver mais em Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 64. A dissertação de mestrado de Brisa Catão Totti apresenta as narrativas autobiográficas dos jovens diretores da Hutukara Associação Yanomami, onde as trajetórias pessoais se constroem ao redor da circulação e aprendizados entre os não-indígenas (Totti, 2013). Ademais, ao redor do assunto das jornadas dos jovens entre os não-indígenas, ver Kopenawa e Albert, 2015, p. 649, nota 18.

145 Para uma análise do acesso às políticas públicas pelas populações indígenas em diferentes contextos, ver IPEA, 2021: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10804/1/BPS_28_povos_indigenas.pdf

146 Ver mais na decisão da Justiça Federal do Amazonas, em junho de 2023, reportada em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/06/21/justica-determina-apoio-de-orgaos-federais-para-indigenas-yanomami-no-am.ghtml>

147 Para uma análise detalhada do contexto ver: <https://sumauma.com/sem-mudancas-bolsa-familia-pode-agravar-a-fome-dos-yanomami/>

148 Ver mais em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/06/19/tempestade-derruba-acampamento-yanomami-no-am-e-fere-criancas-indigenas-videos.ghtml>

149 Ver mais em: <https://www.mpam.mp.br/noticias-portal/16133-mpf-e-mpam-denunciam-vulnerabilidade-dos-yanomami-na-regiao-do-municipio-de-barcelos>

150 Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/mpf-aponta-risco-de-morte-de-yanomamis-em-jornadas-por-beneficios-no-am.shtml>

151 ver Albert, 1985, pg. 88-89.

152 Ramos, 1993.

153 A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à diferença aos povos indígenas, respeitando

sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, e com isso fundamenta as condições legais para que se constitua uma política de estado diferenciada para a saúde indígena.

154 Pellegrini, 2008.

155 Magalhães, 2001.

156 A CCPY atuando no Demini, Toototopi e Parawau; a SECOYA (Serviço de Cooperação com o Povo Yanomami) no Rio Marauá; o IBDS (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sanitário) na Bacia do Cauaburis; e a Diocese de Roraima, no Catrimani e Xitei.

157 Ver em: <http://www.proyanomami.org.br/frame1/saude.htm>

158 Ver mais em “Odisseia na Selva” (Brum, 2002). Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/pdf/07012002.pdf>

159 De acordo com Nilsson: “A queda na incidência de malária, resultante da assistência da URIHI, é de 99%. A mortalidade infantil foi reduzida em cerca de 65% e a redução do número de casos de tuberculose em relação à década passada é de 60%.” (Nilsson, 2018, p. 63).

160 A perspectiva dos Yanomami sobre o trabalho da Urihi fica explícita no trecho de um documento encaminhado à FUNASA e escrito por lideranças da região do Parawau: “Vocês da Funasa não trabalham como trabalhavam antes os da Urihi, mas nós vamos tentar corrigir isso. Os brancos da Urihi trabalhavam bem. Se estávamos com saúde aqui, eles seguiam para outra casa onde houvesse doenças, sem pressa de retornar para o posto. Era assim que eles faziam, trabalharam muito em outros lugares. Depois de curarem os outros Yanomami, somente após isso, eles retornavam para casa. Eles também detectavam doenças lá longe, entre os Maxapipiwei teri pë, era assim que eles faziam, os da Urihi.” (texto reproduzido em: Nilsson, 2013, p. 73). Ainda hoje os Yanomami têm nesse modelo de atuação um parâmetro ideal, e o “tempo da Urihi” é tido pelos indígenas como um momento de importantes melhorias em suas condições de saúde.

161 Magalhães, 2001; Pellegrini, 2008.

162 Nesse momento a Urihi – Saúde Yanomami encerra suas atividades. Ver mais em: <https://sumauma.com/copernico-kafka-estado-puniu-medicos-revolucionaram-saude-indigena-brasil-historia-urihi-yanomami/>

163 Ver mais em:

<https://www.intercept.com.br/2017/09/30/caiua-a-ong-de-r-2-bilhoes-que-se-tornou-dona-da-saude-indigena-no-brasil/>

164 Fonte: Ministério da Saúde/SIASI/SESAI/DSEI-Y.

2022, dados obtidos via Lei de Acesso à Informação.

165 Para saber mais sobre este tema ver: Albert e Gomez, 1997; Kopenawa e Albert, 2015; Albert, 1985.

166 Albert e Gomez, 1997.

167 Albert & Kopenawa, 2015. p. 84.

168 Ibidem, p. 180.

169 Albert & Kopenawa, 2015. p. 613, nota 28.

170 Para uma reflexão sobre a correlação entre as *xawara* e o histórico de relação com os não-indígenas ver, Silva & Estelita-Lins, 2021.

171 Estudo de campo realizado em 2018 e 2019 e publicado em 2020 Este estudo resulta de amplo debate ocorrido entre a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e UNICEF, no contexto da *Agenda Integrada de Ações voltadas à Saúde da Criança Indígena*, em uma parceria entre UNICEF, Fiocruz, SESAI e FUNAI.

172 Ver em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

173 Ministério Público Federal, 2022.

174 ABRAJI, 2023, p. 6.

175 Portaria GM/MS N°28, 20 de janeiro de 2023.

176 Entre 2020 e 2021, a Hutukara Associação Yanomami enviou para o governo federal 21 ofícios denunciando todos os problemas vividos pelo povo Yanomami em decorrência da invasão garimpeira e da desestruturação dos serviços de saúde. Ver mais em: <https://www.intercept.com.br/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>

177 Hermano, 2013.

178 Brasil, 2023, p. 26.

179 Ibidem, p. 27.

180 MINISTÉRIO DA SAÚDE, SESAI/SIASI/DSEI-Y. Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/informe-diario/missao-yanomami-informe-mensal-02/view> . Publicado em outubro de 2023.

181 Ver uma descrição das condições e do dia-a-dia dos Yanomami na CASAI em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/emergencia-yanomami/sete-dias-na-casai-yanomami/>

182 MINISTÉRIO DA SAÚDE, SESAI/SIASI/DSEI-Y.

- Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/informe-diario/missao-yanomami-informe-mensal-02/view>. Publicado em outubro de 2023.
- 183** Documento elaborado durante o XVI Encontro das Mulheres Yanomami e encaminhado pela Hutukara para os hospitais de Boa Vista em dezembro de 2023.
- 184** Ver mais em: [https://amazoniareal.com.br/casai-yanomami-acolhe-pacientes-mas-tem-estrutura-precaria/#:~:text=Nesta%20quinta%2Dfeira%20\(23\)%2C%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde,disse%20que%2023%20tiveram%20alta](https://amazoniareal.com.br/casai-yanomami-acolhe-pacientes-mas-tem-estrutura-precaria/#:~:text=Nesta%20quinta%2Dfeira%20(23)%2C%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde,disse%20que%2023%20tiveram%20alta).
- 185** O relatório “Missão Yanomami” descreve: “(...) muitas crianças são removidas para o hospital mas não apresentam o critério clínico para internação e recebem alta, mas tentam retornar na emergência ou então ficam na CASAI sem cuidados adequados ou garantia de retorno para as comunidades.” (Brasil, 2023, p. 63).
- 186** Dados de 04/04/22, constantes no Inquérito Civil n.º 1.32.000.000269/2022-41, que apura a formulação e implementação de políticas públicas para segurança alimentar e nutricional na TI Yanomami.
- 187** Fonte: <https://apublica.org/2021/09/sob-bolsonaro-yanomami-tem-o-maior-indice-de-mortes-por-desnutricao-infantil-do-pais/>
- 188** UNICEF, 2019; *apud* Orellana et al.; Pantoja et al. 2014.
- 189** Os estudos do UNICEF em parceria com a Fiocruz foram realizados em Awaris e Maturacá. Os estudos de Orellana et al. foram realizados, em 2014, nas regiões de Papiu e Waikás.
- 190** Dados apresentados ao mesmo inquérito civil já citado: n.º 1.32.000.000269/2022-41.
- 191** Relato do presidente do CONDISI (Conselho Distrital de Saúde Indígena) Yanomami em: <https://apublica.org/2021/09/sob-bolsonaro-yanomami-tem-o-maior-indice-de-mortes-por-desnutricao-infantil-do-pais/>
- 192** Hutukara e Wanasseduume, 2022.
- 193** Hutukara & Wanasseduume, 2022.
- 194** Ibidem.
- 195** Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana; Urihi Associação Yanomami, 2023.
- 196** “Para mim o termo mudança climática significa vingança da Terra.” Entrevista com Davi Kopenawa Yanomami em 22 de novembro de 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/para-mim-o-termo-mudanca-climatica-significa-vinganca-da-terra/>
- 197** Albert & Gomez, 1997.
- 198** Ver mais em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/30/fechamento-de-polos-de-saude-por-ameaca-do-garimpo-ilegal-deixou-mais-de-4-mil-yanomami-desassistidos-diz-tcu.ghhtml>
- 199** Dados da SESAI /Ministério da Saúde, obtidos através da Lei de Acesso à Informação.
- 200** Ministério Público Federal, 2023.
- 201** Dados obtidos no Boletim Malária em áreas Indígenas, que apresenta a situação epidemiológica da malária nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Fonte: Sivep/SVSA/MS. Dados atualizados em 14/11/2023. Consultado em 30/11/2023, no site: <https://public.tableau.com/app/profile/mal.ria.brasil/viz/BoletimMalriaemreasindgenas/Incio>
- 202** Boletim Epidemiológico volume 55, n.º 14, 1 out. 2024, do Ministério da Saúde, disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-14.pdf/view>
- 203** Ver em Hutukara, Wanasseduume, Urihi, 2023, e também no relatório “Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado”, de 2020.
- 204** Delgado, 2023.
- 205** Ver mais em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/aumento-do-numero-de-casos-de-malaria-tem-correlacao-direta-com-o-garimpo-ilegal#:~:text=Coordenadora%20do%20estudo%2C%20Maria%20de,anofelinos%2C%20que%20transmitem%20a%20mal%C3%A1ria>
- 206** Dados do relatório “Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da emergência yanomami” (2023) relata que, na região de Parima, uma das mais atingidas pelo garimpo ilegal, a malária cresceu 1.127% de 2018 a 2020. Nessa região as comunidades apresentam um dos níveis mais assustadores de desnutrição infantil de toda a Terra Indígena Yanomami: cerca de 79,34% das crianças de até cinco anos da região estavam com baixo peso ou muito baixo peso (Hutukara, Wanasseduume, Urihi, 2023).
- 207** MINISTÉRIO DA SAÚDE, SESAI/SIASI/DSEI-Y. Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Publicado em outubro de 2023.
- 208** Dados do relatório “Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da emergência yanomami”.

209 Emergência em saúde Yanomami completa dois anos sem dados de morte e sem data para acabar: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/01/emergencia-em-saude-na-terra-yanomami-completa-2-anos-sem-dados-de-mortes-e-sem-data-para-acabar.shtml#:~:text=Em%202023%2C%20conforme%20registros%20do,subnotifica%C3%A7%C3%A3o%20elevada%20na%20gest%C3%A3o%20passada.>

210 Dados obtidos no Boletim Malária em áreas Indígenas, que apresenta a situação epidemiológica da malária nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Fonte: Sivep/SVSA/MS. Acessado em janeiro de 2025. [https://public.tableau.com/app/profile/mal.ria.brasil/viz/BoletimMalriaemreasindgenas/Incio.](https://public.tableau.com/app/profile/mal.ria.brasil/viz/BoletimMalriaemreasindgenas/Incio)

211 O relatório Missão Yanomami revela, para o período entre 2018 e 2022 em toda a TIY: “De acordo com o SIASI, foram notificados 52.418 casos de SG e SRAG entre os indígenas atendidos pelo DSEI Yanomami. Destes, 87,1% (n=45.659) correspondem aos casos de SG e 12,9% (n=6.759) aos de SRAG. As faixas etárias menores de um ano e de 1 ano a 4 anos concentram 47,6% (n=24.911) dos registros dos casos, seguidas pela faixa etária de 5 a 19 anos que corresponde a 14,8% (n=7.771) dos registros.” (Brasil, 2023, p. 88).

212 Fonte: Ministério da Saúde/SIASI/SESAI/DSEI-Y via Lei de Acesso à Informação.

213 Um exemplo dessa justificativa, dita pelo então diretor técnico do DSEI-Yanomami, foi publicada pelo jornal Folha de Boa Vista, em 10/03/2005: “No ano passado, a pneumonia foi a maior causa de morte por doença entre as crianças yanomami. Foram 13 casos registrados somente entre os menores de 01 ano: “O índio Yanomami tem a agravante de não adotar os mesmos cuidados que a sociedade não-índia tem com seus doentes.” As condições ambientais são outro agravante, como a fumaça constante dentro das casas. “As mulheres Yanomami fazem a comida dentro da maloca, em ‘fogões’ à lenha.” O fogo também serve para aquecer as pessoas durante a noite, principalmente no inverno e todos passam a noite respirando fumaça. “Isso contribui para a gravidade da situação”, acrescentou.” Disponível em: [https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/14708.](https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/14708)

214 Sobre a incidência de hospitalizações evitáveis para quadros de pneumonia entre as crianças Yanomami, segundo Caldart *et al.* (2016 p. 1603): “a localização geográfica desses territórios, especialmente aqueles situados em áreas indígenas remotas e/ ou de difícil acesso, impõe numerosos desafios logísticos e operacionais que dificultam o acesso e o oportuno contato dos indígenas com profissionais e serviços de saúde favorecendo a ocorrência de hospitalizações

evitáveis”.

215 Como apelidou o antropólogo Lizot (1988).

216 Sobre a taxa de internações das crianças Yanomami associadas a pneumonia (18,6 hospitalizações por 1000 habitantes), os autores apontam que o risco de hospitalização para essa população é de 3,4 vezes maior do que aquela registrada para crianças não indígenas no estado de Roraima (Caldart *et al.*, 2016, p. 1.600).

217 Caldart *et al.*, 2016.

218 Segundo Caldart *et al.*: “A desnutrição costuma estar presente em boa parte das internações por pneumonia. Mas, nem sempre é valorizada ou adequadamente manejada pelas equipes, principalmente em menores de dois anos, repercutindo negativamente em períodos de internação mais longos ou no prognóstico, muitas vezes tendo como desfecho o óbito.” (2016, p. 1.603).

219 Segundo o Ministério da Saúde, a operação “Yoasi”, da Polícia Federal, deflagrada em novembro de 2022, revelou que aproximadamente um milhão de reais foram destinados à compra do insumo. No entanto, a empresa contratada efetivamente entregou, em recargas, o equivalente a aproximadamente 108 mil reais (Brasil, 2023, p. 122-123).

220 Segundo o relatório, o serviço de transporte aéreo é a segunda maior despesa do DSEI-Y, sendo empenhada uma quantia de cerca de 84 milhões de reais somente no biênio 2021-2022 (Ministério Público Federal, 2023, p. 27).

221 Viana, Gonçalves & Basta, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4866698/>

222 Relatório Missão Yanomami. Janeiro de 2023. Ministério da Saúde.

223 MINISTÉRIO DA SAÚDE, SESA/IASI/DSEI-Y. “Missão Yanomami”. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/informe-diario/missao-yanomami-informe-mensal-02/view> . Publicado em outubro de 2023.

224 Relatório Missão Yanomami. Janeiro de 2023. Ministério da Saúde, p. 81.

225 *Ibidem*, pp. 32-33.

226 Fonte: Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/como-prevenir-tuberculose#:~:text=A%20principal%20forma%20de%20preven%C3%A7%C3%A3o,dos%205%20anos%20de%20idade.>

227 Ministério Público Federal, 2023. Ver mais em:

https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=39&campo=17680

228 Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/rios-em-terra-yanomami-apresentam-cor-melhor-apos-cinco-meses-de-operacao-contra-garimpo-veja-fotos.shtml>

229 Munduruku, 2021.

230 Ibidem.

231 Dados de campo obtidos pelos antropólogos que produziram este estudo, em pesquisas realizadas entre os anos 2007 e 2023, em diferentes regiões da Terra Indígena Yanomami: entre os grupos Yanomami que vivem na calha do rio Demini e seus afluentes no estado do Amazonas (no período entre 2018-2023) e no estado de Roraima, nas regiões do Paapiu (2010-2014), Demini (2007-2023) e Awaris (2008-2010).

232 Dados atualizados em 02/06/2023. Disponível no site: https://infoms.saude.gov.br/r//extensions/sesai_mqai/sesai_mqai.html

233 Ministério Público Federal, 2023.

234 Vasconcelos, 2023.

235 Ver em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/15/associacao-yanomami-relata-falta-de-medicamento-para-tratar-verminose-e-afirma-que-criancas-tem-expelido-vermes-pela-boca.ghml>

236 Segundo o relatório (Brasil, 2023, p. 91), os polos base de maior incidência de doenças diarreicas agudas são: Cachoeira do Aracá (4.781,8 para cada mil habitantes), Ajarani (3.934,8 para cada mil habitantes), Baixo Catrimani (3.448,1 para cada mil habitantes), Médio Padauri (2.894,6 para cada mil habitantes) e Uraricoera (2.480,5 para cada mil habitantes).

237 Ministério Público Federal 2023, p. 43.

238 Ver em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/para-retomar-altas-coberturas-vacinais-ministerio-da-saude-lanca-mes-de-vacinacao-dos-povos-indigenas-de-2023>

239 Nesse caso, tendo como referência uma criança de cinco anos, o esquema vacinal completo seria: BCG, Hepatite B, Pentavalente, VIP/VOP, Pneumocócica 10v, Rotavírus Humano (VRH), Meningocócica C, Varicela, Hepatite A, Tríplice Viral, Tetra Viral.

240 Brasil, 2023.

241 No período da pandemia da covid-19, o ex-coordenador do DSEI-Y, Rômulo Pinheiro, relatou os desafios do avanço da vacinação na TIY: “*Nem todas as localidades têm energia elétrica com um freezer da vacina. Nesses locais, a equipe de saúde pega um isopor*

térmico com termômetro para que não haja perda da vacina, e esse isopor térmico dura só em torno de três dias”. Ver em: <https://amazoniareal.com.br/prefeitura-de-boa-vista-quer-usar-vacinas-de-indigenas/>

242 Kopenawa & Albert, 2015.

243 Ver mais em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/210883>

244 Até poucos anos atrás os Yanomami dessas regiões mantinham contato praticamente apenas com funcionários da saúde. Essa situação mudou radicalmente durante a segunda invasão garimpeira, já que a região das serras se tornou uma das regiões mais exploradas pelos invasores.

245 As análises aqui descritas são um resumo do que foi apresentado no artigo “As escolas entre os Yanomami: revisitando desafios passados em busca de um horizonte futuro.”(GOMES, MACHADO, MJWANGI, 2022). O artigo faz um balanço geral sobre a educação escolar Yanomami na ocasião dos 30 anos de demarcação da Terra Indígena Yanomami.

246 Sobre a chegada dos missionários e as escolas na região do rio Marauíá, ver “*Os brancos estão chegando, trazendo escola, missão e saúde*”: relações yanomami através da escola. (Jabra, 2022). E na região de Maturacá, ver “Yanomami na encruzilhada da conquista: Contato e Transformação na fronteira amazônica” (Menezes, 2010), e “Os enviados de Dom Bosco entre os Masiripiwëiteri. O impacto missionário sobre o sistema social e cultural dos Yanomami Ocidentais (Amazonas, Brasil)” (Smiljanic, 2002).

247 Artigo 50: “A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais”; Artigo 52: “Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação” (Brasil, 1973).

248 Esta nova política educacional, supostamente mais atenta às sociodiversidades linguísticas dos povos indígenas, foi normatizada por meio da Portaria n. 75/N, de julho de 1972, que considerava “a necessidade da educação bilíngue como instrumento básico de integração” e da regulamentação da grafia indígena, “a mais aproximada possível da grafia do português”, uma vez que ela seria um “elemento de transição à língua nacional”. No caso dos povos indígenas falantes do português, era previsto também o “emprego da língua nacional no desenvolvimento dos programas nacionais (...) sem prejuízo de se proporcionar o conhecimento das línguas nativas, como estruturação suplementar”. Isto é, o bilinguismo proposto tinha como fim precípua

não exatamente o respeito às diferenças socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, mas a melhor aprendizagem dos conteúdos e linguagens nacionais. (Oliveira; Nascimento, 2012: 771-772).

249 Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 210.

250 Neste momento, a educação escolar era apoiada por diferentes organizações religiosas ou ligadas ao terceiro setor. Não há, portanto, nenhum dado estatístico oficial que reúna os números relativos às escolas Yanomami neste período, visto que eram escolas comunitárias que não estavam registradas no sistema oficial de ensino.

251 Para conhecer os objetivos do Programa de Educação Intercultural Yanomami da Comissão Pró Yanomami, ver: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/pei.htm>

252 Ibidem.

253 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do MEC.

254 Censo do INEP, 2016.

255 Ferreira, Machado e Senra, 2019.

256 Ministério Público Federal, 2023.

257 Ferreira, Machado, Senra, 2019.

258 Informação apresentada durante o Encontro de Professores Yanomami realizado na Missão Catrimani em outubro de 2023.

259 Não foram encontrados dados consistentes relativos às escolas Yanomami no Amazonas atualmente.

260 Trecho da Carta Final do 1º Encontro de Professores Yanomami do Amazonas e Roraima, Missão Catrimani, 2023

261 Ver mais em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/mec-destina-recursos-para-educacao-no-territorio-yanomami>

262 Conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96).

263 Tassinari, 2001.

264 Gomes, Machado, Mwangi, 2022.

265 Somente em Maturacá e Ajuricaba, há uma presença maior do ensino da língua portuguesa (Ferreira, Machado, Senra, 2019).

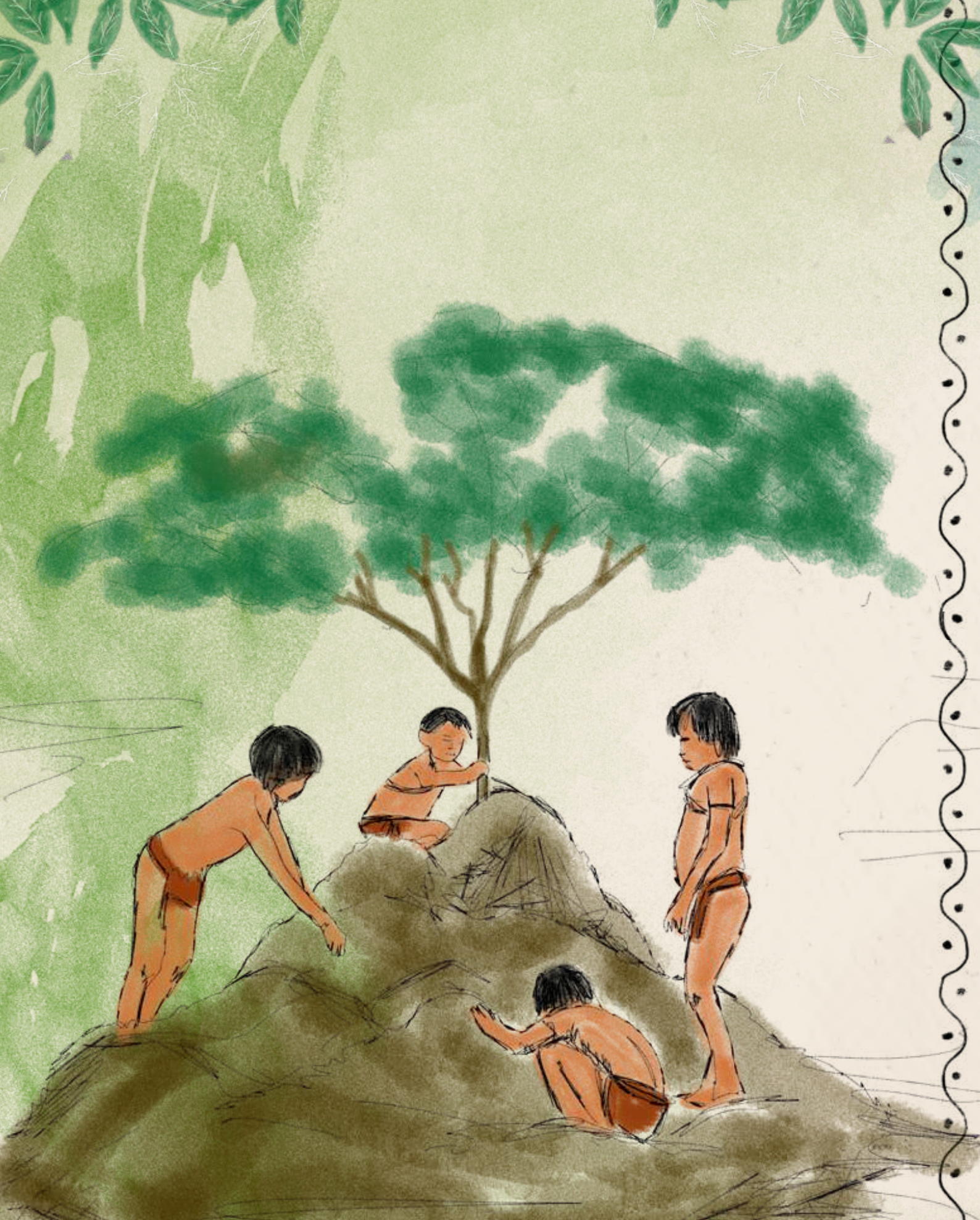
266 Vale lembrar que há uma grande divergência entre os dados populacionais disponibilizados pelo COE (31.007 indígenas) e o Censo divulgado pelo IBGE (27.144 pessoas). Porém, o IBGE não divulgou os dados por faixa etária.

267 MINISTÉRIO DA SAÚDE, SESAI/SIASI/DSEI-Y. Missão Yanomami. Informe Mensal 02, COE-Yanomami. Publicado em outubro de 2023.

268 Hutukara Associação Yanomami (HAY), Associação do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca), Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK), Associação Ye'kwana Wanasseduume (Seduume), Associação Kurikama Yanomami (Aky), Urihi Associação Yanomami, Associação Xoromawë, Associação Parawamí, Associação Sanöma Ypassali, Associação Ninam Texoli (Taner).

269 Site para download do PGTA: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/terra-indigena-yanomami-plano-de-gestao-territorial-e-ambiental-com-protocolo-de>





Realização



Apoio



Financiado pela
União Europeia